

Anabela Carvalho Santos Neto Gato

Estudante n° 1401098

A PRÁTICA DA ARTE XÁVEGA E OS SEUS PERCURSOS DE
RESISTÊNCIA ENTRE A TRADIÇÃO E A MODERNIDADE:

Caso de Estudo Na Vila de Sesimbra e no Meco

Dissertação de Mestrado

Em Cidadania Ambiental e Participação

2018

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do Grau de Mestre em Cidadania Ambiental e Participação

ORIENTADORA: Professora Doutora Maria de Fátima Pereira Alves

UNIVERSIDADE ABERTA



Declaração

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

Lisboa, 6 de novembro de 2018

Declaração

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

Porto, de de 2018

“Aos pescadores a quem o mar se curva e a terra aclama”

(Padre Carlos Veríssimo de Figueiredo)

Agradecimentos

Um trabalho desta natureza, apesar de individual, nunca é o resultado de uma só pessoa, mas de uma infinita conjugação de saberes de muitas pessoas. Por isso, o espaço disponibilizado para o efeito não é suficiente para mostrar a minha gratidão a todos aqueles que me apoiaram, me ensinaram, me ajudaram, e que sempre tiveram uma palavra de encorajamento e de simpatia.

Uma palavra especial à minha Orientadora, a Prof. Doutora Fátima Alves, a quem, a minha inábil prosa, jamais poderia traduzir a profunda gratidão pelo seu cuidado, atenção, disponibilidade, incentivo, ajuda e preciosos ensinamentos. Bem-haja por ter cruzado o meu caminho!

Se ouvirem dizer que “há pessoas que nos caem do céu”, acreditem que é verdade. A Paula Casaleiro foi uma dessas pessoas, a quem estou profundamente agradecida pela ajuda, partilha, disponibilidade, motivação e por tudo aquilo que estas pobres linhas não conseguem refletir.

Aos colegas de trabalho e amigos, que comigo partilharam o seu saber, as suas opiniões, conselhos e sugestões, e que, a seu modo, me incentivaram sempre a continuar, mesmo nos momentos mais difíceis, deixo o meu enorme e humilde obrigada, que ficará sempre aquém da sua preciosa ajuda e infinita disponibilidade.

À minha família, em particular ao meu marido e ao meu filho, pelo apoio, pelo amor e carinho com que tornaram os meus dias mais fáceis e belos. E aos meus pais, a quem estou grata por ser quem sou.

Aos pescadores da Arte Xávega destas duas comunidades do Concelho de Sesimbra, não poderia deixar de referir o meu apreço e gratidão, não apenas pela partilha dos seus saberes, das suas experiências de vida e do muito que me ensinaram, mas sobretudo por serem eles os verdadeiros heróis deste trabalho. Sem eles, tal não teria sido possível. Por isso, aqui fica o meu eterno reconhecimento.

Deixar também um agradecimento especial à Delegação Marítima de Sesimbra, ao Arquivo Municipal e Câmara Municipal de Sesimbra, à Docapesca, ao Arquivo

Histórico da Marinha, e às demais Instituições e pessoas que embora não tenham sido mencionadas jamais esquecerei. A todos, um grande bem-haja!

Resumo

Em Portugal há poucos estudos sobre a Arte Xávega que enfatizem a sua multidimensionalidade na compreensão da experiência quotidiana dos pescadores que ainda a praticam e que desenham modos de vida mais ou menos próximos da natureza, onde as percepções e a forma como lidam com os recursos do mar ganham relevo para compreender as relações e interações que estruturam os seus saberes e os seus fazeres e enraízam identidades e percursos de resistência que se afirmam entre a tradição e a modernidade.

Neste estudo de caso que desenvolvemos a partir das comunidades piscatórias de Sesimbra Vila e do Meco, a pertinência científica do estudo revela-se desde logo por se tratar de uma Arte de pesca secular que se encontra em risco de desaparecer e, com ela, as comunidades que em seu torno enraízam os seus saberes e a sua cultura.

Inspirada no paradigma qualitativo, assente na observação participante e em 17 entrevistas semi-directivas, esta pesquisa centra-se na perspectiva dos sujeitos e nas suas vivências, de modo a conhecer “por dentro” estas comunidades e compreender o papel da Arte Xávega nas suas vidas bem como as racionalidades que sustentam a sua resistência. A diversidade e riqueza das suas narrativas permite identificar lógicas comunitárias (por oposição às lógicas do mercado e do estado) que persistem na prática da Arte Xávega e que não se enquadram nas prerrogativas do capitalismo, da competitividade e inovação, carecendo de uma abordagem holística que conjuge a proteção dos recursos e das comunidades que deles dependem, numa gestão integrada que considere a sua riqueza biológica, a antropização do litoral, a pressão sobre os recursos, os saberes e vivências locais e as suas raízes históricas e identitárias que marcam a sua sobrevivência em pleno século XXI.

Apesar de a arte xávega não configurar uma realidade homogénea nestas duas comunidades, historicamente ela foi entendida como uma pesca artesanal de sustento, uma forma de vida da qual dependiam famílias inteiras, sendo hoje percebida como uma atividade complementar e uma herança que importa preservar. A Arte Xávega, nestas comunidades, não é entendida como uma arte destruidora nem predatória e apesar de conhecerem a sua classificação como “envolvente-arrastante”, distinguem-na claramente do arrasto cuja ação consideram “agressiva, intrusiva e prejudicial”.

Reconhecendo tratar-se de uma Arte de Pesca em franco declínio, afirmam o seu valor cultural e a necessidade de reapropriação do seu valor patrimonial e turístico para a manter, o que tem sido apoiado pelo poder local.

Este trabalho reforça a necessidade de aprofundar o conhecimento dos modos de vida das comunidades onde ainda se pratica a Arte Xávega, de modo a informar uma política das pescas que atenda ao carácter social e cultural desta atividade e não apenas ao seu valor económico. Esse maior conhecimento permitirá criar condições para a preservação destes modos de vida tradicionais, mais próximos da natureza e das práticas ancestrais enquanto reguladoras dos ecossistemas.

Palavras chave: Pesca artesanal; Arte Xávega; Modos de vida dos pescadores; Sesimbra; Tradição e Modernidade

Abstract

In Portugal, there are few studies about Arte Xávega that emphasize their multidimensionality in understanding the daily experience of fishermen who still practice it and who design ways of life more or less close to nature, where the perceptions and the way they deal with the resources of the sea gain relevance to understanding the relationships and interactions that structure their knowledge and their actions and rooted identities and paths of resistance that stand between tradition and modernity.

In this study case that we developed from the fishing communities of Sesimbra Vila and Meco, the scientific relevance of the study is revealed since it is a secular fishing art that is in danger of disappearing and, with it, the communities that in turn rooted their knowledge and culture.

Inspired by the qualitative paradigm, based on participant observation and 17 semi-directive interviews, this research focuses on the perspective of the subjects and their experiences, to know these communities from the inside and understand the role of Arte Xávega in their lives as well as the rationalities that underpin its resistance. The diversity and richness of their narratives allow us to identify community (as opposed to market and state) logics that persist in the practice of Arte Xávega which do not fit into the prerogatives of capitalism, competitiveness and innovation, lacking a holistic approach combining the protection of the resources and communities that depend on them, an integrated management that considers their biological wealth, the anthropization of the coast, the pressure on resources, local knowledge and experiences and their historical roots and identities that mark their survival in the XXI century.

Although the Xávega art does not configure a homogeneous reality in these two communities, historically it was understood as artisanal fishing of sustenance, a form of life on which depended entire families, being perceived today as a complementary activity and an inheritance that it is important to preserve. Arte Xávega, in these communities, is not understood as a destructive or predatory art and, despite knowing its classification as "enveloping-dragging", clearly

distinguish it from the drag whose action it considers "aggressive, intrusive and harmful."

Recognizing that it is an art form of fishing in a clear decline, they affirm their cultural value and the need to reappropriate their patrimonial and tourist value to maintain it, which has been supported by local power.

This work reinforces the need to deepen the knowledge of the ways of life of communities where Arte Xávega is still practised, in order to inform a fisheries policy that attends to the social and cultural character of this activity and not only to its economic value. This greater knowledge will create conditions for the preservation of these traditional ways of life, closer to nature and ancestral practices as regulators of ecosystems.

Keywords: Artisanal fishing; Xávega Art; Modes of life of fishermen; Sesimbra; Tradition and Modernity

Résumé

Au Portugal, il existe peu d'études sur Arte Xávega qui soulignent leur multidimensionnalité dans la compréhension de l'expérience quotidienne des pêcheurs qui le pratiquent encore et qui conçoivent des modes de vie plus ou moins proches de la nature, où les perceptions et la manière dont ils gèrent les ressources de la mer gagne en pertinence pour comprendre les relations et les interactions qui structurent leurs connaissances et leurs actions ainsi que les identités enracinées et les chemins de résistance qui opposent tradition et modernité.

Dans cette étude de cas que nous avons développée à partir des communautés de pêcheurs de Sesimbra Vila et Meco, la pertinence scientifique de l'étude est révélée puisqu'il s'agit d'un art de la pêche ancestral qui risque de disparaître et, avec lui, les communautés qui à leur tour ont ancré leurs connaissances et leur culture. Inspirée du paradigme qualitatif, basée sur l'observation participante et 17 entretiens semi-directifs, cette recherche se concentre sur la perspective des sujets et de leurs expériences, afin de connaître ces communautés de l'intérieur et de comprendre le rôle d'Arte Xávega dans leur vie ainsi que les rationalités qui sous-tendent sa résistance.

La diversité et la richesse de leurs récits nous permettent d'identifier des logiques communautaires (par opposition aux lois du marché et des États) qui persistent dans la pratique d'Arte Xávega et qui ne correspondent pas aux prérogatives du capitalisme, de la compétitivité et de l'innovation, sans une approche holistique qui combine la protection des ressources et des communautés qui en dépendent, une gestion intégrée prenant en compte leur richesse biologique, l'anthropisation du littoral, la pression exercée sur les ressources, les connaissances et expériences locales et leurs racines historiques et identitaires qui marquent leur survie au 21ème siècle.

Bien que l'art Xávega ne constitue pas une réalité homogène dans ces deux communautés, il a été historiquement considéré comme une pêche artisanale de subsistance, une forme de vie dont dépendaient des familles entières, étant aujourd'hui perçue comme une activité complémentaire et un patrimoine qu'il est important de préserver. Arte Xávega, dans ces communautés, n'est pas compris comme un art destructeur ou prédateur et, bien que sachant qu'il est qualifié de "traînant-enveloppant", le distingue nettement de la traînée dont il considère "agressif, intrusif et nuisible".

Reconnaissant qu'il s'agit d'un art de la pêche en net déclin, ils affirment leur valeur culturelle et la nécessité de se réapproprier leur valeur patrimoniale et touristique pour la maintenir, ce qui a été soutenue par le pouvoir local.

Ce travail renforce la nécessité d'approfondir la connaissance des modes de vie des communautés où Arte Xávega est toujours pratiqué, afin d'informer une politique de la pêche qui tient compte du caractère social et culturel de cette activité et pas seulement de sa valeur économique. Cette connaissance accrue créera les conditions nécessaires à la préservation de ces modes de vie traditionnels, plus proches de la nature et des pratiques ancestrales en tant que régulateurs des écosystèmes.

Mots clés : Pêche artisanale ; Art Xávega ; Modes de vie des pêcheurs ; Sesimbra ; Tradition et modernité

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iv
Abstract	vi
Résumé	viii
Introdução	13
1 Problemática do Estudo	14
2 Estratégia metodológica: objetivos e opções metodológicas	19
2.1 Métodos e técnicas.....	20
2.1.1 A observação	24
2.1.2 Entrevista semiestruturada	27
2.1.2.1 A seleção dos/as entrevistados/as	29
2.1.2.1.2 – Breve caracterização sociográfica dos pescadores participantes no estudo ...	31
2.1.3 – Análise e tratamento das informações recolhidas	32
3. Estrutura e organização da dissertação	33
Capítulo 1 – Enquadramento da Arte Xávega	35
1 O mar e as Pescas – desafios ambientais e socioeconómicos.....	36
2 Raízes históricas da Arte Xávega e os desafios atuais.....	40
2.1 As especificidades sócio históricas da pesca em Sesimbra – Novas abordagens, velhos problemas.....	49
Capítulo 2 – Comunidade da Arte Xávega em Sesimbra (Vila e Meco).....	57
1 Caracterização sociodemográfica do campo de estudo - O concelho de Sesimbra	57
1.1 Caracterização da Freguesia do Castelo	59
1.2 Caracterização da Freguesia de Santiago	61
2. A Pesca com Arte Xávega em Sesimbra	63
2.1 A prática da Arte Xávega nas comunidades da Vila de Sesimbra e na Aldeia do Meco.....	70

2.2	O perfil do pescador de Sesimbra	75
3.	A Arte Xávega vista pelos pescadores – das vivências à organização.....	79
3.1	A Arte Xávega como herança familiar e parte da identidade	79
3.2	Saberes e narrativas em torno da vivência com a arte Xávega.....	83
3.3	Estrutura e funcionamento da arte xávega: a organização da companhia	90
3.3.1	A Hierarquia profissional: os postos da companhia.....	91
3.4	Ganhos e repartição	93
Capítulo 3 - Perceções sobre a arte xávega.....		98
1	As mudanças na Arte Xávega: passado e presente	99
1.1	Inovação e mecanização	99
1.2	Lugares de Pesca	101
1.3	Atividade económica/lúdica.....	102
1.4	Regulamentação.....	104
1.5	Questões ambientais	104
1.6	Outras atividades económicas.....	106
2	As perceções sobre as razões do declínio da arte Xávega	107
2.1	Fatores de ordem legal	108
2.2	Fatores de ordem económica	113
2.3	Fatores de ordem ambiental	114
2.4	Fatores de Ordem Demográfica.....	118
2.5	Razões do declínio: visão dos nossos informantes privilegiados	120
Capítulo 4 – De arte predatória e económica a património cultural		125
1.	A Arte Xávega não é considerada uma arte predatória	126
2	Perceção dos pescadores sobre o futuro da Xávega	134
2.1	(In)certeza no futuro: É possível salvar a arte xávega?.....	136
Capítulo 5 – Síntese e Discussão		140
Conclusões		146
Bibliografia.....		149
Lista de Figuras, Gráficos e Quadros.....		157

Introdução

A Arte Xávega é uma arte de pesca milenar que consiste em lançar as redes no mar perto da costa e arrastá-las para terra. Essas redes são compostas por três partes distintas: cordas, alares ou mangas e saco. Efetua-se na linha costeira, em fundos arenosos e socorre-se de meios artesanais. A prática desta arte está associada a modos de vida onde a tradição se relaciona com a modernidade resistindo-lhe. A expressão dessa resistência revela o imaginário social e cultural que se reinventa na sua manutenção e nas suas formas de expressão, intimamente relacionadas com as formas de ser e de se estruturar a ação social. A Arte Xávega é, neste trabalho, um instrumento heurístico de discussão da sociedade e da sua relação com a natureza.

No concelho de Sesimbra onde decorre o nosso estudo, em particular, a relação humana com o mar é tão antiga quanto a descoberta de encontrar nele um importante recurso vital. A concha de Sesimbra, um litoral abrigado, propiciou essa aproximação e as populações costeiras, desde cedo, viram no mar uma fonte de sustento que lhes aguçou o engenho e a arte.

O areal que se estende da Lagoa de Albufeira à Aldeia do Meco, um litoral aberto, cujo temor e fascínio sempre exerceu sede da descoberta, reforçou o génio, aliando à arte de pesca os meios necessários para sulcar o mar e trazer o precioso alimento que nele se encontra.

Alheia às vicissitudes do tempo, a Arte Xávega permaneceu, praticamente, intacta nos meios e formas organizativas das suas *companhas*¹. É certo que já não se ouve, no areal, o refrão que sincronizava o movimento “Ala, Ala, Arriba!” e que, por vezes, soava tão arrastado quanto as próprias redes, mas a sua vivacidade, essa, mantém-se intacta

¹ Grupo de indivíduos que se identificam como camaradas ou companheiros, matriculados em embarcação, navio ou empresa de pesca. (“Mares de Sesimbra – História, Memória e Gestão de uma frente marítima”, 2013, p. 195). Outra definição de companhia: Companhia- Membros da tripulação de uma embarcação de pesca, quer trabalhem no mar quer em terra. Do lat. *compania* = comer do mesmo pão (*cum* /*com* + *panis*). (“O que veio à Rede...Vocabulário, alcunhas e topónimos de Sesimbra”, 2007, p.84).

quando a benevolência do mar brinda os pescadores com um bom “lance”, e no meio da azáfama da faina irrompem as frases “Balde cheio! Hoje, foi balde cheio!”

Praticada em duas zonas distintas do concelho de Sesimbra, a Arte Xávega assume características próprias em cada uma delas, vincando a resistência de um laço enraizado na tradição e ameaçado pela modernidade.

Apesar da pesca em Sesimbra estar bem documentada, a Arte Xávega não tem constituído atrativo suficiente para se tornar objeto de estudo, provavelmente pela sua frágil expressão, quando comparada com outras artes mais rentáveis, como o Espinhel ou o Cerco.

As referências a esta prática, em Sesimbra, são dispersas, relativamente escassas e, quando existem quase sempre constituem um pré-anúncio de morte (Souto, 2007; Cruz, 2009; Ramos, 2009; Domingues, 2010). É curioso notar que, numa terra de forte tradição pesqueira, a ancestral Arte Xávega, não tenha conseguido obter, na literatura em geral, o devido destaque. A particularidade de ainda hoje se praticar de forma tão genuína, em dois espaços geográficos distintos do mesmo concelho, aguçou a nossa curiosidade, tanto mais que se trata de um recurso que tem o privilégio de estar “ali à mão”.

O conhecimento prévio da comunidade, a confrontação de memórias de infância com a atual condição desta Arte, reforçou o interesse em aprofundar o seu conhecimento transformando-a em objeto de estudo. Porém, tal situação não se apresentava fácil: à escassez de informações acrescia a proximidade pessoal e afetiva com a comunidade. A desconstrução de um mundo que também é o da investigadora, constituía um desafio e, simultaneamente, uma preocupação.

Sobrepôs-se, todavia, a necessidade e o desejo de contribuir para um melhor conhecimento desta prática ancestral, da situação de risco em que se encontra e das razões da sua decadência, junto e com os seus atores.

A Arte Xávega sempre foi uma Arte diferente, uma Arte de contrastes. Amada por uns e odiada por outros tem, no entanto, vindo a resistir às controvérsias que ainda hoje suscita nas arenas científica e política.

1 Problemática do Estudo

O presente estudo dirige-se assim à Arte Xávega praticada no concelho de Sesimbra e aos modos de vida locais que em seu torno se desenvolvem. Situado na Península de

Setúbal, a 30km ao Sul de Lisboa, o concelho ocupa uma área aproximada de 195 km² e uma linha de costa com cerca de 45 km. Confina a Sul e Oeste com o oceano Atlântico, a Norte com os concelhos de Almada e Seixal e a Este com os do Barreiro e Setúbal (figura 1).

Com uma população total de 49.500 habitantes (INE, 2011), é composto por três freguesias: Santiago, Castelo e Quinta do Conde. Desde sempre ligado ao mar, a riqueza e abundância das suas águas é sobejamente conhecida e enaltecida por poetas, mareantes, descobridores e outros estudiosos².

A Arte Xávega é, pois, praticada em duas áreas geográficas distintas do concelho: nas freguesias de Santiago e do Castelo. Na primeira – Santiago – a baía de águas calmas virada a Sul e abrigada dos ventos fortes³, oferece as condições ideais para a sua realização. Na segunda – Castelo – a zona Oeste, compreendida entre a Lagoa de Albufeira e a Aldeia do Meco (um litoral aberto que se estende da Costa da Caparica ao Cabo Espichel), a Arte é moldada pelo rigor dos elementos naturais.

Figura: 1 - Mapa de Portugal com a localização de Sesimbra e Mapa do Concelho de Sesimbra



Fonte: Imagens Google

² Alguns exemplos: “(...) Com estas subjugada foi Palmela E a piscosa Sesimbra (...)”. Luís de Camões. Os Lusíadas. (1972), p.87; “Os Pescadores”. Raul Brandão. (s/d), p.127-129. “Travels in Portugal and through France and Spain: with a dissertation on the literature of Portugal, and the Spanish and portuguese languages”. Link, Heinrich Friedrich. (1767-1851), p. 254-255; Rei D. Carlos. “Diário de Bordo do Yacht Amélia. Campanha Oceanográfica realizada em 1897; Luiz Vieira Caldas Saldanha (1937-1997), Sebastião Rodrigues Soromenho. Navegador. (1560–1602); entre outros.

³ Dos quadrantes Norte, Oeste e Este

A operação da Xávega decorre em zonas específicas do areal que, em Sesimbra, são as áreas de praia denominadas Caneiro e Fortaleza, e na zona entre a Lagoa de Albufeira e Aldeia do Meco, a Praia do Moinho de Baixo, (Aldeia do Meco), à qual está praticamente confinada. As embarcações podem, na prática, estender a sua atividade até às 2 milhas⁴.

Partindo da sua importância histórica, cujo registo mais antigo aponta para a primeira metade do século XV,⁵ a Arte Xávega desenvolveu-se ao longo dos séculos em torno da busca do sustento das famílias que dela dependiam e em torno dela enraízam a sua identidade e cultura, os seus rituais de relação com o mar e estruturam a sua ação e interação e constroem os seus saberes (Souto, 2001; Amorim & Madureira, 2001; Pereira, Dias e Bastos, 2015). Qual o papel da Arte Xávega na construção da identidade e cultura das comunidades piscatórias locais?

Sem dúvida que o interesse científico e político das pescas, valorizando uma preocupação conservacionista e económica de recursos, relegou para segundo plano a sua dimensão social e cultural. O interesse pelos contornos sociais e culturais das pescas é recente e em si muito complexo dado que, não fugindo a uma lógica economicista, nos abre a possibilidade de compreender a manutenção de práticas ancestrais que se reafirmam entre a tradição e a modernidade e convocam as complexas dicotomias e relações entre a natureza e as sociedades para a sua compreensão.

Num mundo em perfeita ebulição onde as diferentes abordagens se entrecruzam e, muitas vezes, se excluem na procura da sustentabilidade de um planeta ameaçado, a Arte Xávega constitui um enclave entre a tradição, a modernidade e a globalização, que urge resgatar. Por outro lado, o aumento da biodiversidade pode acrescentar valor aos serviços dos ecossistemas e contribuir para a melhoria do nível de vida das populações. Para tal, é necessário promover uma abordagem sócio ecológica que compatibilize a preservação dos recursos naturais e os benefícios sociais numa lógica integradora das culturas locais.

Neste contexto questionamos:

- Como é que os sujeitos compreendem, explicam e lidam com esses recursos?

⁴ De acordo com o artº 63º do Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de julho, esta tipologia de pesca pode estender-se até às 6 milhas.

⁵ Tombo da Villa de Cezimbra. Referencia aos “pescadores e enxavegeiros”, em 1429, [fl.57-58] e à Chincha, em 1462. [fl. 117v.]

- Qual a importância que esses recursos têm para as suas vidas?
- Quem são estes pescadores, cuja Arte é vítima de posições antagônicas que a consideram necessária, mas cuja importância e manutenção depende da sua produtividade?
- Estará a Arte Xávega condenada a existir a prazo, ou seja, enquanto perdurar a resistência e a vida dos que nela refletem a sua identidade cultural, os seus saberes, a sua interação com o mar e os seus modos de vida? Qual o futuro para uma Arte assente em lógicas que não se adequam às exigências do capitalismo e da modernização?

Estas são as perguntas que pretendemos clarificar, refletir e aprofundar junto das duas comunidades que praticam a Arte Xávega no concelho de Sesimbra e que, certamente, nos poderão elucidar sobre outras comunidades tradicionais cujas práticas muito antigas têm sido vítimas de uma gestão que se pretende integrada, mas que até ao momento apenas se tem revelado desadequada.

Pescadores e poderes públicos utilizam linguagens diferentes, ainda que em prol de um objetivo comum: a preservação dos recursos marinhos e a sustentabilidade da pesca. (Martins *et al.*, 2013)

A tardia regulamentação da Arte Xávega⁶ e a posterior regulamentação da atividade em diploma próprio, criou expectativas de desenvolvimento da Arte nos pescadores que, rapidamente, foram dissipadas com a publicação da Portaria 488/96 de 13 de setembro, ao contemplar no n.º 1 do seu art.º 10.º a não atribuição de novas autorizações ou licenciamentos iniciais para o exercício da Arte (Souto, 2007).

Transcorridos mais de vinte anos, e após várias alterações aos diplomas subsequentes⁷ destaca-se a criação da Comissão de Acompanhamento da Arte Xávega (Portaria n.º

⁶ Tradicionalmente praticada na costa portuguesa, o exercício da Arte Xávega obedece, durante largos anos ao disposto no Regulamento Geral da Pesca da Sardinha na Costa de Portugal (Decreto de 14 de maio de 1903)

⁷ O Decreto Regulamentar n.º 7/2000 de 30 de maio; na sequência das medidas restritivas anteriores vem definir as medidas nacionais de conservação dos recursos vivos e estabelecer as áreas de operação, requisitos e características para a atividade desenvolvida e regulamentar o regime de licenciamento do exercício da atividade das embarcações e da utilização das artes de pesca. Em 22 de novembro desse mesmo ano, a Portaria n.º 1102-F/2000, vem regulamentar a pesca por arte envolvente arrastante, mantendo no seu art.º 11.º a proibição de concessão de novas autorizações e licenciamentos iniciais para o exercício da pesca com Xávega. Em 29 de julho de 2003, o despacho n.º 14694/(2.ª série), na ótica das anteriores medidas restritas, considera que deve manter-se a não renovação de licenças para artes menos seletivas ou que atuam sobre mananciais de espécies em risco de sobre-exploração e define critérios de licenciamento plurianual, indexando o nível de atividade exigível ao número mínimo de tripulantes por embarcação, bem como do valor ao valor do ordenado mínimo nacional, ao mesmo tempo que permite

4/2013, de 7 de janeiro); a norma derogatória do artº 3º, da Portaria nº 104/2015 de 9 de abril que vem estabelecer um regime que permita a substituição das embarcações sem que isso implique o cancelamento da licença (nº 1 do atº 3), e a interrupção e suspensão dos desembarques, até ao virar da maré, após um lanço em que mais de 30% do peso das capturas corresponda a espécimes subdimensionadas, entre abril e novembro (nº 2 do atº1 da referida Portaria); assim como, o estabelecimento de um regime participado de gestão e acompanhamento da pescaria com arte Xávega, sendo autorizada “a descarga, primeira venda e comercialização do carapau proveniente do primeiro lance, mesmo que com tamanho inferior ao tamanho mínimo de referencia de conservação” (artº 1º e seguintes, e artº 4º, nº 2, respetivamente, da Portaria nº172/2017 de 15 de maio).

Em relação à pesca com arte Xávega abrangida pelo Parque Marinho Luíz Saldanha, a mesma só é permitida ao abrigo do nº 3 do art 43º da Resolução do Conselho de Ministros nº 141/2005 de 23 de agosto, nas seguintes condições “Nas Praias da Califórnia e do Ouro, na baía de Sesimbra, pode proceder-se à pesca com arte xávega, desde que enquadrada em eventos turísticos ou culturais” e sujeitas a autorização do PNA. Quanto à licença, (alínea a, do nº 1 do artº 46º) a “mesma caduca com o abandono da atividade ou com a alienação ou cedência a qualquer título de embarcação, salvo se feita a favor de qualquer descendente em linha direta do seu proprietário, ou se se verificar na sequência de doença prolongada devidamente comprovada”. (RCM nº 141/2005 de 23 de agosto).

A conservação dos recursos e a manutenção das comunidades tradicionais apresentam-se como o grande desafio da gestão integrada da Arte Xávega, uma vez que requer novas abordagens centradas não apenas nos vetores económicos e ambientais, mas também nos aspetos sócio culturais. Para McGoodwin (1995;2001) o novo paradigma implica uma focagem na humanização da gestão das pescas, porque sem a integração e participação das comunidades locais a conservação e preservação dos recursos continuará em risco. Além do mais, quer os recursos marinhos quer as comunidades piscatórias fazem parte de um equilíbrio milenar onde a existência de uns pressupõe a

que em 2004 a renovação das licenças tenha por base os volumes de venda fixados no despacho nº 18520/2002, com uma atualização de 20% (pesca local pescado vendido no valor de €2500 durante os últimos 12 meses e termo de vistoria, pesca costeira €5000 ou quantidade de pescado igual ou superior a 5000Kg no total de 12 meses). Em 23 de julho de 2009, o despacho nº 16945, vem simplificar alguns procedimentos, todavia mantem-se no essencial, as condições e os critérios nele constantes, relativamente à obtenção de licenças.

existência dos outros, razão pela qual afirma que se é verdade que sem peixe não há pescadores, não é menos verdade que sem pescadores não haverá pesca. (McGoodwin, 2001).

A manutenção deste frágil equilíbrio requer uma alteração completa na forma de pensar e gerir a (s) pesca (s), na qual os fatores sócios culturais possam e devam ser tão valorizados quanto os económicos e ambientais.

2 Estratégia metodológica: objetivos e opções metodológicas

Este estudo tem dois objetivos centrais:

1. Compreender as práticas das comunidades da Arte Xávega do Concelho de Sesimbra e caracterizar as suas dimensões sociográfica, socioeconómica, sociocultural e ambiental;
2. Aprofundar o conhecimento das lógicas da sua manutenção enquanto atividade tradicional.

Pretende-se com esta dissertação aprofundar o conhecimento das práticas dos pescadores da Arte Xávega e as lógicas da sua manutenção enquanto atividade cada vez mais ameaçada, procedendo deste modo a uma caracterização de duas comunidades de pescadores da Arte Xávega do Concelho de Sesimbra, localizadas nas Freguesias de Santiago e do Castelo, em Sesimbra Vila e na Aldeia do Meco, respetivamente. Considerando as características próprias de cada uma destas comunidades de pescadores da Arte Xávega, procurar-se-á efetuar:

- A caracterização da dimensão sociográfica de modo a compreender as suas principais características, com especial enfoque para os seguintes aspetos: idade, residência, naturalidade, estado civil, escolaridade, profissão / ocupação, condição perante o trabalho, associativismo.
- A caracterização da dimensão socioeconómica, designadamente ao nível dos rendimentos auferidos, do sistema de saúde, do (s) local (ais) onde exercem a sua atividade, da tipologia das espécies capturadas, do destino do pescado.
- A caracterização da dimensão sociocultural e histórica na qual se descreve a prática e atividade da Arte Xávega, nomeadamente a composição da companhia, o (s) posto (s) que ocupam, os locais onde pescam, função desempenhada, a forma como a executam e a distribuição do produto da pesca. Nesta dimensão procuramos ainda caracterizar e compreender as perceções que estes pescadores

têm sobre a Arte, as razões da sua pertença, há quanto tempo a exercem e as suas ligações à Arte. A Arte Xávega no passado e no presente é igualmente objeto desta caracterização.

- A caracterização da dimensão socioambiental procura apurar as causas da perda da importância da Arte Xávega, do estigma de pesca destruidora, das razões do seu declínio e do seu futuro.
- Por último, far-se-á uma análise comparativa das duas comunidades de pescadores da Arte Xávega do concelho de Sesimbra, na tentativa de uma melhor compreensão e aprofundamento do estudo ao nível das suas particularidades (semelhanças e diferenças), assim como das suas perceções, soluções e expectativas futuras.

Espera-se, pois, que este estudo possa contribuir para uma melhor compreensão destas comunidades e demonstrar que o conhecimento das suas perceções da sua relação com os recursos e dos seus modos de vida são fundamentais e incontornáveis para a definição de políticas públicas de regulação e proteção ajustadas.

2.1 Métodos e técnicas

A presente investigação configura um estudo exploratório assente na análise de dois casos sobre a prática da Arte Xávega no Concelho de Sesimbra, nas comunidades situadas na Vila do mesmo nome e na Aldeia do Meco, pertencentes às freguesias de Santiago e Castelo, respetivamente. Tomando como campo de estudo as referidas comunidades⁸ o objeto de estudo centrou-se na prática desta atividade e na compreensão das suas características e funções sociais, culturais, económicas, políticas e identitárias e nas lógicas da sua manutenção enquanto atividade que, pelas suas características, separo imediatamente em duas – a comunidade de Sesimbra Vila e a comunidade da Aldeia do Meco -, que ilustram realidades diferentes de um mesmo concelho.

Alguns críticos consideram o estudo de caso como um estereótipo, *as a weak sibling among social scientific methods* (Yin, 2003). Tal como Yin, também gostaríamos de “pintar uma outra imagem” do caso de estudo. Apesar da tipologia escolhida poder

⁸ Comunidade é um conceito polissémico, complexo e que tem sido alvo de grandes debates. Não querendo nesta dissertação entrar nesse debate, com o conceito de comunidade, referimo-nos às relações que se estabelecem entre os sujeitos num determinado espaço e tempo. Trata-se assim de um construto que nos serve para nos referirmos às relações que se estabelecem entre os pescadores e outros agentes, em torno da Arte Xávega, incluindo a delimitação territorial onde têm lugar.

trazer-nos problemas acrescidos, designadamente o facto de os métodos aplicados poderem ser desafiados por *rational (and irrational) perspectives* ou, mesmo, dos contributos resultantes do estudo de caso poderem ser subestimados, resolvemos correr o risco.

A preparação para o trabalho de campo exigiu um conhecimento e uma facilidade de acesso que a vivência nesta área naturalmente nos forneceu. Apesar do acesso facilitado ao campo, todo o processo inerente à realização do estudo foi bastante exigente, metódico e sistemático, a fim de assegurar, tanto quanto possível, a independência e fiabilidade do mesmo. As visitas, os encontros, a observação, as conversas, tudo teve de obedecer a um registo sistemático, assim como as reflexões suscitadas pela realidade observada. A riqueza, especificidade e complexidade da observação vivida em tempo real é uma experiência única e irrepetível.

Pela informação que circula nos vários campos, desde a ciência à política, pela observação das práticas destes pescadores e suas famílias, tende-se a associar a Arte Xávega à pesca efetuada por uma camada mais pobre da população e à pesca como complemento de outras atividades (piscatórias ou não). Estes pressupostos levaram-nos a questionar a razão pela qual estes pescadores, de avançada idade, ainda se dedicam a uma tarefa tão dura, pouco rentável e proveitosa. O que os move? A necessidade? A Arte Xávega é ainda considerada uma prática piscatória ancestral do concelho, aparentemente menos valorizada que as restantes, mas que agrega características culturalmente relevantes.

Figura: 2 – Caracterização das Comunidades da Arte Xávega do Concelho de Sesimbra



Fonte: Trabalho de Campo realizado na Praia do Moinho de Baixo – Aldeia do Meco, abril 2017

Tal como a Figura 2. evidencia, as condições geográficas, legislativas e culturais imprimiram nestas comunidades particularidades distintas que se repercutem nas suas dinâmicas sociais e aspetos organizativos. As perceções destes pescadores sobre a Arte Xávega, no passado e no presente, permitem-nos a compreensão das suas vivências no clima de instabilidade a que estão sujeitos. A longa trajetória desta Arte ancestral que ainda se mantém viva, motiva-nos a refletir sobre o seu incerto futuro.

O estudo da Arte Xávega exigiu uma aproximação intensa ao campo, simultaneamente racional e afetiva. Dada a familiaridade deste campo para a investigadora a entrada nele para observar e conhecer de forma sistemática as rotinas inerentes à atividade e para compreender o lugar e configuração das relações sociais que se estabelecem em torno desses saberes e fazeres quotidianos, foram, de alguma forma, facilitados, na medida em que houve aceitação (o mais desarmada possível) da presença da investigadora. Esta incursão no campo permitiu conhecer estas comunidades por dentro, ou seja, pela partilha dos seus universos e significados simbólicos em torno da reprodução e manutenção, desta Arte, desta forma de se fazer ao mar e dele retirar sustento, seus constrangimentos e aspirações, convocando lógicas complexas que a mantêm de forma

tão genuína quanto possível nos dias de hoje, em aparente contradição com a modernidade, com as suas lógicas e os seus processos.

O contacto direto com as comunidades permitiu constatar a diversidade de situações e as dificuldades que quotidianamente enfrentam, assim como, as formas engenhosas encontradas para ultrapassar os obstáculos que vão surgindo.

Atendendo à especificidade do objeto deste estudo, e dos objetivos da pesquisa do “aqui” e “agora” (Coutinho, 2005), concretizado nestas duas comunidades praticantes da Arte, o referencial teórico que orienta a pesquisa assenta no paradigma qualitativo, que “postula uma conceção fenomenológica” do objeto e do campo (Carmo e Ferreira, 1998). A vantagem da postura fenomenológica está em poder adotar uma postura de observadora vinculada e envolvida e realizar uma abordagem menos restritiva e mais criativa. Além do mais, ao haver uma compreensão sólida dos compromissos fenomenológicos é possível conciliar diferentes metodologias com uma postura epistemológica e ontológica transparente (Titchen e Hobson, 2011).

A existência de “uma grande diversidade de definições” de métodos e técnicas (Carmo e Ferreira:175, 1998) levou à adoção de “um conjunto concertado de operações” que, de maneira “mais ou menos abstrata ou concreta, precisa ou vaga” (Gravitz, 1993; Carmo e Ferreira:175, 1998), nos permitisse gizar um plano de trabalho em função dos objetivos a alcançar.

A abordagem qualitativa desenvolveu-se nas duas comunidades, adotando uma perspetiva simultaneamente de tipo dedutivo e indutivo e procurando descrever e interpretar (Sousa e Baptista, 2011) as relações encontradas em torno da prática da Arte Xávega. Ou seja, a necessidade de conjugar as informações e compreensões prévias, fornecidas pelo enquadramento teórico, com a abertura e flexibilidade necessárias para o que a empiria nos pudesse revelar, foi uma decisão e condição prévia do desenho desta pesquisa. Os métodos e técnicas utilizados compreendem assim, para além da pesquisa documental concretizada na análise do estado da arte e da caracterização das políticas das pescas enquadradoras da Arte Xávega, as entrevistas semiestruturadas (Flick: 94-95, 2005; Ketele, 1999; Sousa e Baptista, 2011; Carmo e Ferreira, 1998) e a observação não participante de tipo etnológico, embora não com a precisão do etnólogo, mas como complemento de outros métodos (Quivy e Campenhoudt, 2013).

Em virtude de se pretender atingir a melhor compreensão destas duas comunidades, e de garantir a qualidade da investigação, serão revelados os aspetos da clarificação dos processos utilizados, a operacionalização desses mesmos processos na investigação e a explicitação da sua operacionalização (Miles e Huberman, 1994; Sousa e Baptista, 2011).

2.1.1 A observação

A observação das práticas e interações na realização da Arte Xávega, foi efetuada de forma intencional e seletiva de modo a poder caracterizá-la. Nesse sentido e de acordo com Carmo & Ferreira (1998) e De Ketele (1998), realizamos a observação participante (revelando a identidade e objetivos da observação). Inicialmente optámos pela observação não participante, mas a proximidade com o objeto de estudo bem como a dinâmica das relações que se estabeleceram ao longo do trabalho de campo que teve a duração de dois anos, acabaram por envolver a investigadora de forma mais próxima, quotidiana e implicada no campo, nas suas vidas e ritmos locais, sendo sucessivamente integrada nas atividades que estavam a decorrer, para vir participar, observar, para vir constatar, fotografar e anotar.

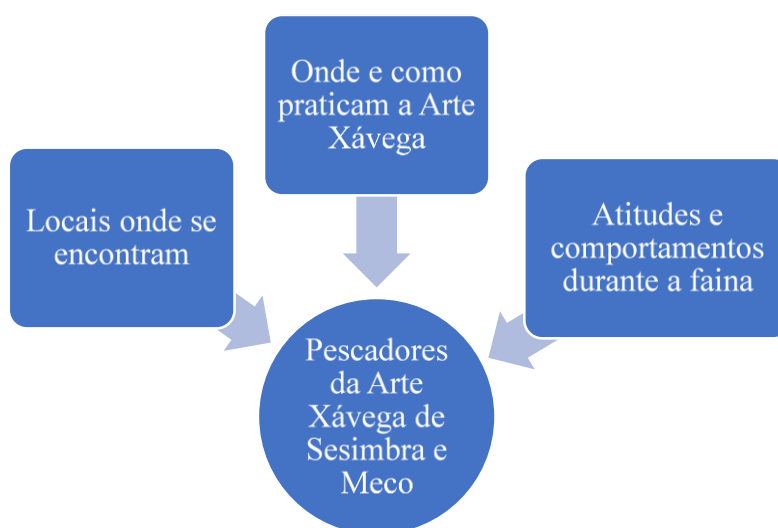
Para tal foram planeadas várias visitas ao longo de dois anos (10 vistas, distribuídas pelos meses de julho, agosto e setembro de 2016, e 12 visitas em maio, julho, agosto e setembro, de 2017) tendo em consideração os dias em que estava planeada a prática da Arte Xávega.

Na Vila de Sesimbra, esta Arte é praticada 3 dias por semana (segundas, quintas e sábados) de junho a outubro, mas, na prática, a partir da 2ª quinzena de setembro já é incerta, considerando que também depende das condições climatéricas e da disponibilidade da companhia.

Contudo, a nossa observação não se cingiu à prática desta arte, mas também às interações dos pescadores que a praticam fora desse cenário. Desta forma procuramos os locais onde se encontram fora do exercício da arte, para que pudéssemos observar as suas rotinas, conversar com mais calma, trocar um cumprimento ou meia dúzia de palavras sobre as pescarias. Habitualmente estes pescadores encontram-se nos cafés da Vila, em particular na Sociedade Musical Sesimbrense ou nas suas imediações. O local predileto é o muro da praia, onde além da “amena cavaqueira”, sempre se vê quem passa.

Em relação aos pescadores do Meco, os locais de encontro já são diferentes, embora os possamos encontrar nos Cafés de Alfarim, ou nas suas hortas. Por vezes, o mercado também é local de encontro. Em cada visita procuramos assim identificar e caracterizar os locais onde se reúnem, os locais onde praticam a Arte Xávega, e quais as funções desempenhadas e interações desenvolvidas pelos diversos intervenientes, tal como representamos na figura nº 3.

Figura: 3 – Esquema de Observação da Prática da Arte Xávega



Os lugares onde habitualmente se encontram, constituem um espaço preferencial para a obtenção de informações referentes à vida quotidiana (Pais, 2008). Nestes lugares, fala-se dos problemas do quotidiano, joga-se, vê-se quem passa, comenta-se, brinca-se e “mata-se o tempo” que, hoje em dia, sobeja. Libertos dos horários apertados de uma profissão regular, a vida tem outro ritmo para alguns destes pescadores. Outros, porque a terra os prende, o tempo é bem mais rápido e apenas o final dos dias de verão ou os fins de semana lhes conferem umas curtas tréguas.

Como alguns deles são nossos conhecidos, a nossa presença lá, ainda que não seja habitual, não causa grande estranheza. Todavia, ainda leva alguns a questionar baixinho “Quem é?”; “Vem entrevistar a gente?”; “Eu ã dou cá nenhuma entrevista!”, desta vez mais alto, de forma a que eu oiça, para testarem a reação. Como não há reação, olham e voltam a olhar e, por fim, mostram-se desapontados. Os mais curiosos vêm ao meu encontro e trocamos algumas palavras. Informo-os que estou a fazer um estudo sobre a

Arte Xávega e que, mais tarde, gostaria de falar com eles. Acedem prontamente e convidam-me a vê-los a executar a Arte, como se dissessem “Não tem nada que enganar. Está tudo ali”. Nos dias em que não se pesca, sentam-se no muro da praia a conversar e a ver quem passa.

Sempre que me junto a eles, percebo que a sua interação deixa de ser espontânea, como se medissem mais as palavras, o que releva do imaginário cultural pelo facto de a investigadora ser mulher e eles homens, das representações de classe e certamente de tantas outras imagens e representações sociais que medeiam a nossa relação. Têm outro cuidado no falar e nas expressões empregues. As brincadeiras são simples e afáveis. Gostam particularmente de quanto levamos a máquina fotográfica. Entrevistas com gravador é que lhes causam algum desconforto. Ao assegurar-lhes que será apenas para registar a informação porque, de outro modo, não conseguiria reter tudo o que explicam, e que o seu anonimato também estará protegido, concordam em falarmos, depois. Embora renitentes em falar para o gravador, não se importam que os seus nomes sejam referidos. Aliás, muitos deles até insistem para que o façamos, outros, deixam ao nosso critério.

A presença da investigadora nem sempre é notada. Quando é, brincam, explicam o que estão a fazer, “reïnham” [brincam] uns com os outros em jeito de troça sobretudo se o tema é futebol ou trabalho. Quando perguntamos se podemos fotografar, costumam brincar “P’ra que quer você estas caras lindas?” e riem visivelmente satisfeitos. Sentem-se importantes pela atenção que lhes é dedicada e, por vezes, disputam a nossa atenção: “Olhe lá, sabe o que é isto aqui?”; “Venha cá, venha comigo que eu faço assim [abria os braços para impedir que os turistas se aproximassem] p’ra eles não virem, e a senhora já pode fotografar!”. Tenho de ser rápida e certa, porque num ápice quase que sou esmagada por um grupo em euforia. No meio da algazarra oiço o pescador gritar “conseguiu? conseguiu?” Faço-lhe sinal que sim! Só depois, no arrumar do aparelho, é que podemos de novo conversar. Até lá é: “deixa-os levar o peixe!”.

Estes momentos passados com os pescadores nas diversas fases do seu quotidiano são importantíssimas não apenas para ganhar a sua confiança, mas também para debater assuntos que os preocupam, que os entristecem e, por vezes, que os divertem. Virginia Wolf (1944), dizia que⁹ “Nada é tão estranho como as relações humanas, as suas

⁹ Woolf, V. (1944). *A Haunted House, and other short stories. Together and apart* (Chapter 17). Ed. Hogarth Press do casal Leonard e Virginia Woolf.

mudanças a sua extraordinária irracionalidade”, ao que acrescentaríamos, que é nisso que reside a sua beleza e interesse.

Depois, destes primeiros contactos de preparação haveria que passar à recolha e consolidação de outros dados, embora a observação seja um contínuo durante toda a investigação.

Da experiencia então obtida, verificámos que o questionamento sobre estes pescadores da Arte Xávega, suas práticas, perceções e atitudes requeriam um conhecimento, uma envolvência e uma relação de alguma proximidade, razão pela qual, em termos metodológicos, a entrevista semiestruturada pareceu ser a técnica mais adequada, em virtude dos seus pontos de vista serem mais facilmente expressos numa situação de entrevista relativamente aberta (Kohli, 1978; Flick: 94 2005).

2.1.2 Entrevista semiestruturada

A conceção da entrevista semiestruturada baseou-se nas perspetivas de Kohli (1978) e Flick (2005), à qual se acrescentou a de Marconi e Lakatos (2003), a fim de se considerar alguma informalidade intercalando, no decurso das mesmas, questões mais fechadas e direcionadas com argumentações mais abertas, com vista à fluidez da entrevista.

Ainda assim, procurou-se não se perder de vista a definição de Goode e Hatt (1969:237); Lakatos e Marconi (2003:203-204; 212-213; 226-228), designadamente ao nível da “precisão, focalização, fidedignidade e validade da conversação”.

Nesse sentido, da elaboração do guião constavam perguntas abertas e fechadas de forma a que o entrevistado pudesse responder livremente. O próprio guião foi utilizado de forma coerente a fim de possibilitar a fluidez das informações prestadas pelo entrevistado e, simultaneamente, satisfazer os propósitos da investigadora na informação. O interesse na obtenção e coleta de afirmações concretas dos pescadores sobre a Arte Xávega, justificava a utilização da entrevista semiestruturada como “meio mais eficiente e eficaz para o efeito” (Flick, 2005).

Originalmente, a elaboração do guião partiu de um cenário decorrente do contacto com a comunidade em geral, da documentação pesquisada e da perceção partilhada sobre esta Arte. Por via da estruturação do guião, pretendia-se verificar a tipologia destes pescadores – Quem eram? Qual a razão de praticarem a Arte Xávega? – Porque o fazem? e, O que representa, no fundo, a Arte Xávega? – O que é? E como é vista?

Mas o conhecimento daquelas duas comunidades não se esgotava nestas questões. Havia uma riqueza tão grande que não podia ser deixada à margem. Então, o 1º guião de entrevista realizado pretendeu estabelecer um perfil socioeconómico dos Pescadores, um perfil socioeconómico do Agregado dos Pescadores e retratar a Arte Xávega nas suas várias dimensões – Pessoal, profissional, económica, social, cultural e ambiental. Nesse sentido, foi elaborado um guião com seis grupos de questões, denominados anexo A, B, C, D, E e F.

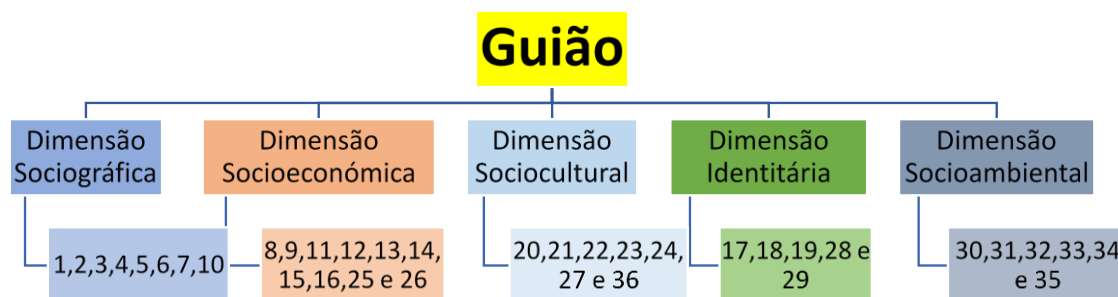
Foi realizado um pré-teste do guião da entrevista com 3 pescadores. Nesta fase de pré-teste apercebemo-nos desde logo da riqueza inter-relacional e das interdependências entre os diversos fenómenos da vida destes pescadores e da arte xávega e da complexidade do questionamento.

A reflexão efetuada no pós-teste incidiu na extensão, abrangência e especificidades do guião, tendo-se procedido a um redimensionar e focalizar o objeto de estudo, dando origem à reformulação e reestruturação do guião.

O guião final é constituído por 36 perguntas: 18 (dezoito) perguntas fechadas, das quais 8 (oito) referentes à dimensão sociográfica, e 10 (dez) alusivas à dimensão socioeconómica dos pescadores entrevistados; e 18 (dezoito) perguntas abertas, que compreendem 3 (três) dimensões centrais: sociocultural, identitária e socioambiental, tal como podemos verificar no quadro:1.

Quadro: 1 – Estrutura do Guião das Entrevistas aos Pescadores da Arte Xávega

MCAP - Arte Xávega - AG (2017) 1



A dimensão sociográfica pretendeu levantar informações que nos permitissem caracterizar os respondentes do ponto de vista das suas características sociais, como

idades, profissão atual, naturalidade e local de residência, estado civil, escolaridade, condições de habitação, condição perante o trabalho e pertença (ou não) a alguma associação ou cooperativa de pesca.

A dimensão socioeconómica visou apurar a profissão, e caracterizar a relação laboral (própria ou por conta de outrem), as fontes de rendimento, níveis de rendimento, espécies capturadas, destino e finalidade das capturas, de forma a podermos obter uma caracterização da sua condição económica.

A dimensão sociocultural procurou identificar e compreender os aspetos inerentes à decisão, organização e execução da realização da Arte Xávega, designadamente ao nível do processo de pesca em si, da estruturação da companhia, das tarefas a executar e dos postos a ocupar, da distribuição do produto, e da representação do mar e dos seus recursos na vida destes pescadores, a fim de melhor compreendermos as suas interações com o ecossistema e com a Arte, o enraizamento dos seus saberes, e a simbologia do mar nas suas vivências. Esta dimensão procurou também abordar o papel das mulheres na Arte Xávega destas comunidades, sobre o qual obtivemos muito pouco material pois nestas comunidades o trabalho feminino não é apenas invisível como aparentemente escasso. Procuramos ainda compreender nesta dimensão os processos identitários que a arte xávega propicia, bem como evidenciar os laços afetivos destes pescadores com a Arte e estabelecer, através das suas perceções, o quadro da Arte Xávega no passado e no presente e as razões pelas quais a exercem. A dimensão socioambiental visou precisar as razões do declínio da Arte Xávega, conhecer os efeitos da sua prática, compreender a forma como é vista a Arte Xávega, a sua relação com o meio e perceber como encaram o futuro desta Arte.

2.1.2.1 A seleção dos/as entrevistados/as

Tendo em conta a tipologia das companhias, foram entrevistados os pescadores que habitualmente nelas participam, porque segundo a tradição desta pesca “mais um par de mãos” é sempre bem-vindo no alar da rede, o que faz com que o número de elementos seja bastante variável.

Dadas as circunstâncias, a nossa amostra é intencional e inclui os mestres das embarcações licenciadas que operam na Vila de Sesimbra e na Aldeia do Meco e todos os que participaram nas companhias de mar e de terra, dessas embarcações, onde estão

representados além dos Mestres, os Homens de Mar e os Homens de Terra. No total entrevistamos individualmente ou em grupo 11 participantes destas companhias.

Foram ainda entrevistados 6 elementos da comunidade que designamos por informantes privilegiados, cujo conhecimento e funções desempenhadas, justificam o seu testemunho e integração neste estudo. Estes informantes privilegiados foram uma mulher pescadora, por ter sido a única mulher que se dedicou à arte da pesca que encontrámos no concelho, embora não se tenha dedicado à Arte Xávega (todavia, as suas ligações pessoais àquela Arte e a sua experiência enquanto mulher pescadora, fazem com que tenha sido considerada na qualidade de informante); os proprietários do Bar do Peixe, na Aldeia do Meco, frequentado por estes pescadores; um técnico e um Vereador da Câmara Municipal de Sesimbra (o ex-Vereador das Atividades Económicas), ambos ligados às pescas, e o Delegado Marítimo de Sesimbra.

Como referido, no total foram realizadas 11 entrevistas aos pescadores da Arte Xávega, distribuídas do seguinte modo: sete (7) entrevistas na comunidade do Meco (Pescadores 1, 2, 3, 4, 5, 11 e 12) e quatro (4) entrevistas na comunidade da Vila de Sesimbra (Pescadores 7, 8, 9, e 10).

As entrevistas decorreram entre 19 de abril e 16 de agosto de 2017 em locais distintos, consoante a disponibilidade dos pescadores contactados, nomeadamente:

- Entrevista Pescador 1 e pescador 12, ambos mestres e donos das embarcações, foram previamente combinadas e tiveram lugar na casa de cada um dos pescadores.
- As entrevistas aos Pescadores 2, 3, 4 e 5 foram realizadas na praia, em contexto laboral, ou seja, durante a faina.
- As entrevistas aos pescadores 7 e 10, o primeiro é mestre e dono da embarcação, o segundo é o elemento mais idoso da companhia e “velho de terra”, foram realizadas individualmente no local lúdico onde habitualmente se encontram – a Sociedade Musical Sesimbrense. A primeira entrevista (Pescador 7), na sala de ensaios e jogo, um espaço habitualmente mais resguardado, pese embora o facto, de nesse dia, a sala ter sido partilhada com um grupo de outros pescadores que se encontravam a jogar dominó e cartas. A segunda entrevista (Pescador 10), foi realizada no Café da Sociedade Musical Sesimbrense.

- As entrevistas aos pescadores 8 e 9 foram efetuadas na esplanada do Café da Sociedade Musical Sesimbrense.
- A entrevista com o pescador 11, após várias tentativas de contacto por interpostas pessoas, foi efetuada num encontro ocasional no estacionamento, junto à rotunda, da Praia do Moinho de Baixo.

As entrevistas aos informantes decorreram entre junho e novembro de 2017, tendo sido realizada a repetição da entrevista com o técnico camarário, por motivos técnicos, a 3 de janeiro de 2018:

- A entrevista com a Informante Pescadora decorreu em espaço neutro, numa sala de reuniões da Câmara Municipal de Sesimbra.
- A entrevista com o técnico camarário ligado às pescas decorreu numa sala de reuniões do Gabinete onde trabalha, assim como a posterior repetição da entrevista motivada pela ocorrência de um incidente técnico.
- A entrevista com o Vereador da Câmara Municipal de Sesimbra (ex-Vereador das Atividades Económicas) decorreu na sala de reuniões do seu Gabinete.
- A entrevista com o Delegado Marítimo foi, a seu pedido, escrita e remetida por correio eletrónico.
- A entrevista com os proprietários do Bar do Peixe, no Moinho de Baixo – Meco, foi realizada na esplanada do bar-restaurante.

A fim de garantir a fidelidade dos dados, todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Durante as mesmas foram tomadas notas relevantes.

2.1.2.1.2 – Breve caracterização sociográfica dos pescadores participantes no estudo

Os pescadores participantes neste estudo, são invariavelmente reformados, com idades, médias, compreendidas entre os 70 e os 80 anos, que já foram pescadores nesta, e em outras artes de pesca, embora dos entrevistados apenas 7 tenham sido sempre pescadores, 3 dos quais na qualidade de pescadores agricultores. Os restantes têm ligações ao mar e à pesca, mas no seu percurso de vida escolheram outras profissões, tendo regressado à Arte Xávega, após a reforma.

Quadro 2 – Quadro ilustrativo das entrevistas realizadas

	Local	Data	
Pescadores Entrevistados	P1	Entrevista Direta – Casa do Pescador	19.04.2017
	P2	Entrevista na Praia – Durante a Faina	20.04.2017
	P3	Entrevista na Praia – Durante a Faina	20.04.2017
	P4	Entrevista na Praia – Durante a Faina	20.04.2017
	P5	Entrevista na Praia – Durante a Faina	20.04.2017
	P7	Entrevista Direta – Local de reunião de pescadores – Sala Multiusos	04.08.2017
	P8	Entrevista Direta – Local de reunião de pescadores – Esplanada de Café	04.08.2017
	P9	Entrevista Direta – Local de reunião de pescadores – Esplanada de Café	04.08.2017
	P10	Entrevista Direta – Local de reunião de pescadores – Café (interior)	08.08.2017
	P11	Entrevista Direta – Encontro Ocasional – Estacionamento Praia do Meco	10.08.2017
	P12	Entrevista Direta – Casa do Pescador	16.08.2017
		Local	Data
Informantes	P6	Entrevista Direta – Espaço neutro	21.04.2017
	TC	Entrevista Direta – Gabinete Técnico	08.11.2017 e 03.01.2018
	VC	Entrevista Direta – Gabinete do Vereador	24.11.2017
	BP	Entrevistas Diretas – Bar do Peixe	24.06.2017
	DM	Entrevista Escrita – Enviada por correio eletrónico	21.12.2017

Fonte: Trabalho de Campo – Dissertação mestrado “A prática da Arte Xávega e os Percursos de Resistência entre a Tradição e a Modernidade – Estudo de Caso na Vila de Sesimbra e no Meco (2015-2018)”

2.1.3 – Análise e tratamento das informações recolhidas

Depois de transcritas as entrevistas, a informação nelas contidas foi classificada quantitativamente e qualitativamente tendo em conta o tipo de perguntas. A análise quantitativa foi agrupada em quadros que permitiram uma análise estatística descritiva. Utilizamos a análise de conteúdo (Bardin, 2008) para classificar as informações qualitativas que posteriormente foram descritas e analisadas tendo em conta os objetivos da dissertação. Esta informação foi triangulada com as observações resultantes da observação efetuada e registada no diário de campo.

Refira-se que, apesar de alguns dos nossos entrevistados terem autorizado a utilização do seu nome, por uma questão de coerência e bem assim de proteção do anonimato dos restantes, optámos por identificar os participantes neste estudo por Pescador seguido do

nº da Entrevista efetuada ou Informante Privilegiado/a, também seguido do nº da entrevista realizada.

3. Estrutura e organização da dissertação

A organização desta dissertação não obedece a um esquema clássico dado que consideramos beneficiar desde logo de uma articulação de conhecimento de carácter primário e secundário, recorrendo quer às fontes documentais, quer aos discursos dos entrevistados, ou às observações efetuadas e registadas no diário de campo.

A dissertação estrutura-se em quatro capítulos: Capítulo 1 - Enquadramento da Arte Xávega; Capítulo 2 – Comunidade da Arte Xávega em Sesimbra (Vila e Meco); Capítulo 3 – Perceções da Arte Xávega e Capítulo 4 – De Arte Predatória e Económica a Património Cultural.

O capítulo 1 – Enquadramento da Arte Xávega – divide-se em dois pontos principais: o 1º - O mar e as Pescas – desafios ambientais e sócio económicos, no qual se parte de um contexto global onde se abordam os principais desafios ambientais e socioeconómicos que o mar e as pescas atualmente enfrentam, para nos permitir alcançar o nível local, onde inevitavelmente os impactos das políticas globais se fazem sentir com maior intensidade, na pequena pesca artesanal e, em particular, no nosso objeto de estudo: a Arte Xávega e as comunidades que dela sobrevivem.

O 2º ponto – Raízes históricas da Arte Xávega e os desafios atuais, subdivide-se ainda num outro ponto – Especificidades socio históricas da pesca em Sesimbra, onde se discutem novas abordagens à luz de velhos problemas. Aqui é feita uma revisão geral da literatura e traçado o conturbado percurso da Arte Xávega, aliando-a à origem e importância das pescas em Sesimbra, pilar estrutural do desenvolvimento do concelho.

O capítulo 2 - Comunidade da Arte Xávega em Sesimbra e Meco, subdivide-se em três pontos principais que, por sua vez se distribuem pelas especificidades decorrentes de cada um deles. O ponto 1- Caracterização sociodemográfica do campo de estudo – O concelho de Sesimbra, efetua a caracterização sociodemográfica de cada uma das freguesias onde é praticada a Arte Xávega, enquadrando-a no Concelho. No ponto 2 deste capítulo incide-se sobre a prática da Arte Xávega nestas duas localidades, traçando o perfil do pescador e, no ponto 3, apresenta-se a Arte Xávega vista pelos

próprios pescadores, as suas vivências em termos de organização, estruturação, memória e identidade, alicerçadas pelas suas narrativas e saberes.

O capítulo 3 - Perceções sobre a Arte Xávega, tal como o Capítulo 2 é um capítulo extenso, onde na continuidade do anterior se apresentam as perceções sobre os múltiplos aspetos da Arte Xávega, não apenas dos seus pescadores, mas também dos nossos informantes privilegiados, no sentido de melhor compreendermos a sua complexidade e aprofundarmos as relações desta Arte, entre si e com o seu entorno. Explora-se, igualmente o passado e o presente na tentativa de possibilitar um melhor entendimento das suas lógicas e das razões do seu declínio.

O capítulo 4 – De arte predatória e económica a património cultural – divide-se em outros dois pontos; o ponto 1 explora as razões pelas quais a Arte Xávega não é considerada uma Arte predatória. Nos pontos 2 e 2.1. procuramos compreender através das perceções destes pescadores, como encaram o futuro da Arte Xávega e a (in) certeza da sua continuidade face aos desafios dos novos tempos. Será possível salvá-la?

Segue-se, no **Capítulo 5**, a **síntese e discussão** dos principais resultados procurando discuti-los à luz do estado da Arte.

A dissertação é rematada por uma breve **conclusão** que enuncia os pontos de chegada deste trabalho e traça perspetivas de continuidade da Arte Xávega à luz dos novos desafios, abrindo igualmente campo a outras investigações.

A Bibliografia e a Lista de Figuras, Gráficos e Quadros fecham a dissertação.

Capítulo 1 – Enquadramento da Arte Xávega

Neste capítulo, procuramos abordar a importância crucial dos oceanos para a vida na Terra e o seu inegável valor económico que tantas transformações tem despoletado, sobretudo ao nível da pequena pesca artesanal. A massiva ocupação das zonas litorais onde se registam as maiores concentrações populacionais e o estímulo que tem sido dado à economia marítima tem impulsionado a disputa, cada vez mais feroz, pela utilização e exploração do mar. A ação devastadora das atividades antrópicas no meio marinho tem causado danos irreversíveis nos recursos piscícolas, o que coloca sérios desafios às sociedades atuais. O peso político, económico e social da indústria pesqueira requer novas abordagens e formas de gestão que não observem apenas exigências globais, mas tenham em conta a preservação dos valores locais. Nesta luta de poderes, altamente competitiva pela supremacia dos mares, não há lugar às realidades das pequenas comunidades piscatórias que se veem assim arredadas das grandes decisões ficando entregues à sua própria sorte que, não raro, se traduz numa existência precária que as conduz ao empobrecimento e ao lastimável desaparecimento.

A pequena pesca artesanal e, em particular a Arte Xávega, tem sido sobejamente fustigada no enquadramento economicista das políticas das pescas. A introdução de novas tecnologias veio fortalecer o aspeto economicista e consumista das sociedades atuais, promovendo a modernização e reconversão das frotas, ou na sua impossibilidade, o abate das embarcações. Os tempos são outros e a realidade histórica de uma arte ancestral como é a Arte Xávega pouca atenção tem atraído por parte dos decisores. Na tentativa de melhor compreendermos a Arte Xávega, procurámos traçar o seu percurso ao longo dos tempos, ligando-a à pesca em Sesimbra e revelando e desvendando aspetos da sua história que julgamos poder vir a enriquecer a sua longa e controversa trajetória. Abandonada, desde cedo, à sua sorte e arrastando consigo o estigma de “artes dos povres” na expressão de Alvar (1975), a Arte Xávega parece ter sido sempre entendida como uma arte secundária, uma arte menor, ou uma arte de recurso, como se depreende do vazio legal apenas colmatado nas últimas décadas, sem contudo, atender aos velhos problemas de que enferma.

1 O mar e as Pescas – desafios ambientais e socioeconómicos

O Planeta Terra, carinhosamente apelidado, “Pale Blue Dot” (Voyager 1, 1990, Sagan 1994), deve esse epíteto ao facto de ser coberto por uma extensa massa de água que se estende por 71% da sua superfície. Oceanos, mares, rios e lagos albergam milhares de seres vivos que complementam a biosfera (Suess, 1875)¹⁰, um conceito holístico que traduz a vida na Terra.

Ainda pouco conhecidos, os oceanos têm sido palco de várias teorias, discussões e lutas pela sua supremacia como anteriormente aconteceu com o espaço terrestre. Dotados de uma riqueza excecional, desde cedo atraíram os seres humanos que neles viram um recurso admirável, de onde podiam retirar o seu sustento ou enriquecer uma dieta empobrecida, com alimentos mais nutritivos e saudáveis. A presença humana volta-se, assim, para os litorais abrigados que constituíam locais estratégicos para a sua sedentarização e ótimas vias de comunicação e de comércio com o exterior (Dias, 2011).

Distantes ficavam os litorais abertos - os “territórios do vazio” como Corbin (1988) lhes chamou - que exerciam um misto de fascínio e terror, mas, que ao longo dos séculos com o aperfeiçoamento de novas técnicas e saberes a humanidade foi conquistando.

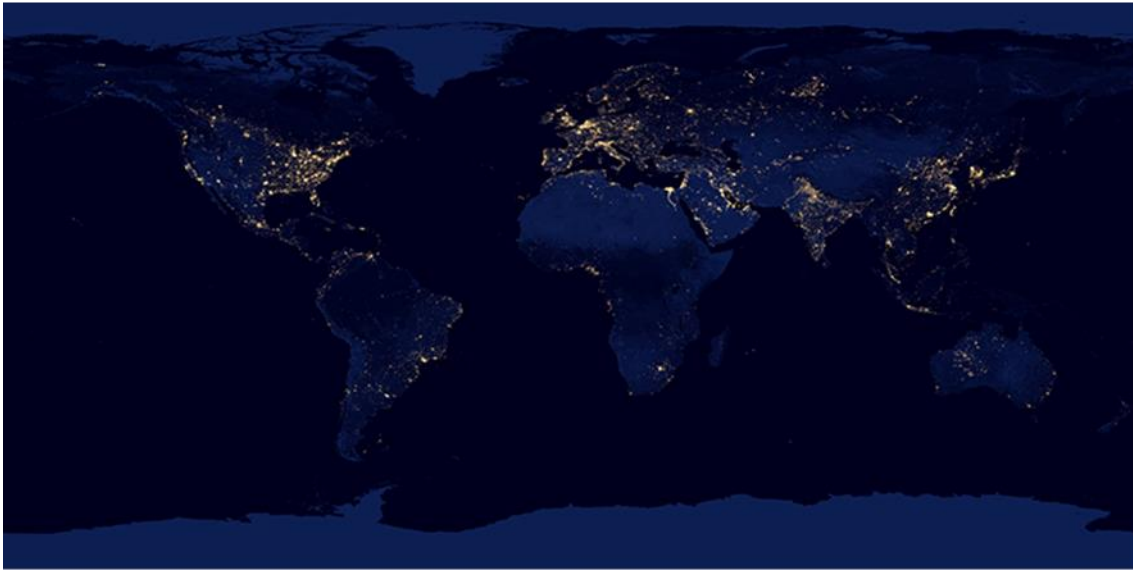
Ao longo dos séculos, a espécie humana foi-se desenvolvendo e os anteriores “territórios do vazio”, com o crescimento económico e social do século XX, passaram a ser territórios ocupados por um crescimento populacional e urbanístico sem precedentes. De igual forma, as pressões exercidas sobre os recursos marinhos causaram danos irreparáveis que, apesar dos avanços tecnológicos, continuam por resolver.

Mais de 50% da população mundial e das atividades económicas concentram-se junto ao litoral ou num raio de 200Km da costa. As maiores concentrações de massa humana estão junto ao litoral e ocupam, sensivelmente, 10% da zona terrestre do Planeta; os restantes dois terços vivem a cerca de 400 km da linha de costa (Hinrichsen, 1994).

A imagem abaixo ilustra bem o peso desta concentração.

¹⁰ Embora o conceito de biosfera date de 1920

Figura 1. 1. – “Night lights – Flat Map”



Fonte: *NASA Earth Observatory image by Robert Simmon (2012)*

Num futuro próximo, as projeções apontam para uma sobrecarga ainda maior destes territórios costeiros visto que se estima que em 2050 cerca de 75% da população mundial reside nas áreas costeiras (Hinrichsen, 1994:6-9). Pode, por isso, inferir-se a enorme pressão que é exercida sobre estes recursos. Do ponto de vista terrestre, afirmações como as que se seguem ilustram o desconforto e a necessidade de mudança: “Our coastal areas are suffering from gigantism”; “They are becoming like Frankenstein monsters: they are too big and too out of control for us to manage”, lamenta-se um funcionário público de Bombain (Hinrichsen, 1996:16).

A rápida evolução da ciência e da tecnologia transformaram o mundo numa rede complexa de processos onde tudo se interliga, pelo que, poucos serão os aspetos do ambiente que nos rodeia que não tenham sido afetados pela intervenção humana (Giddens, 2000:16).

A globalização tem vindo a resultar em práticas pouco sustentáveis, que aumentam a pressão e delapidação dos recursos levando, por vezes, à exaustão dos stocks. No final do século XX, 70% dos stocks pesqueiros mundiais estavam “totalmente explorados”, “sobre explorados”, e “esgotados”, havendo apenas alguns em “lenta recuperação” (FAO, 1995).

O perigo que afeta a maior parte dos pesqueiros mundiais, requer a implementação de uma rápida viragem na utilização, gestão e consumo dos recursos marinhos,

considerando que a sua capacidade de regeneração, não é compatível com a captura desenfreada, cujos níveis de exploração subiram dramaticamente nas últimas décadas.

A humanidade atravessa talvez um dos seus maiores desafios: que modelos, que práticas, que políticas poderão ser implementadas de forma a tornar sustentáveis os recursos não só para a própria humanidade, mas também para os restantes seres com quem dividimos o planeta, e com todos aqueles que nos sobrevivam (FAO, 2017)?

Eis uma questão de resposta difícil que requer uma abordagem transdisciplinar. A pesca não pode ser apenas entendida como uma atividade económica. Dela sobrevivem imensas comunidades cuja tradição assenta em ritmos e saberes ancestrais, onde homem e natureza vivem numa cumplicidade intemporal (McGoodwin, 2001).

A pesca, enquanto fenómeno humano ¹¹, deve libertar-se mais da supremacia economicista e ser entendida numa abordagem transdisciplinar onde os aspetos culturais e sociais (que embora lhe sejam inerentes e constem dos objetivos dos documentos estratégicos), sejam efetiva e realmente tidos em conta (*idem*).

Nesse sentido, a mudança de paradigma na gestão das pescas torna-se inevitável requerendo uma abordagem cada vez mais centrada na pesca enquanto recurso que supre as necessidades das comunidades e não as do capitalismo total ¹² (Peyrelelade, 2008).

A União Europeia é uma das principais potências de pesca a nível mundial, e o maior mercado de produtos transformados à base de peixe. A pesca afirma-se como um importante setor económico, proporcionando numerosos postos de trabalho, quer ao nível das capturas, da indústria de transformação, acondicionamento, transporte e comercialização, quer ao nível dos estaleiros, fábricas de artes de pesca ou empresas de abastecimento e manutenção. Embora o número de pescadores tenha vindo a decair, o peso e importância das pescas no tecido económico e social das zonas pesqueiras é inegável (Zamith, 2011).

Em Portugal, salvaguardadas as devidas dimensões, a pressão sobre os recursos não difere grandemente da pesca em geral. Gozando de uma posição geográfica privilegiada ¹³, dispõe de uma das maiores zonas económicas exclusivas (ZEE) da

¹¹ Expressão utilizada por McGoodwin, J. R – FAO Technical Paper. Nº 401. Rome. 2001

¹² Na definição de Jean Peyrelelade (2008). “Capitalismo Total”

¹³ 850 km de linha de costa, uma ZEE de aproximadamente 1700000km² e uma plataforma continental de elevada produtividade (Programa Operacional da Pesca – Revisão Intercalar (2005); Antunes, M. (2007)

Europa¹⁴, cujas dimensões correspondem a cerca de 18 vezes a sua área terrestre, existindo ainda a possibilidade de vir a contar com espaços marítimos sob sua jurisdição, que poderão exceder em muito a actual área da ZEE (Zamith, 2011: 68).

A este propósito, importa referir o iminente alargamento da ZEE, o que equivalerá a 43 vezes a área de Portugal Continental, não sendo, por isso, descabido afirmar que 97% do país é mar.

Mas se o elevado potencial marítimo de Portugal é uma realidade, os desafios e constrangimentos que o país atravessa em matérias de pescas, não são de menores dimensões, especialmente no que respeita à pesca de pequena escala.

Em pleno século XXI, estamos longe de ter uma descrição tão poética como fazia dela, em 1791, Reguart:

Lá Pesca nacional, muger robusta, animosa, de tostado rostro, de endurecidas manos y callosas: que del Océano y Mediterráneo en las saladas aguas se lava: perfumada con tea y alquitrán, ó aceyte de sardina y de ballena: vestida de redes de lino, cáñamo y esparto, cuyas franjas son corchos, plomos y relingas, con guarniciones de juncos, anzuelos y cordeles: bordados sus zapatos de transparentes escamas; y su melena prendida con blancas espinas. Esta, pues, levanta los brazos al Cielo en el feliz reynado de V. M. penetrada de gozo, porque en él mira la época, mas dichosa de las atenciones, y del aprecio que merece su natural fecundidad y hermosura. (Reguart, 1791, epígrafe)

Temos sim, pelo contrário, uma época em que a fecundidade natural da pesca foi gradualmente transformada por uma indústria feroz, altamente tecnologizada e competitiva, ineficazmente gerida e incapaz de ultrapassar as suas próprias limitações. Seduzida pela possibilidade de um desenvolvimento que assegure “as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras” (Brundtland; 1987, 1997), a pesca tem vindo a ocupar um lugar de destaque na arena política, pese embora o facto de as soluções encontradas serem ainda frágeis e, de certo modo, inadequadas, pelo menos, no que respeita às pequenas comunidades marítimas (Tzanatos, 2009).

As realidades locais, muitas vezes desconhecidas, são absorvidas por exigências globais resultando desse confronto o empobrecimento e a destruição das culturas locais.

¹⁴ Portugal possui a 3ª maior Zona Económica Exclusiva da União Europeia e a 11ª do Mundo, tendo 1 727408 km² de extensão geográfica, o que corresponde a 1,25% de toda a área oceânica sob jurisdição de países (Exploração Marítima, 2011, acessível em <http://exploracaomaritima-12c-ap.blogspot.pt/2011/05/zonas-economicas-exclusivas.html>)

2 Raízes históricas da Arte Xávega e os desafios atuais

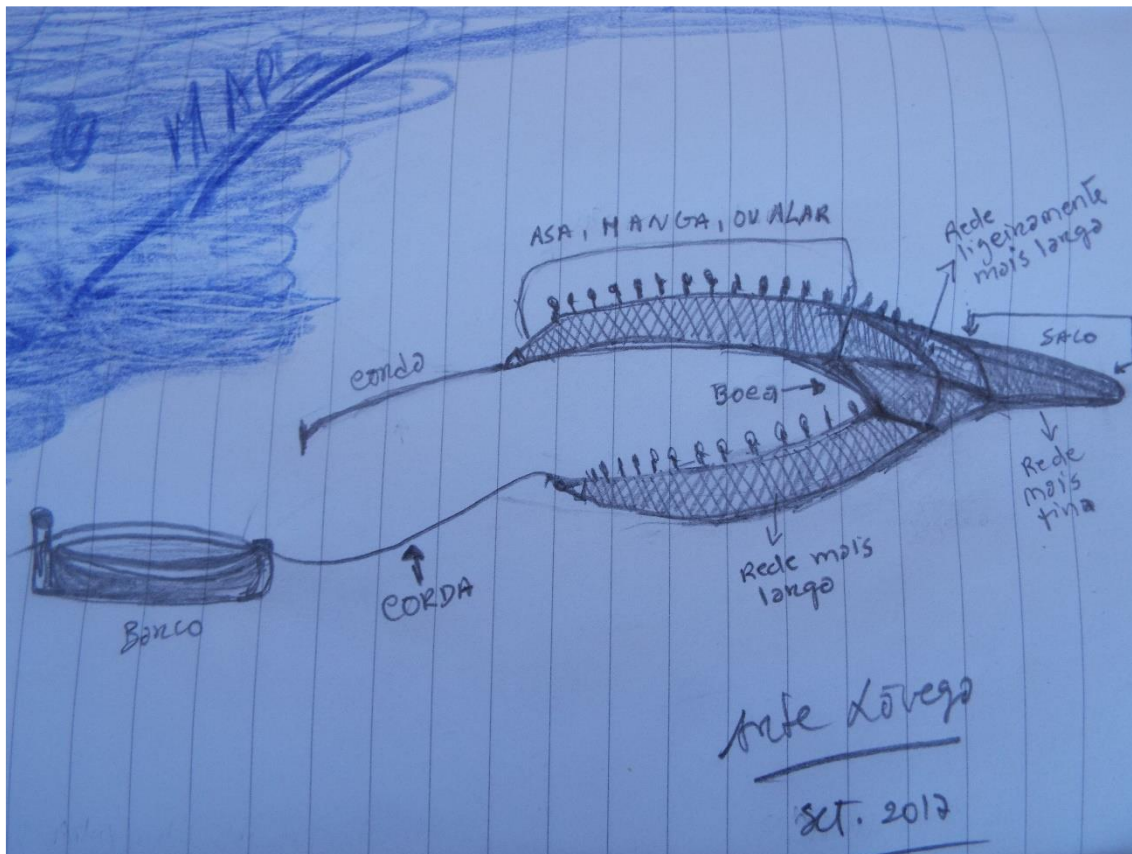
Num primeiro momento aborda-se o percurso conturbado da Arte Xávega de acordo com as interpretações de vários autores e num segundo momento (subponto) analisam-se as suas especificidades sócio históricas, e o seu papel na pesca e no desenvolvimento do Concelho.

A Arte “Chávega, é uma arte, ou rede de arrastar, com sacco (...) e que compreende além do aparelho um barco chamado calão e uma lancha chamada enviadeira. (...)”¹⁵ a rede de chávega consta de sacco, copo ou corôa, bôcas, mãos ou braços, e cála, (...) composição semelhante à das artes do norte, mas com denominações e construção diferentes. O sacco compõe-se de cinco redes de malhagem diferente ligadas umas às outras, denominadas pannos. (...)” (Baldaque da Silva, 1892: 245). É desta forma que Baldaque da Silva descreve a Arte Xávega, atendendo e particularizando a sua especificidade.

A Arte Xávega tem assim como componentes principais: três partes distintas: saco, as mangas ou alares e cordas. O saco formado por uma rede envolvente constituída por zonas, relativamente estreitas, de malhas de diferentes grandezas (9 a 11 cm), determina o alargamento da rede do centro para a periferia (“boca”). À boca do saco são lateralmente unidas duas redes planas (“as mangas”), de malha larga de um palmo, cuja altura decresce da zona considerada para as extremidades, e que são ligadas a todo o comprimento, a uma pequena vara de madeira, donde partem as cordas necessárias ao alar da rede. As mangas e a orla superior e inferior da boca do saco são debruadas por tralhas, guarnecidas superiormente por cortiças e inferiormente por chumbos, o que determina que, uma vez lançada ao mar, a arte permaneça em posição vertical, conservando-se aberta a boca do saco (Cruz, 2009:46).

¹⁵ As malhas das diferentes redes que compõem este aparelho são mais miúdas do que as correspondentes nas artes da costa ocidental do norte de Portugal, e as dimensões dos pannos também são diversas. Baldaque da Silva, 1892, p.245.

Figura 1.2. – Arte Xávega



Fonte: Trabalho de Campo adaptado de “As Artes de Pesca de Sesimbra – António Reis Marques (2007)

Tal como um dos nossos entrevistados, que a descreve da seguinte forma:

Antigamente era, não sei se a senhora sabe, era as bocas, a arcanela. A arcanela está ligada à boca, faz de conta que é o braço. Depois, tinha outra que já é uma malha mais, já é menos malha. Ái, agora não me lembro o nome. É a arcanela! E, os çaretetes. Çaretetes! Também é malha. É uma malha. Depois, já estava o mesmo número de malhas ligadas àquele que tinha. A arcanela é a que tem mais malhas. [Tem malhas mais largas?], [afirmativo]. Depois, os çaretetes tinham menos e, depois, ainda tinha outro que não me lembro do outro... era o regalo, era a boca. A boca e as arcanelas e depois era o calão. O regalo está pegado aos outros. Economia as malhas. [Tem o fundo do saco], a gente diz a quadra. Temos o saco. A bolha [engana-se e corrige de imediato], a boca! [ri-se] A boca e depois é a arcanela. A arcanela é outra malha da boca. Depois é o regalo. E a seguir ao regalo é o calão. (...) A gente chama o calão porque é o resto. Já não tem mais nada. [dimensão] Isso é as cordas. As cordas podem ter aí, setenta braças. (P10, 2017)

Outros estudiosos, porém, reduzem-na a uma denominação mais vasta que engloba todo o arrasto, manual ou mecânico, retirando-lhe a sua especificidade e peso cultural.

Segundo Rebordão (2000), a Arte Xávega integra um conjunto de outras artes que atuam, arrastando, em parte, mas também utilizam o envolvimento do cerco. São artes de rede construídas tipicamente por longas asas, bolsa situada na região central, frequentemente de reduzida dimensão (quando comparada com o tamanho das asas), por vezes, inexistente. De um modo geral pescam ao ser aladas para terra, mas podem também ser alçadas para a embarcação, depois de, previamente terem sido largadas de maneira a circundarem uma dada área.

Atualmente, a DGRM¹⁶ classifica-a como um “método de pesca que utiliza uma estrutura de rede com bolsa e grandes asas laterais que arrastam e, previamente ou em simultâneo, envolvem ou cercam”. A sua especificidade reside no facto de ser uma Arte de pesca que

é normalmente largada a partir de uma embarcação, podendo ser manobrada a partir de terra ou da própria embarcação. A técnica de captura consiste em cercar uma superfície de água com uma rede muito comprida, a qual pode estar dotada de um saco colocado normalmente no centro da rede. A rede é manobrada por meio de dois cabos (cordas) fixados nas suas extremidades e que têm por finalidade alar a rede, concentrar o peixe e conduzi-lo para a boca (abertura) da rede. (DGRM, 2017)

Considerando a amplitude da descrição efetuada a DGRM, clarifica que “Apenas está prevista, na legislação nacional o uso de xávega, rede envolvente-arrastante que é largada a partir de uma embarcação e manobrada e alada a partir de terra (para a praia) manualmente ou com recurso a animais ou a equipamentos de força”, numa tentativa vã de a separar do restante arrasto.

Segundo a mesma fonte, o aparelho da Arte Xávega possui um “comprimento máximo do saco de 50 m, das asas de 380m e dos cabos de alagem de 3000m. A malhagem mínima é de 20mm, no saco”. Acrescenta que não estão previstas espécies-alvo, sendo “as mais frequentes [em termos de captura] o carapau, a cavala, a sardinha e a lula”.

Quanto ao espaço de atuação desta Arte a mesma compreende a “área de jurisdição da capitania de registo da embarcação, sem limitações em termos de distância à linha de costa (legalmente podem operar desde a linha de costa até às 200 milhas - limite externo da ZEE).”

Dada a abrangência, perfeitamente impraticável para a maioria dos barcos que operam com esta Arte, a DGRM informa que “Em termos práticos, tratando-se de uma arte que

¹⁶ Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Recursos Marítimos

é lançada por uma embarcação e recolhida para a praia, opera desde a linha de água até uma distância que pode chegar, aproximadamente, até duas milhas”.

Em face do exposto, facilmente se depreende a amplitude da caracterização desta Arte e da sua operação, assim como a necessidade de reajuste da legislação ao panorama real da frota nacional da Arte Xávega, que dela advém.

Uma das prerrogativas para a prática desta Arte, cuja tipologia se inscreve na “arte envolvente arrastante”, é a existência de fundos arenosos: “estas artes, apresentam uma limitação: só podem ser utilizadas em áreas onde os fundos marinhos sejam arenosos – a tralha inferior da rede arrasta pelo fundo – e onde existam praias que permitam todas as manobras da embarcação e das redes.” (Souto, 2007).

Mas, para um conhecimento mais profundo da problemática da Arte Xávega, teremos de recuar um pouco mais no tempo. Não é novidade que as redes de arrastar para a praia tenham sido utilizadas na pesca por todo o mundo durante milhares de anos (Gabriel et al., 2005; Uzer, Yildiz e Karakulak, 2017).

Sabe-se que já os antigos Fenícios e os Romanos empregavam este tipo de Artes na pesca, no Mediterrâneo e que, ainda hoje, continuam a ser utilizadas pelas frotas comerciais da pequena pesca, designadamente [no espaço europeu] pela Grécia, Itália, Espanha (Tietze et al., 2011) e Croácia (Cetinić et al., 2011; Tzanatos et al., 2013).

Para Alvar (1975), a Xávega como “arte de pesca” estendia-se da zona raiana de Portugal até Alicante, onde era chamada a “arte dos povres”, pelos poucos recursos que apresentava.

Martins et al. (1999), Marques (2010/11), Franca e Costa (1979) e Cabral et al. (2003) referem a data de 1405 como a 1ª notícia da sua utilização no Algarve, mas segundo Monteiro (1950), “apenas podemos tomar como ponto de partida as Cortes de Évora, realizadas em 1481, /82”.

Em relação a Sesimbra, a notícia mais antiga sobre a Chinha data de 1462,¹⁷ onde se refere que, Luis Gonçalves¹⁸ a mando do Infante D. Fernando se entregue a “Joham

¹⁷ Gonçallo Teixeira almoxarife da portagem desta cidade de Lixboa e aos scripvãaes desse officio Luis Gonçalvez ricomem do conselho d’el Rey e seu veedor da fazenda vos faço saber que Joham Fogaça comendador de Cezimbra fidalgo da Casa do Ifante dom Fernando meu senhor me disse que requeria assy a vos como aos scripvãaes dessa Casa que lhes dessees o tralado do foral per que se arrecada todo o direito que o dicto Senhor ha de totalas barcas de pescas e chinchas e que vos lhe disserees que sem meu mandado lhe nom fariees. Porem vos mando da parte do dicto Senhor que lhe dees ou leixees tirar o trellado do dicto foral sobre o direito das dictas barcas e chinchas sem embargo que a elo ponhaes. Fecto

Fogaça comendador Cezymbra” as verbas de todas as barcas de pescas e chinchas. (Tombo da Villa de Cezimbra:117v.)

Retomando a perspectiva de Monteiro (1950:7), e complementando-a com a de Barros (1949:89) e de (Barros e Santarém, 1828:199) “Nas cortes de Évora de 1481-82 queixaram-se os concelhos de que em Cezimbra e Atouguia usavam cercar a sardinha no mar com cedares” o que terá estado na origem do seu afastamento da costa, e em particular dos rios de Lisboa e Setúbal.

A propósito dos acedares, Pedrosa (2015: 34) refere que “é um cerco móvel que exigia locais abrigados do vento e das ondulações” (...) que “cercam a sardinha e trabalham com as ondas do mar”, e que [esta nova arte] “era mais produtiva do que as usadas até então”.

A importância do referido, assenta, na ilação que dela podemos retirar. O pedido que é dirigido ao rei, refere o seguinte:

“mamde vosa alteza que pois sta visto e esprimetado o que dito he que tirem os ditos açedares que iazem jazentios no mar como vosa merçee bem sabe e se tirem as enxavegas e pesquem com ellas asi como amtes pescavam os pescadores (...) (Barros e Santarém, 1828 :200).

o que comprova a existência das enxávegas [Xávegas], em Sesimbra, em data anterior às ditas cortes.

Indiscutível é, no entanto, o facto da Arte Xávega ter sido, desde muito cedo, alvo de inúmeras controvérsias e regulamentações que passaram pela sua proibição e retoma (1º e 2º metades do séc. XVI, respetivamente) assim como por sucessivos diplomas que, até ao presente, têm tentado regulamentar esta polémica Arte.

Apesar da escassez de registos históricos conhecidos, crê-se que se manteve, de forma dispersa, ao longo de toda a Costa Portuguesa, em “spots” específicos e enquanto atividade de subsistência, onde as condições biogeográficas favoreciam a sua prática.

O seu atribulado percurso conhece nova quebra entre 1960 e 1970, registando-se novo impulso na década de 80 do século passado, impulso, esse, extensível a toda a pesca artesanal, e devido, em parte, ao declínio da pesca longínqua e à introdução de novos

a bj dias do mes de Fevereiro Obeel Diaz o fez anno do nascimento de Nosso Senhor Jhesu Christo de mil iiijc lxij e eu Domingos Gonçalvez da Mota scripvam da fazenda do dicto senhor o fiz scipver e sobrescripvi FCMS| D| 01| Lv.01, Nº 188, Séc: XVC|XVI (Livro do Tombo da villa de cezimbra) [fl.117v.do Foral

¹⁸ ricomem do conselho d’el Rey e seu vedor da fazenda (idem)

métodos - monitorização das embarcações - e tecnologias - tratores e guinchos para alagem das redes (Cabral, 2000; Antunes, 2007).

No entanto, a crise que as pescas atravessam é uma realidade que abrange todas as artes, em particular a pequena pesca, e nessa sequência é quase “lugar-comum” dizer que a Arte Xávega tem os dias contados, sendo a sua situação social bastante preocupante.

Tecnologicamente ultrapassada, a Arte Xávega tem resistido graças à vontade de alguns armadores que a mantêm viva e de reformados que vão fornecendo a mão de obra (...) para a sua manutenção. A introdução da mecanização, quer nas embarcações quer no processo de alagem da rede, reduziu o esforço humano necessário e facilitou as tarefas, mas encareceu a sua laboração, não tendo, todavia, conseguido revitalizar esta arte. (Souto, 2007:135)

À luz da perspectiva económica atual, os problemas de fundo desta Arte continuam latentes, destacando-se fatores externos como a sua sazonalidade, a sua ação nociva, a escassez de cardumes na área onde operam ou os reduzidos proventos, para além da avançada idade das suas companhas.

Franca e Costa (1979, 50.) defendem, porém, que “os múltiplos factores que limitam as atividades das “Xávegas”, os locais em que atuam e as pescarias que lhes são vulneráveis, não leva a conferir àquelas artes um grau de lesividade para os fundos, nem perigo para a conservação dos recursos vivos”.

Para Müller (2014: 120), estas Comunidades “têm conhecimento dos jogos de interesses de que também são atores, mas na maioria das vezes serão vítimas (...). Em plena crise climática, ambiental e social, a sobrevivência humana [destas comunidades] é posta em causa, assim como a capacidade dos impulsos políticos em instituir no tecido social, a inclusão, a defesa dos saberes plurais e a memória destas pequenas e marginalizadas comunidades.”

Souto (1998) acrescenta que sendo certo que Portugal se insere num espaço político e económico integrado e em que as decisões muitas vezes lhe escapam, não é menos verdade que as autoridades nacionais devem ser as primeiras a atuar na defesa dos seus pescadores. Se muitas decisões políticas dificilmente são controláveis pelas autoridades nacionais, outras são da sua exclusiva responsabilidade.

Mais grave é que, segundo o mesmo autor (Souto, 1998), toda a legislação nacional das pescas revela um desconhecimento alarmante das realidades sociais, parecendo

preocupar-se apenas com os recursos vivos (componente biológica) e esquecendo sistematicamente a componente humana do sistema; [e acrescenta que] além da legislação, outros instrumentos se revelam desadequados, sendo disso exemplo as estatísticas da pesca que se revelam pobres, desarticuladas e frequentemente inúteis.

Para Marques (2010/11) o mais grave é saber que nada se tem feito para melhorar a situação, a não ser continuar a penaliza-los, impedindo-os de comercializar espécies subdimensionadas de consumo tradicional, quando se sabe que todos os dias os arrastões apanham toneladas de juvenis das mais variadas espécies ao longo da costa impedindo-os de utilizar artes tradicionais apesar de serem seletivas.

Freitas e Seixas (s/d) consideram que a globalização nas zonas costeiras vem gerando um aumento na quantidade de *outsiders* em contextos locais, que possui implicações nos direitos de apropriação dos recursos pesqueiros. A modernidade e o seu consequente carácter destradicionalizante aumentam a probabilidade de situações de ações onde há predomínio da lógica individual.

Os esforços envidados nos últimos anos pelos poderes locais junto do governo, assim como algumas *démarches* de partidos políticos com assento na Assembleia da República¹⁹, no sentido de preservar e proteger a Arte Xávega, levou à criação de duas importantes figuras: a Criação da APX - Associação Portuguesa de Xávega (2012) e a Comissão de Acompanhamento da Pesca com Arte Xávega (2013).

Apesar das conquistas alcançadas ao nível da proteção desta Arte e das comunidades que dela dependem, por um lado, e a sustentabilidade dos ecossistemas marinhos e sua preservação, por outro, a implementação de estratégias que assegurem o equilíbrio entre perspetivas aparentemente antagónicas está longe de ser efetiva.

A título meramente ilustrativo refira-se, uma vez mais, a derrogação mais recente que autoriza “a descarga, primeira venda e comercialização do carapau proveniente do primeiro lance, mesmo que com tamanho inferior ao tamanho mínimo de referencia de conservação” [e a interrupção da atividade da Arte Xávega e a suspensão dos desembarques] “até ao virar da maré, após um lanço em que mais de 20% do peso das

¹⁹ Projetos de Resolução (PSD, CDS-PP, PCP, PS e BE) sobre a melhoria das condições em que é desenvolvida a pesca por arte envolvente-arrastante, também conhecida por "Arte Xávega"/ 2013 – 02-22 DAR 058 (2ª sessão legislativa); Resolução da AR n.º 93/2013 (p.99); Projeto de Resolução n.º 611/XII/2 (pág.300 e 301); Resolução da AR n.º 93/2013 (p.406 e 407)- Relatório da Atividade da Assembleia da República XII Legislatura – 2ª sessão Legislativa – I Volume (maio, 2014p.99;300-301;406-407) – DAR II Série E/11

capturas corresponda a espécies subdimensionadas, com tamanho inferior ao tamanho mínimo de referencia de conservação” (Portaria nº 172/2017 de 25 de maio).

Efetivamente, o Quadro legislativo da Arte Xávega tem-se apresentado complexo ao longo dos anos, moroso e pouco eficaz. Durante largos anos, a Arte Xávega obedece, ao disposto no Regulamento Geral da Pesca da Sardinha na Costa de Portugal, aprovado pelo Decreto de 14 de maio de 1903, o qual apenas procede à sua classificação como aparelho móvel de cercar para terra, mencionando alguns aspetos da estrutura da arte e organização da atividade. Apesar de, posteriormente, a Portaria 9/73, de 6 de janeiro referir, no seu artº 13º, a Xávega, só com a publicação do Decreto Regulamentar 43/87, de 17 de julho, se remete a regulamentação desta arte para diploma próprio, considerando a sua especificidade, o que acontece apenas com a publicação da portaria 488/96, de 13 de setembro. Lamentavelmente, apenas podemos conjecturar que o lapso temporal legislativo, mais não é que o sintoma da decadência da Arte Xávega assente na sua escassa produtividade e na redução das suas companhas. Todavia, a condição socioeconómica das famílias dependentes da Arte Xávega torna-se cada vez mais difícil o que faz com que os poderes locais e os partidos com assento na Assembleia da República apresentem ao Governo, vários projetos de resolução sobre a melhoria das condições em que é efetuada a pesca com Arte Xávega.²⁰

Ainda em termos legislativos e em matéria de Arte Xávega, destaca-se a portaria nº 488/96 de 13 de setembro que, embora tardiamente, vem regulamentar a arte e o seu modo de operar e, simultaneamente, inibir o seu desenvolvimento. As limitações temporais motivadas pela “corrida ao litoral” (artº 5º), as restrições impostas em termos do dimensionamento da malhagem (nº 3 do artº 3º) e do licenciamento da Arte (nº 1 do artº 10º), constitui um rude golpe para os pescadores e um pré-anúncio de morte para a Arte, como tão bem sublinhou Souto (2007).

Conicionados pelo tempo atmosférico, pela avançada idade, pela legislação a que estão obrigados, e por um legado que não têm a quem deixar, estes pescadores, apesar da sua resistência, não encontram formas para ultrapassar a complexidade dos atuais problemas da Arte Xávega. Desde sempre condenada a uma “morte anunciada” (Marques, 1981), mas habituada a enfrentar as intempéries, pescadores e Arte têm sabido resistir, cada um a seu modo, aos séculos e aos caprichos de uma história cíclica e tão incerta quanto os nossos dias.

²⁰ (ver exemplo da nota de rodapé nº 19, p.46)

A sustentabilidade dos recursos depende grandemente das ações humanas, mas não exclusivamente. As formas adotadas para se minimizarem os impactos têm sido num só vetor e numa só direção. A questão das pescas, ainda que advogue a questão ambiental, tem sido essencialmente uma questão económica. Ela é visível em relação à Arte Xávega, porquanto são impostas várias restrições, não apenas ao nível das capturas, em especial se se tratar de áreas Protegidas, mas depois, exige-se que para a obtenção da renovação da licença, para além do cumprimento dos demais requisitos “deverão demonstrar o exercício regular da atividade através de valores de venda de pescado igual ou superior ao valor V, (Despacho nº 14 694/3003, 2ª série, de 29 de julho).

Estando limitados pelo tempo atmosférico, pela legislação e por aspetos económico-ambientais, é com extrema dificuldade que conseguirão dar cumprimento à legislação que sobre eles impende.

A diversidade e complexidade desta Arte, que abrange várias dimensões – económica e social, política e jurídica, e cultural e identitária -, dificulta a consensualização dos diversos pontos de vista, requerendo, por isso, uma visão holística do problema que “permita assumir que manter peixes e sustentar comunidades são preocupações integrais” (McGoodwin, J.R. 2001).

Até lá, os problemas e constrangimentos das pequenas comunidades de pescadores continuam a ser praticamente invisíveis quer para os poderes políticos quer para o poder científico. São comunidades familiares, de recursos pouco abastados, com escolaridade reduzida e cujo produto da pesca (artesanal de pequena escala) se destina, maioritariamente, ao consumo humano direto, enquadramento que não se adequa às prerrogativas de competitividade e inovação da sociedade de consumo.

Ainda que localmente assumam uma importância social e cultural significativa, contribuindo, do ponto de vista económico, para o orçamento familiar como complemento remuneratório, continuam, de certa forma, a ser ignorados pela sociedade em geral.

Tal como diria um académico desconhecido, citado por Viegas et al., (2014), “é no meio dos pescadores que aprendemos, pois são eles que vivem no mar” e enquanto não se conseguir agregar esta junção de perspetivas e saberes, dificilmente se conseguirá proteger ambos.

2.1 As especificidades sócio históricas da pesca em Sesimbra – Novas abordagens, velhos problemas

A relação da comunidade Sesimbrense com o mar e com a pesca nasceu das excelentes condições geográficas que caracterizam este território, e é tão antiga quanto os povos que o ocuparam.

Apesar dos registos da pesca na antiguidade serem reduzidos, adotou-se a opinião de Ferreira (O. Da Veiga, 1968), para justificar que a comunidade sesimbrense foi e continuará a ser um povo de mar, dada a situação geográfica em que se encontra²¹.

Os novos dados decorrentes dos resultados das escavações realizadas desde 2005, sob a égide do Prof. Dr. João Luís Cardoso, em Sesimbra, vieram cimentar o que há muito se afirmava no campo da arqueologia. As evidências mais antigas da prática da pesca, no Concelho, encontram-se no povoado fortificado da Idade do Cobre do Outeiro Redondo²², onde as comunidades, sedentarizadas e consolidadas do ponto de vista económico, dominavam diversas técnicas de exploração agrícola (cerealífera e hortícola), criação de gado, caça e pesca.

A pesca fazia-se através da recolção de moluscos²³, em maré baixa, no litoral, e em pequenas embarcações com redes ou à linha²⁴. A assinalável quantidade de anzóis de cobre recolhidos, ilustram a diversidade de espécies capturadas (Cardoso, 2012; 2013; 2016/7).

Outra descoberta importante decorre do acompanhamento arqueológico do Projeto de Execução dos Sistemas de Drenagem e Elevatórios do Subsistema de Sesimbra da

²¹ “Sesimbra encontra-se defendida dos ventos dos quadrantes norte, oeste e leste pela envolvente linha de relevos, aberta à influencia de massas de ar vindas do sul (sic) pela franca exposição em que se encontra em relação a elas” - Cruz, M. A., (2009) – Pesca e Pescadores em Sesimbra – Contributo para a Narrativa do Concelho, ed. Câmara Municipal de Sesimbra, p. 17.

²² situado numa colina sobranceira à baía de Sesimbra, cuja ocupação se verificou entre cerca de 2500 e 2000 anos a.C. Refira-se que a zona baixa de Sesimbra, atualmente ocupada pelo centro da Vila, constituía a embocadura do paleoestuário então existente. (Cardoso, J.L 2015.)

²³ lapas (*Patella* sp.) e de mexilhões (*Mytilus* sp.), nos trechos rochosos do litoral postos a descoberto na maré baixa; vieiras (*Pecten maximus*), em fundos arenosos, permanentemente submersos, mas acessíveis à recolha manual na maré baixa; ostras (*Ostrea* sp.) e amêijoas (*Ruditapes decussatus*), na embocadura do paleoestuário (idem)

²⁴ Ambas as técnicas estão comprovadas por vários pesos de calcário ou de outras rochas, possuindo canelura diametral para a fixação à rede, mantendo-a em posição vertical dentro de água. Os pesos de menores dimensões seriam utilizados em linhas de pesca, que poderiam também ser manobradas a partir da praia. A assinalável quantidade de anzóis de cobre recolhidos, de diferentes dimensões, ilustra a diversidade de espécies assim capturadas. (ibidem)

SIMARSUL²⁵, assegurado pelo consórcio TPF PLANEGE/ PENGEST, no qual foram identificados vários vestígios que remontam à ocupação romana, nomeadamente a presença de quatro tanques de preparados piscícolas com vestígios de *garum*²⁶ e uma estrutura portuária anterior ao complexo industrial, que fundamentam a atividade pesqueira em Sesimbra, nessa época (P. Pereira, 2007).

Nos primeiros tempos da monarquia, a exploração dos recursos marinhos mantém-se, independentemente dos perigos a que estavam sujeitos os povos do litoral. A atividade pesqueira em Sesimbra é, também, referida no Foral atribuído por D. Sancho I, em 1201, onde consta a fixação de uma taxa de um soldo aplicada ao pescado – “carrega de piscato, 1 solidum” -, o que para além de atestar a existência da atividade, ilustra a sua importância (Chorão, 2001:24;30).

Ainda na 1ª metade do século XIII (1245), um outro registo refere que a igreja de Santa Maria de Sesimbra já beneficiava da dízima régia das baleações²⁷, o que vem novamente corroborar a existência de uma comunidade piscatória costeira, com algum peso (Oliveira, 2017).

Na 2ª metade do século XV, nas cortes de Évora (1481-82), queixaram-se os concelhos de que em Cezimbra²⁸ (e Atouguia) usavam cercar a sardinha com cedares²⁹ o que fez com que a espécie se afastasse da costa, nomeadamente dos rios de Lisboa e Setúbal. Dadas as circunstâncias, os pescadores viram-se forçados a procurá-la “mar em fóra”, tendo, segundo o relato, o resultado sido pouco proveitoso ou paticamente inexistente,

²⁵ SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal - assegurado pelo consórcio TPF PLANEGE/ PENGEST.

²⁶ O *garum* ou *liquamen* era um género de condimento muito utilizado na Antiguidade, especialmente na Roma Antiga. É feito de sangue e vísceras de outras partes selecionadas (sic) do atum ou da cavala misturadas com peixes pequenos, crustáceos e molúsculos esmagados; tudo isto era deixado em salmoura e ao sol durante cerca de dois meses ou então aquecido artificialmente. Este produto era exportado para várias partes do Mediterrâneo. Há notícia de exportação de *garum* para Atenas, no século V a.C. A existência de numerosos vestígios de fábricas detectados no litoral mediterrânico da Península Ibérica, provam um nítido crescimento desta indústria conserveira. Em Roma, o *garum* chegou a ser um produto de luxo, chegando a atingir 1 000 denários (apenas 6,6l.). Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

²⁷ Nesse ano, o mestre de Santiago, Paio Peres, quitou o rei da dízima das baleações que cabia à igreja («quitamus domini Santio illustri Regiportugalensi deciman de ballenatione quem in ecclesia de sisimbra demandabat»), I. A.N./T.T., Reis, 1.2, fl.36).

²⁸ Antiga grafia da Vila de Sesimbra

²⁹ Acedares – Espécie de redes malcheirosas, que apartavam a sardinha ao largo. “Acedares que jazem jazentios ao mar”. i. é. Que estão junto ao mar. Nas Côrtes de Évora de 1481, pediram os povos, que não houvesse “Acedares, que affugentavam a sardinha dos rios de Lisboa e Setúbal, e se desfizessem os canejos, que apartavam os sáveis do Douro, e outros rios, e impediam a navegação*. El-Rei promete dar a isto prompto remédio. (*) O mau cheiro que o auctor achou aos “acedares” não teve outro fundamento que a sua imaginação. É observação de João Pedro Ribeiro, mas parece-nos que estas suas afirmações valiam também a pena de serem “fundamentadas”. (IF da S.)

em virtude do grande número de baixas humanas verificadas (prejuízo em morte de homens) e destruição de redes e de barcos (Barros, 1949).

Nessa sequência, solicitam ao rei a proibição da pesca com os ditos acedares e que se tirem as xávegas e se pesque com elas como era hábito os pescadores fazerem³⁰, na convicção de que o peixe regressaria à costa (Barros e Santarém, 1828:199-200).

No primeiro quartel do século XVI, é atribuído a Sesimbra o Foral Novo de D. Manuel (1514), que atualiza à luz do quadro económico e político de então o anterior. Nele, encontram-se os direitos provenientes da atividade piscatória, incluindo os processos de pesca - rede-pé³¹, pesca de arrasto -, a regulamentação da dízima do sal para salgar o peixe (...) e alguns produtos taxados que constituíam matérias-primas relacionadas com a construção de barcos e com o fabrico de cordoaria³² (Chorão, 2001:13).

A construção da igreja de Santiago³³ e a criação da freguesia do mesmo nome, conferem a Sesimbra uma importância cada vez maior (Ferreira, 2005).

Em 1565³⁴, esta comenda implicava a jurisdição cível e crime da Vila com todos os seus limites, que eram vastos (incluía Azeitão). Abarcava, também, a alcaidaria-mor e os direitos reais da terra e do mar. Cabia também ao comendador a confirmação dos juízes ordinários. (...). A comenda era também composta por bens rústicos e urbanos, foros, dízimos (...), os três fornos existentes (só a Ordem os podia edificar) e a conchecença dos moinhos. Para além disso, recebia a redizima de todo o pescado capturado em Sesimbra “em costeiras dos pescadores que veem das terras de fora da ordem”³⁵. Açambarcava também os direitos da saída da foz. (Olival, 2017:65-66).

À importância granjeada junta-se a exploração dos seus moradores. Numa memória de 1673, sobre o grande volume de impostos pagos em Portugal, referia-se que os

³⁰ *Mamde vosa alteza que pois sta visto e exprimentdo o que dito he que tirem os açedares que iazem jazentios ao mar como vosa merçee bem sabe e se tirem as enxávegas e pesquem com ellas asi como antes pescavam os pescadores (...). Barros, M. F.; Santarem, S. (visconde de). (1828)*

³¹ Rede de arrastar para terra, de um só pano, que é lançada por dois homens muito perto da praia e prende a duas varas de madeira com as quais se puxa a mesma rede para terra. (Chorão, M.J.M.B., (2001) – Forais de Sesimbra – Memórias de um Concelho, Ed. Câmara Municipal de Sesimbra, p.13)

³² São exemplos pez, cera, resina, breu e alcatrão, usados para calafetar os cascos; ou esparto, junça e junco no fabrico de cordoaria. (Idem)

³³ Em 1534, tem início a construção da igreja em devoção a Santiago, e, em 1535, Dom Mendo Afonso, prior-mor do Convento da Ordem Militar de Santiago de Palmela, executa a bula apostólica que extingue a Igreja de Santa Maria do Castelo do seu papel de Igreja Matriz, passando a Igreja de Santiago a executar essas funções. (Ferreira, L., (2015) – Que Futuro nestas ruas cheias de memórias? A Identidade Histórica do espaço urbano no crescimento europeu 2020. O caso de estudo da Vila de Sesimbra, tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

³⁴ Visitação de 1565 (ANTT, Mesa da Consciência – Ordem de Santiago /Convento de Palmela, Mç2 nº ordem 205)

³⁵ ANTT, Mesa da Consciencia – Ordem de Santiago |Convento de Palmela, nº de ordem 205, fl.39v.

pescadores daquela Vila [Sesimbra] chegavam a despende 89% do produto da sua faina no mar³⁶. As Memórias Paroquiais³⁷ da segunda metade do século XVIII, reforçam, igualmente, a importância da atividade piscatória e dos seus mareantes (*idem*).

No início do século XIX, Heinrich Link (1801), em viagem por terras de Portugal, França e Espanha, descreve Sesimbra³⁸ como uma vila que vive da pesca, exportando para Lisboa grande quantidade de peixe, especialmente sardinha (*clupea Sprattus*). Refere igualmente que, apesar da abundância incerta de pescado, as classes mais baixas vivem com muitas dificuldades e em manifesta pobreza. Não é efetuado qualquer aproveitamento do peixe que não se vende, sendo o mesmo “deixado a apodrecer”, o que retrata a fragilidade da estruturação do setor pesqueiro, quer em termos de modernização quer em termos de inovação, isto é, no desenvolvimento de atividades complementares e sua, conseqüente, rentabilização. Heinrich Link (1801:254-255). Tradução livre da signatária.

Apesar da grande instabilidade política, social e económica que caracteriza o século XIX (invasões napoleónicas (1807); as guerras entre absolutistas e liberais³⁹ (1828-1834)), assiste-se, já na 2ª metade, à introdução de algumas inovações técnicas da época moderna. A criação de uma rede de transportes a nível nacional e o surto industrial do final do século realçam a vulnerabilidade de Sesimbra, para quem o mar era a principal

³⁶ “10 ao dízimo devido a Deus, que a ordem de Santiago leva por seu commendador (sic) o duque de Aveiro; 45 a V.M.; 3 á fabrica da fortaleza de Setubal, 1 á Atalaya; 10 à dita ordem por saída, 20 de dizima e sisa por entrada em Lisboa, onde se vae vender, e a cestaria. Dos doze por cento escassos que somente lhes ficam, pagam as redes, barcos, fabrica de pescaria e de suas pessoas, que mantem miserabilissimamente” – “Restauração de 1640”, *Archivo Pittoresco*, Vol.III, p.342

³⁷ Memórias Paroquiais (1758) “Mayor negocio desta villa he o pescado, em cujo trato se ocupa a mayor parte dos seus moradores”; “Não há memoria que florececem, ou della sahisse alguns homens insignes, mais de que na arte da Nautica, e Pelotage entre os quais he destintamente nomeado hum Francisco Annes, que viveu pelos anos de mil setecentos e sete”

³⁸ Cezimbra. The harbour (sic) is small and ill-protected and close behind the Town, on a mountain, is an old castle (...) The Town is supported by the fishery and sends great quantity of fish to Lisbon. The sardinhas (*clupea Sprattus*) a small kind of herring, come annually to this coast, and are taken in great quantities but complaints are heard, and not unjustly, of the failure of this fishery. There is a want of all conveniences, especially of boats, the nets are good for nothing, nor are the kinds of bait known. There is often a want of fish, or they do not approach the coast. In this café the misery of the poorer classes is very great, for there are no vessels that can go in search of them farther out to sea. Frequently they are caught in extraordinary quantities, but are left to rot, without even procuring train-oil from them. In former times, Cezimbra was more considerable, as the lists of the middle of the fifteenth century show.” (Link, H.F., 1801, pp.254-255)

³⁹ Sesimbra toma o partido de D. Miguel, apoiando a causa absolutista

via de comunicação e escoamento⁴⁰. Impossibilitada de competir com os novos meios de locomoção, vê-se preterida e relegada para uma embaraçosa posição periférica.

A complexidade da sua delicada condição é agravada pela inexistência de uma estrutura portuária que responda às exigências de um mundo cada vez mais rápido, onde a necessidade de consumo aumenta e a vida ganha um novo ritmo.

Segundo Ferreira (2017), assiste-se a um desenvolvimento “dentro de portas” e, “no final do século XIX a Vila [de Sesimbra] ferve de atividade e de vida⁴¹ retomando uma longínqua prosperidade, visível não apenas nos estabelecimentos comerciais e industriais como também no espaço urbano onde a elite detentora das armações de pesca e das fábricas de conservas residia em modernos e apalaçados edifícios⁴².”

O século XX assinala um novo ciclo de desenvolvimento, entrecortado por avanços e recuos, do qual resultam diversas transformações como a antropização da Vila em resposta às crescentes necessidades da recém-criada indústria do turismo.

A este propósito importa referir a pesca ao espadarte (*Xiphias Gladius*) que, especialmente, na década de 50, marcou e internacionalizou Sesimbra em termos da pesca desportiva (Big Game), pelas capturas efetuadas. Destacam-se, em particular duas capturas que figuram no Recorde da Europa de Big-game Fishing: o exemplar capturado a 2 de setembro, por Arsénio Cordeiro: um espadarte com 258Kg e o exemplar capturado a 5 de outubro, por Augusto Villas Boas – um espadarte de 259,5Kg (Cordeiro, 1992:108-109).

Episodicamente no auge, mas com diversas fissuras estruturais no tecido económico e social, Sesimbra vai prosseguindo ao ritmo das marés, intercalando períodos de verdadeira retração⁴³ com outros de desenvolvimento social⁴⁴ e crescimento⁴⁵.

⁴⁰ Durante muitos séculos Sesimbra só conheceu uma porta para o mundo: o mar. Monteiro, R. (2001). Alguns Mareantes Desconhecidos da Terra de Sesimbra e outros textos. Câmara Municipal de Sesimbra. p.88

⁴¹ Em finais do século a vila apresentava pululante atividade urbana, de fábricas de conservas a oficinas de serralharia, cordoaria e estaleiros de construção naval, estabelecimentos comerciais, oficinas de ferradorias e cocheiras de aluguer de trens, hospedarias e estalagens, farmácias, barbearias, lojas de fazendas, sapatarias e alfaiatarias, com a Administração do Concelho e a Câmara Municipal sedeadas no paço do Concelho, e a Delegação Marítima e Posto Aduaneiro na fortaleza. (Ferreira, L. F. P., 2017, pp. 106-107)

⁴² Residências apalaçadas da elite que detinha o controlo das armações de pesca e das fábricas conserveiras, os quais impuseram um modus arquitetónico contínuo, marcados pela sua frontalidade e compostos por dois a três pisos, profusamente revestidos de painéis de azulejares e por adornadas decorações em ferro. (Idem, p. 107)

⁴³ O incêndio da Fábrica Nacional de Conservas (1902), a I Grande Guerra (1914-18); II Guerra Mundial (1939-45); o Ciclone (1941) que devastou a frente marítima.

Em resultado do Plano Geral do Porto de Sesimbra de 1980, tem lugar a construção do atual quebra-mar exterior, ou “molhe novo” assim como as obras portuárias interiores, constantes da 1ª fase respeitante ao sector da pesca.

As décadas de 80 e 90 trazem alterações substanciais, em particular, para a pequena pesca. Com a adesão de Portugal ao Projeto Europeu e a implementação das políticas comunitárias, a frota pesqueira, envelhecida e fragilizada, sofre rude golpe. Para muitos, a modernização é impraticável, levando ao abate de variadas embarcações, e agudizando a situação de crise. Ainda assim, o recurso a financiamentos comunitários permite a construção da 2ª, 3ª, e 4ª fases⁴⁶ das infraestruturas portuárias terrestres de pesca e a conclusão de algumas obras portuárias interiores.

Paralelamente, o recrudescimento da procura turística permite encobrir uma crise profunda que se avizinha e agrava, já no século XXI.

A criação do Parque Marinho Luíz Saldanha, em 1998⁴⁷, um projeto que já vinha das décadas anteriores⁴⁸ e que parecia constituir uma solução na proteção e preservação de

⁴⁴ Refira-se, no contexto social, a criação da Casa dos Pescadores (1937), instituída pela Junta Nacional e dedicada aos cuidados de previdência aos marítimos, tendo a sua primeira grande ação ocorrido após o Ciclone

⁴⁵ Projeção de novo varadouro de acesso ao areal (1901); projeção do novo cemitério (1906); projetos para repavimentação de arruamentos e largos (1906-1907); distribuição canalizada de água (1910). Retração no investimento de vias terrestre com a I guerra Mundial e retoma da posição estratégica atlântica da vila. Com a construção da ligação Sesimbra – Cacilhas (1929), o aparecimento da rede de transportes e a criação da Comissão Municipal de Turismo (1937), a construção da nova estrutura portuária junto à ponta do Cavalo (entre 1947-49), a construção faseada de bairros de habitação social (entre 1951 e 1960), a construção hoteleira (Pensão Espadarte – 1956; Pensão Náutico – 1959; Hotel do Mar – 1963 e ampliado em 66; a projeção de novas avenidas – 1960. Nas décadas de 1970-80, a vila continua a crescer, motivando, graças ao sucesso da pesca do alto no Gorringe e em Marrocos, o “Plano Geral do Porto de Sesimbra”, objetivando a modernização das infraestruturas portuárias. A década de 90, destaca-se pela afirmação do turismo e recrudescimento de uma nova hotelaria.

⁴⁶ A segunda fase (pela extinta Direcção Geral de Portos em 1985, com financiamento do KreditanstaltBank e em resultado do Plano Geral do Porto de Sesimbra de 1980) consistiu na construção do actual quebra-mar exterior, ou “molhe novo” e nas obras portuárias interiores - constituindo as Obras da 1ª Fase do Sector de pesca e Estaleiros do Porto de Sesimbra.

A terceira fase (em 1992/93 pela Direcção Geral de Portos Navegação e Transportes Marítimos, e já com recurso a financiamentos europeus), consistiu na construção das infraestruturas terrestres da pesca e na conclusão de algumas obras portuárias interiores, nomeadamente as duas pontes cais de estacionamento enraizadas no “molhe velho” - constituindo a 2ª Fase das Obras do Porto de Abrigo de Sesimbra.

A quarta fase (já construída entre 95 e 2000 pela APSS – Administração de Portos de Setúbal e Sesimbra), consistiu em algumas construções diversas nomeadamente um pequeno cais de aprestamento e de um conjunto de seis armazéns também para este fim, situados na extremidade poente do saco do porto junto ao “pentágono”, e ainda um cais de estacionamento com 150m e aderente pelo interior ao “molhe velho”. (Informação Porto de Setúbal)

⁴⁷Decreto Regulamentar nº 23/98 de 14 de outubro (ao qual serão acrescidas as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 11/2003 de 8 de Maio)

Sesimbra, como tão bem ilustram as palavras de Pierre Clostermann⁴⁹, teve um efeito perverso na comunidade piscatória, gerador de assimetrias e conflitos cujas consequências ainda hoje se fazem sentir. “O confronto entre a preservação ambiental e a economia estão na origem da polémica fazendo ressurgir na comunidade piscatória o espectro do desemprego” (Franco, 2012)

Martins *et al.*, (2013) refere que para estes pescadores, o problema “não está no Parque [na criação do Parque], mas na forma como foi implementado”, o que é, de resto, um sentimento comum, à grande maioria destes pescadores Sesimbrenses, como observámos durante este estudo.

Decorridas quase três décadas, as opiniões ainda não são unânimes. Se, para a comunidade científica a implementação do Parque Marinho regista uma evolução francamente positiva, para a economia local as incongruências do Plano, a falta de fiscalização e os efeitos das restrições impostas continuam a inibir o desenvolvimento, acentuando as divergências entre as necessidades reais e as vantagens futuras.

De acordo com o relatório de avaliação, recentemente efetuado, a questão da Arte Xávega figura na identificação de itens problemáticos do regulamento do POPNA⁵⁰, no Parque Marinho (Quadro 17, p.40), sendo considerada uma das situações em que o POPNA se revelou inadequado considerando os objetivos de conservação estabelecidos e os recursos e valores naturais que estão na origem da classificação da área protegida. Desta forma, a Arte Xávega, cuja prática se inscreve numa exceção de âmbito turístico resultante “de uma interpretação bastante lata do atual regulamento” tem sido “utilizada na prática como pesca ativa”. No entanto, poderá vir a ser praticada sem estar enquadrada em “eventos turísticos ou culturais” (como consta do artº. 43º), caso se verifique a sua sustentabilidade. Refere ainda o mesmo relatório que “caso se verifique

⁴⁸ Na sequência dos alertas do Prof. Dr. Luiz Saldanha para a necessidade de proteção da costa da Arrábida foi apresentada uma Proposta ao Ministério da Marinha para a criação de uma reserva marinha (1965); Colóquio realizado sobre a criação do Parque Marinho (1973)

⁴⁹ Autor de obras sobre a pesca e o mar e membro da International Game Fish Associations, que no Colóquio realizado em 2 de novembro de 1973, sobre a criação do Parque Marinho terá referido que “...entre a Inglaterra e Gibraltar, o mar de Sesimbra é um lugar excepcional, reúne circunstâncias excepcionais. As outras baías europeias já não podem, infelizmente, ser salvas. Então, salvemos esta!” (Liga dos Amigos do Castelo de 1973)

⁵⁰ Plano de Ordenamento do Parque Marinho Luiz Saldanha

que tal não acontece a atividade deverá ser balizada no plano turístico cultural” (ICNF⁵¹, IP., 2016)

Embora ainda pouco perceptível e longe de ser alcançada, começa a evidenciar-se uma preocupação com a manutenção das comunidades piscatórias em estreita ligação com a preservação ambiental. A introdução efetiva deste terceiro pilar do desenvolvimento que implica o conhecimento da realidade social destas comunidades, vem ao encontro das necessidades sentidas pelos pescadores que face ao desajuste das medidas se sentem injustiçados ao serem preteridos em relação à defesa dos recursos.

Pese embora os avanços que se têm verificado quer em matéria de legislação da pesca, quer na interpretação e defesa desta atividade enquanto fenómeno humano, facto é que a enfase colocada na gestão pesqueira tem sido desadequada, em virtude de considerar exclusivamente os aspetos ambientais e económicos em detrimento dos aspetos sociais destas comunidades (McGoodwin, 2001).

Nesta perspetiva aos três aspetos principais que caracterizam a pesca em Sesimbra e que assentam na riqueza biológica do seu “mar oceano”; a crescente antropização do litoral e, a conseqüente, pressão sobre os recursos marinhos, junta-se a necessidade de uma gestão concertada da pesca enquanto fenómeno humano.

Embora, prevaleça a argumentação que coloca a conservação biológica como uma das principais preocupações (se bem que, na realidade, ela não se distancie grandemente da económica), sublinhando que não haverão comunidades piscatórias se não houver peixe para as sustentar, certo é que sem as comunidades piscatórias também não haverá pesca (McGoodwin, 2011; Hinrichsen, 1998).

Tão antigos quanto a origem da pesca são os constrangimentos que se vão revelando a cada época e cuja solução se vai procurando reinventar num eterno e ilusório combate, por um equilíbrio que tarda em chegar.

⁵¹ Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

Capítulo 2 – Comunidade da Arte Xávega em Sesimbra (Vila e Meco)

A Arte Xávega é uma tipologia de Arte de pesca cujas origens se perdem no tempo. O homem, cedo aprendeu a utilizar os recursos ao seu alcance e a pesca constitui, sem dúvida, um dos meios mais antigos de sobrevivência. A posição geográfica, privilegiada que Sesimbra ocupa, estreitou os laços entre o homem e a pesca embasando nela a sua história. A Arte Xávega surge, então, do engenho do homem, mas moldada pelos elementos naturais. Este capítulo pretende dar a conhecer essa relação ancestral entre o homem e a pesca, particularizando-a na Arte Xávega e nas formas engenhosas encontradas pelas comunidades que possibilitam a sua prática em locais distintos do concelho, conferindo-lhe uma identidade própria. Distribuído por 3 pontos principais: 1 – Caracterização sociodemográfica do campo de estudo, que introduz o Concelho, focalizando-se, posteriormente, nas freguesias onde a Arte Xávega é praticada, ou seja, Castelo e de Santiago. O ponto 2 – A Pesca com Arte Xávega, vai estreitando o foco e centra-se nas particularidades das comunidades onde a Arte é praticada e, por último, o ponto 3 – A Arte Xávega vista pelos pescadores – das vivências à organização, dedica-se ao foco principal da Arte Xávega, realçando as narrativas, vivências e saberes dos seus pescadores. Aqui são abordados aspetos identitários em torno da Arte Xávega, assim como aspetos organizativos, nomeadamente estrutura e funcionamento. Revisitamos ainda através das narrativas e memórias destes pescadores o passado e o presente da Arte Xávega.

1 Caracterização sociodemográfica do campo de estudo - O concelho de Sesimbra

Neste ponto efetua-se uma caracterização genérica do concelho de Sesimbra, realçando a importância da sua ligação ao mar e à pesca, e destacando a prática da Arte Xávega. O ponto 1. encontra-se dividido em dois subpontos dedicados à caracterização sociodemográfica das Freguesias do Castelo e de Santiago, a fim de permitir uma melhor compreensão das comunidades da Arte Xávega do Concelho.

O concelho de Sesimbra situa-se a cerca de 30 Km a sul de Lisboa. Com uma área aproximada de 195 Km quadrados possui uma linha de costa com cerca de 45 km, confinando a sul e a oeste com o oceano Atlântico. (www.visitsesimbra.pt).

Com uma população total de 49.500 habitantes (INE, 2011), é composto por 3 freguesias – Santiago (Vila e sede de Concelho); Castelo (a maior e mais antiga) e a Quinta do Conde (a mais recente e, no entanto, a mais populosa). (idem)

A Vila de Sesimbra esteve, desde sempre ligada ao mar, e a riqueza das suas águas é sobejamente conhecida e enaltecida por poetas, mareantes, descobridores e outros estudiosos.

A biodiversidade do seu mar permite uma grande variedade de métodos de pesca, dos quais se destacam o cerco e o palangre ou espinhel. O seu porto de pesca conta-se entre os mais movimentados do país em termos de transações de pescado. A par da pesca, Sesimbra conta ainda com o recente desenvolvimento de um vasto conjunto de atividades náuticas de lazer como a pesca lúdica, o mergulho, windsurf, vela, canoagem ou passeios de barcos. (www.visitsesimbra.pt).

Das artes de pesca efetuadas atualmente em Sesimbra contam-se ainda os covos e as redes (emalhar), assim como a pesca aos chocos, lulas e polvos e a arte Xávega. (idem)

A arte Xávega, atividade sobre a qual incide este estudo, é praticada em duas áreas geográficas distintas de um mesmo Concelho: as freguesias de Santiago e do Castelo.

A primeira, baía de águas calmas virada a Sul e abrigada dos ventos fortes, oferece as condições ideais para a sua realização. A segunda, a Oeste, na zona compreendida entre a Lagoa de Albufeira e a Aldeia do Meco, um litoral aberto que se estende da Costa da Caparica ao Cabo Espichel, esta Arte é moldada pelo rigor dos elementos. Cruz, (2009)

A operação decorre em zonas específicas do areal, que em Sesimbra constituem as áreas de praia do Caneiro e Fortaleza, e na zona da Lagoa e Aldeia do Meco, está praticamente confinada à Praia do Moinho de Baixo. As embarcações considerando a metodologia empregue podem, na prática, estender a sua atividade até às 2 milhas. (DGRM, 2017)

A Arte Xávega assume, para estas comunidades do Concelho, um papel de grande importância quer em termos sociais e económicos quer em termos históricos e culturais. Além disso, os seus conhecimentos e saberes plurais representam uma enorme mais-

valia podendo, e devendo ser reconhecidos e valorizados, e considerados na definição de estratégias gestonárias das zonas costeiras, em geral.

Para um conhecimento mais aprofundado das comunidades do Concelho não podemos deixar de referir as duas freguesias onde nasceram e continuam a manter a tradição da Arte Xávega.

Como a história se entrecruza, referir-se-á, primeiro a freguesia do Castelo, pela sua antiguidade, após o que se seguirá a freguesia de Santiago, hoje sede do concelho.

1.1 Caracterização da Freguesia do Castelo

Quase tão antiga quanto o Concelho é a freguesia do Castelo. Criada em 27 de maio de 1388 é, em termos territoriais, a maior das três freguesias do Concelho de Sesimbra⁵², com 178,77 km². (INE, 2011).

Nela, o pequeno núcleo populacional foi-se moldando às características sócio demográficas e a sobreviver com o que a terra dá. Eminentemente uma freguesia rural, os seus habitantes cedo ousaram “agricultar o mar” transformando-se em pescadores agricultores ou agricultores-pescadores conforme as estações e os ritmos de vida.

Terra ou mar são espaços que a humanidade reconhece há longos séculos como produtores de alimentos e que podem ser por eles explorados. A geografia do espaço dita o modo de atuação e aguça o engenho na construção dos diversos apetrechos e tipologias de pesca.

Contando na 2ª metade do séc. XIX⁵³ com 2664 habitantes, a freguesia do Castelo (comummente, assim designada)⁵⁴ tem atualmente, 19053 habitantes (INE - Censos 2011) e uma densidade populacional de 106,6 habitantes por km². Ainda de acordo com os referidos censos (INE-2011), das 19274 famílias clássicas⁵⁵ existentes no Concelho de Sesimbra, a freguesia do Castelo regista 7271 famílias (37,7%). Em relação à composição dos agregados familiares regista-se um equilíbrio entre as famílias clássicas

⁵² Castelo (178,77Km²); Santiago (1,99km²) e Quinta do Conde (14,22km²)

⁵³ Nos censos de 1864

⁵⁴ Nos censos de 1864 e de 1911 a 1960 figura Castelo. Passou a ter a designação actual pelo decreto-lei nº 27 424, de 31/12/1936. Com lugares desta freguesia foi criada em 1985 a freguesia da Quinta do Conde

⁵⁵ Família clássica - Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento. Considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Nota: As empregadas domésticas residentes no alojamento onde prestavam serviço são integradas na respetiva família. (INE, IP – Censos 2011 – Preparação, Metodologia e Conceitos

com pessoas com 65 e mais anos (2200 famílias – 30,3%) e as famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos (2243 famílias – 30,8%). Refira-se, no entanto, que no núcleo populacional de Alfarim a concentração de famílias com pessoas com 65 e mais anos é superior ao núcleo habitacional do Meco (129 famílias em Alfarim e 51 no Meco). A maioria dos agregados familiares (família clássica) da freguesia do Castelo é composta por 1 e 2 pessoas (num total de 3732 - 51,3%), contando os núcleos de Alfarim e Meco com 211 e 90 famílias, respetivamente. De facto, não existe grande diferença entre estas famílias e os agregados com 4 e 5 pessoas (onde o total se situa em 3138 famílias, 131 das quais em Alfarim e 61 no Meco). Em bastante menor número encontram-se as famílias clássicas com 5 e mais pessoas (401 em toda a freguesia, registando os núcleos de Alfarim e Meco um total de 21 e 2 famílias, respetivamente). Quanto ao género, os indivíduos residentes apresentam um número relativamente equilibrado – 9429 homens e 9624 mulheres, havendo nos núcleos de Alfarim e Meco 462 e 429 homens, e 171 e 187 mulheres, respetivamente. No que se prende com a faixa etária, regista-se em toda a freguesia um total de 3204 pessoas com 65 e mais anos, de onde se conclui a existência de uma população relativamente jovem, uma vez que 10775 indivíduos possuem entre 25 e 64 anos e 965 entre 20 e 24 anos. Os núcleos de Alfarim e Meco, apresentam para a mesma faixa etária (65 e mais anos) um total de 483 e 201 indivíduos, respetivamente. No que concerne a habilitações literárias a freguesia apresenta um nível de escolaridade relativamente elevado. Dos indivíduos residentes com mais de 15 anos: 2349 têm o Ensino superior completo; 2816 o Ensino secundário completo; 3328 o 3º Ciclo completo; 2482 o 2º Ciclo completo; 4306 o 1º Ciclo completo. Em relação ao número de analfabetos, o mesmo situa-se em 730 pessoas, das quais 60 em Alfarim e 24 no Meco. Relativamente à ocupação, a freguesia regista 8248 empregados, 3713 pensionistas/reformados e 6574 sem atividade económica. Do total de indivíduos residentes, 5573 exercem a sua atividade no concelho de Sesimbra. Quanto aos setores de atividade, a população ativa distribui-se da seguinte forma: 324 no setor primário, 17844 no setor secundário e 6140 no setor terciário. (INE, 2011. Meta dados)

No que respeita à população residente empregada, segundo a situação na profissão, por ramo de atividade económica, existem na freguesia do Castelo 351 indivíduos na Pesca, dos quais 40 na qualidade de Patrão / Empregador, 35 trabalhadores por conta própria ou isolados, 173 trabalhadores por conta de outrem e 3 em outras situações. (INE,2011)

Em termos de população residente empregada, segundo a situação na profissão, por profissão, existem 30 indivíduos na qualidade de Pescador, caçador e coletor, de subsistência, dos quais 27 são trabalhadores por conta própria ou isolado e 3 trabalhadores por conta de outrem. (INE,2011)

1.2 Caracterização da Freguesia de Santiago

O povoamento da freguesia de Santiago, terra de mareantes, contava na segunda metade do século XX – 1864 – com 3.085 habitantes, continuando, em termos populacionais, em crescendo até 1981, onde atingiu um pico de 8.285 habitantes. A partir desse ano, a população começou a decrescer contando atualmente com 4841 habitantes (INE, 2011).

A freguesia de Santiago é sede de Concelho e, em termos territoriais não sofreu alteração ocupando 1,99km², e uma densidade populacional de 2432,7 habitantes. Segundo os referidos censos (INE-2011), Santiago conta com 2120 famílias clássicas das 19274 existentes no concelho. No que respeita ao agregado familiar, a sua composição regista grande discrepância entre as famílias clássicas com pessoas com 65 e mais anos (1051 famílias – 49,6%) e as famílias clássicas com pessoas com menos de 15 anos (294 famílias, 13,9%). (INE;2011)

Aspeto importante a realçar nesta freguesia é, além do decréscimo de população que tem vindo a registar, a clara tendência de envelhecimento populacional.

A maioria do agregado familiar (famílias clássicas) em Santiago é composto por 1 e 2 pessoas, num total de 1405 famílias (66,3%). Existe, igualmente grande discrepância entre o número destas famílias (com 1 e 2 pessoas) e as famílias com 5 e mais pessoas que totalizam 79 famílias (3,7). Os agregados com 3 e 4 pessoas representam 30%, num total de 636 famílias. (idem)

Outro aspeto a realçar é a composição do agregado familiar que é sobretudo composto por núcleos com 1 e 2 pessoas.

Quanto ao género o valor populacional é relativamente equilibrado: 2352 indivíduos residentes do sexo masculino e 2489 do sexo feminino, ou seja, um valor percentual de 48,6% e 51,4%, respetivamente.

Em relação à faixa etária os números revelam uma tendência para o amadurecimento populacional, no qual 2495 pessoas (51,5%) têm 25 a 64 anos e 1550 (32%) têm 65 e mais anos. As populações mais jovens, registam 203 pessoas com idades de 14 a 19

anos (4,2%), dos 10 aos 13 anos, 113 indivíduos (2,3%), dos 5 aos 9 anos 123 pessoas (2,5%), e, por último, dos 0 aos 4 anos, 113 indivíduos (2,3%). (INE,2011)

No que respeita ao nível habilitacional, a grande maioria (1671 pessoas – 38,9%) tem o 1º ciclo completo, seguindo-se o 3º ciclo completo com 757 indivíduos (17,6%) e o 2º ciclo completo com 632 pessoas (14,7%). O ensino secundário completo não fica muito aquém destes números registando, todavia, 536 indivíduos (12,5%). Facto curioso é o número total de indivíduos com o Ensino Superior completo ser muito idêntico ao número dos que não sabem ler nem escrever, ou seja, 331 representando 7,7% do total e 335 que traduz um valor percentual de 7,8%, respetivamente. No ensino pós-secundário completo registam-se 39 indivíduos (0,9%). (Idem)

Na vertente habilitacional, os dados apontam para um patamar maioritário entre o 3º ciclo e o ensino secundário completos, o que conjugado com a estrutura etária da população não apresenta uma tendência muito auspiciosa.

Quanto à população empregada por setor de atividade existem em Santiago 1842 (8,4%) indivíduos residentes empregados, dos quais 308 (16,7%) no setor primário, 192 (10,4%) no setor secundário e 1342 (72,9%) no setor terciário. As novas atividades do setor dos serviços vieram claramente destronar a atividade principal tradicional – a pesca. Registam-se ainda 1592 Pensionistas /reformados que representam 32,9% da população total e 2345, ou seja 48,4%, sem atividade económica. O total de residentes empregados no município de Sesimbra é de 1473 indivíduos (80%), o que significa que apenas 20 trabalha fora do Concelho.

A população residente empregada na freguesia, segundo a situação na profissão, por ramo de atividade económica é maioritariamente trabalhador por conta de outrem (249 indivíduos (81,9%) dos 563 do concelho), sendo a pesca a registar o valor mais elevado (304 pessoas – 54%), seguida de categoria de Patrão/Empregador com 33 indivíduos (10,9% do total). Na categoria de trabalhador por conta própria ou isolado existem 18 indivíduos (5,9%) e, por último 4 indivíduos em outras situações, cujo peso é de 12,1% do total da população, neste item.

No que concerne à População Residente empregada, segundo a situação na profissão, por profissão, dos 53 indivíduos existentes nesta condição, no Concelho, incluem-se em Santiago, 22 pessoas na categoria de Pescador, Caçador e Colector, de subsistência,

representando 41,5%, 1 pessoa na categoria Patrão / Empregador, 13 na de Trabalhador por conta própria ou isolado e 8 na classificação de Trabalhador por conta de outrem.

Realça-se a importância do parágrafo anterior, na medida em que espelha bem a caracterização da comunidade piscatória, distribuindo-se o trabalhador em duas categorias principais: Pescador, caçador e colector, de subsistência e trabalhador por conta própria ou isolado.

Temos assim, duas freguesias bastante distintas quer em termos geográficos quer em termos populacionais e, no entanto, ambas possuem dois elementos agregadores que lhes vincam o carácter e fundamentam a identidade: o castelo, bastião de uma origem remota e o mar que lhes corre no sangue.

2. A Pesca com Arte Xávega em Sesimbra

A particularidade da Arte Xávega praticada em Sesimbra, resulta da sua forma genuína de operar, sem recursos a quaisquer meios mecânicos.

A pesca com Arte Xávega, em Sesimbra, de um modo geral, não difere significativamente das restantes Xávegas que operam no país. Uma das prerrogativas para a sua prática é a existência de fundos arenosos e, a outra, que as praias permitam realizar todas as manobras da embarcação e das redes (Souto, 2007). Se, anteriormente, essas duas condições não constituíam problema, com as alterações sociais, económicas e políticas ocorridas na 2ª do século XX, o paradigma alterou-se. As praias, até então, praticamente desertas começam a ser procuradas por centenas de veraneantes, e a sua utilização passou a ser mais diversificada e disputada, por diferentes interesses.

Apesar disso, a velha Xávega, também conhecida como “arte de S. Pedro”⁵⁶ e que, em Sesimbra, toma a designação peculiar “de Artes do Caneiro” (nome que provém do local onde se realiza, ou seja, zona mais oriental da praia da Califórnia, de Sesimbra e que os locais designam por Caneiro), continuou a laborar aparentemente alheia às mudanças. O Caneiro, espaço mais recuado e, por isso, mais liberto da ocupação humana, reunia as condições (águas abrigadas e fundo arenoso) para que a pesca se efetuasse sem incidentes, uma vez que a rede ao ser arrastada pelo fundo, para a praia,

⁵⁶ Monteiro, R. (2001). Alguns Mareantes Desconhecidos da Terra de Sesimbra e Outros Textos. Câmara Municipal de Sesimbra.

não poderia encontrar escolhos⁵⁷, caso contrário, o prejuízo seria grande. Até então, nem a sua antiguidade nem as particularidades que realçam a estreita ligação existente entre a comunidade e os elementos naturais pareciam ameaçados. Praticada manualmente no Concelho, sem recurso a qualquer tecnologia, com exceção dos pequenos tratores agrícolas utilizados na alagem das redes, na Praia do Moinho de Baixo e areal até à Lagoa, estas comunidades têm convivido com a mudança e reajustado as suas práticas. Mas esta Arte, em Sesimbra, não só é antiga como adota também várias designações: além das já referidas – Arte de S. Pedro e Artes do Caneiro – a Xávega é chamada Chinha e a sua distinção reside basicamente nas dimensões. Baldaque da Silva faz uma descrição sumária, mas elucidativa da Chinha - apresenta-se como aparelho de rede envolvente de arrastar, com saco e malhas de menores dimensões, que se emprega em sítios baixos, tanto na costa como nos bancos das barras e bacias litorais. As mangas têm de comprimento 15 metros, medindo a rede a meio entre 1m,50cm a 2 metros de altura e sendo a malhagem como no chinchorro. É manobrada apenas com dois a três homens (Baldaque, 1892:335). Embora as suas dimensões não sejam tão reduzidas, nem a sua companhia tão reduzida (atualmente compõe-se de 10 elementos), para manobrar a embarcação apenas são necessários dois elementos.

⁵⁷ Penhasco que está de todo escondido ou só à superfície do mar. ("escolhos", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/escolhos> [consultado em 02-02-2018]).

Figura 2.1 – Pescador cosendo as redes – Arte Xávega – Praia do Moinho de Baixo-
Aldeia do Meco



Fonte: Trabalho de Campo – MCAP “A Prática da Arte Xávega e os percursos de resistência entre a tradição e a modernidade: Estudo de caso Na Vila de Sesimbra e Meco”

O peso da pesca com Arte Xávega no valor global das pescas sempre foi residual. Escolhemos, a título meramente exemplificativo, o ano de 1940⁵⁸, constante do quadro 2.1 a fim de ilustrar os valores das capturas da Arte Xávega em Sesimbra, com os valores das restantes Xávegas e da Pesca Global.

⁵⁸ A recolha de dados efetuada permitiu-nos de forma sequencial apurar os dados para a década de 30 incluindo o ano 1940. A partir desta data os dados encontram-se dispersos, e agregados por grandes portos, sendo impossível a sua desagregação durante este trabalho. Acresce mencionar que durante a década referida não se registam alterações significativas no valor das Xávegas para Sesimbra.


Quadro 2.1 – Produto Global da Pesca das Xávegas Grandes e Pequenas (1940)

Ano	Valores em contos			Valores percentuais comparativos		
	Pesca total	Xávegas total	Xávega Sesimbra	% Pesca Total	% Xávegas	% Xávega Sesimbra
1940	323.929	6.568	202.6	100	2,0	0,06

Fonte: Comissão Central de Pescarias. República Portuguesa. Ministério da Marinha, (1940)
Adaptado de Estatística das Pescas Marítimas no Continente e Ilhas Adjacentes no Ano de 1940 Produto da Pesca de Xávegas, grandes e Pequenas, por meses e por portos (valor em contos) (Arquivo Central da Marinha, 2500 – Imprensa Nacional de Lisboa, 1941; p.12)

Procurámos obter idêntica informação, na tentativa de apresentar uma comparação do panorama atual da Arte Xávega, mas considerando a organização e distribuição das tipologias de pesca assim como da possibilidade de descargas das capturas nos principais portos, apenas conseguimos ilustrar os valores em euros das descargas efetuadas pelas Xávegas no porto de Sesimbra que nos permite inferir o decréscimo da sua atividade, assim como o seu peso económico residual.

Quadro 2.2 - Produto da Arte Xávega de Sesimbra (€)

		
Ano	Nº de Barcos	Valores
2007	3	47 682,81
2008	4	35 591,98
2009	3	30 869,79
2010	2	30 158,89
2011	4	18 274,19
2012	2	35 499,09
2013	3	34 984,89
2014	2	19 732,79
2015	2	25 002,28
2016	2	5 204,75

Fonte: Docapesca Portos e Lotas, SA (outubro 2017) -Recolha de Dados MCAP – “A Prática da Arte Xávega e os seus Percursos de Resistência entre a Tradição e a Modernidade: Estudo de Caso Na Vila de Sesimbra e no Meco”

Como referido, a prática da Arte Xávega em termos de pescadores e barcos inscritos⁵⁹ também tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos. Da consulta de dados que fizemos junto da Delegação Marítima de Sesimbra, o número de pescadores inscritos na Arte Xávega, para a Vila de Sesimbra, tem vindo a decair, restringindo-se esse número praticamente à Arte Xávega efetuada no Meco. Considerando que a classificação da Arte Xávega para ambas as localidades é diferente⁶⁰, não é de estranhar que dos 22 inscritos na Arte Xávega do concelho em 2003, figurem apenas 8 no final de 2017, como ilustrado no quadro: 2.3.

Da mesma forma, o número de embarcações também reduziu, passando de 7 embarcações em 2004 para 3 embarcações em 2016.

Quadro 2.3 – Número de Inscritos Marítimos por Embarcação da Xávega

Ano	Número Anual de Inscritos - Marítimo por Embarcação da Arte Xávega						
	Embarcação						
	25 de Abril	Boa Esperança	Galinho da Manhã	José e Pedro	Novo Esperança	O Pio	Paulo e Henrique
2003	2	7	2	0	4	4	3
2004	2	7	4	4	5	5	2
2005	2	neste ano não efetuou matrícula	neste ano não efetuou matrícula	neste ano não efetuou matrícula	5	4	2
2006	2	6	5	3	5	4	2
2007	2	6	neste ano não efetuou matrícula	3	5	neste ano não efetuou matrícula	2
2008	2	6	2	4	5	3	2
2009	2	6	3	3	5	3	2
2010	2	5	neste ano não efetuou matrícula	4	5	neste ano não efetuou matrícula	2
2011	2	5	3	3	5	neste ano não efetuou matrícula	2
2012	2	5	3	3	5	neste ano não efetuou matrícula	2
2013	2	neste ano não efetuou matrícula	2	2	5	neste ano não efetuou matrícula	2
2014	3	neste ano não efetuou matrícula	1	2	5	neste ano não efetuou matrícula	2
2015	3	neste ano não efetuou matrícula	2	2	5	neste ano não efetuou matrícula	2
2016	Passou para recreio em julho de 2017	neste ano não efetuou matrícula	1	2	4	neste ano não efetuou matrícula	2
2017	-----	neste ano não efetuou matrícula	-----	2	4	neste ano não efetuou matrícula	2

Fonte: Delegação Marítima de Sesimbra - 19-11-2017 (Livros - Número Anual de Inscritos - Marítimo por Embarcação)

⁵⁹ Registrados – optámos por manter a terminologia dos livros de registo

⁶⁰ no Meco a pesca é profissional não estando restringida a nenhum período temporal, com exceção dos meses de Verão onde o horário é compatibilizado com o usufruto da praia; na Vila de Sesimbra só pode ser efetuada de maio a setembro, três dias por semana, em horário também compatibilizado com o usufruto da praia (a partir das 19h e até às 09h)

Sesimbra, tem assim, na sua enseada, apenas uma arte xávega – *Paulo e Henrique* – e, na Aldeia do Meco, na Praia do Moinho de Baixo, duas Xávegas - *Novo Esperança e José e Pedro*. Apesar do número de pessoas que ainda envolve – cerca de 44 pessoas no Meco e 10 em Sesimbra (embora, tal como vimos a referir os números sejam muito variáveis), ser relativamente pequeno, é uma comunidade que está em risco de desaparecer: Em Sesimbra, porque se trata de uma reserva, não se considera a possibilidade da transmissão da licença a outras pessoas que não seja o descendente direto. No Meco, tanto quanto pudemos apurar, não há descendentes com disponibilidade para manterem a Arte. Podem, contudo, se assim o entenderem, vender os barcos e as licenças. Em face deste cenário não se auguram bons resultados para a Xávega no Concelho a menos que se implementem medidas urgentes com vista à sua manutenção.

A Arte Xávega, nestas duas comunidades, mais do que uma Arte de pesca é uma forma de vida. Ela representa para o pescador Sesimbrense sentimentos contraditórios. Brandão (s/d, 2ª edição), viu na sua forma organizativa uma solidariedade que chamou de “um instinto comunista”, pois a companha encarnava um companheirismo porque apenas podiam contar com o seu próprio trabalho, com o grupo e com o apoio inter grupo. Daí que “Se um adocece, os outros ganham-lhe o pão. Se morre, sustentam-lhe a viúva e os filhos (...)” (Brandão, s/d- 2ª edição, 129).

Cruz (2009) vê no pescador a determinação daqueles para quem a arte é absolutamente necessária [pois, estes pescadores] não tem probabilidade alguma de se integrarem noutra (Cruz, 2009, p.46.).

Para o pescador atual ela representa, por um lado, a sua independência:

“Tem um bote” [que é seu] “e aquela Arte de Pesca” [refere-se à Arte Xávega] (Pescador nº7, 2017)

e, como tal, poderá ocupar o seu tempo, juntar os amigos, e ainda ganhar algum dinheiro; mas, por outro lado, ela constitui a sua prisão, porque ter uma Arte é sua responsabilidade e, como tal, ela não pode ficar parada.

“Não há maior tristeza que ver o barco lá na areia. Ao princípio eu ainda ia lá vê-lo, mas depois deixei-me disso!” (Pescador 1, 2017 – nota de registo de trabalho de campo)

“Eu gosto muito disto, mas já estou cansado. Já me custa muito a andar... olhe, que eu ando nisto, desde os sete ou oito anos! O meu pai tinha oito filhos, e eu, era pequenino. O meu pai tinha Artes destas, sempre teve! E depois, a gente ganhava a metade dos homens, para recolher a rede e tudo. Davam-me meia parte. Éramos muitos a comer e dava jeito!”, (Pescador nº 7, 2017).

De um modo geral todos referem o desejo ou a esperança de, em dada altura das suas vidas, encontrarem uma profissão mais estável e economicamente mais rentável. Muitas vezes, o barco que os viu crescer e no qual aprenderam as primeiras lições sobre a vida, é aquele que, na idade adulta pretendem deixar e procurar novos rumos. Com efeito, as exigências inerentes à prática da Arte Xávega e a incerteza da sua produtividade marcam um quotidiano, também ele incerto.

“Eu é que na época tinha a 4ª classe, e depois abriu o Hotel do Mar em 63 [1963] e eu saí logo do mar!” (Pescador nº 8, 2017).

A relação com o mar e os seus recursos é complexa e dual. Se ganham e se divertem: o “mar é bom!”; se não ganham, “o mar é mau!”, mas nem por isso deixam de gostar dele. Longe ou perto o mar e a Arte (como costumam dizer) continuam a acompanhá-los nas lembranças e na vontade de regressarem, já com outro tempo e disposição. É tempo de receber a herança da Arte Xávega e, se a vida correr bem, só a reforma traz o regresso, o que aconteceu com alguns dos nossos interlocutores. É o sentimento de pertença, de identidade que ainda mantém viva a Arte Xávega nestas duas comunidades. Os laços familiares reforçam-se na união em torno dela.

“Foi uma coisa já antiga. Foi uma herança do meu pai e foi uma coisa que eu sempre gostei! Tenho um irmão meu, também aqui. (Pescador nº 7, (2017)

“E também é a mesma coisa! Como o meu irmão também está reformado, andamos aqui.”, (Pescador nº 9, 2017)

“O mar é sempre igual e sempre diferente” (Informante nº 6, 2017).

Os fatores que envolvem a prática desta Arte de pesca são diversos e incontrolláveis. As restrições impostas pela legislação do Plano de Ordenamento do Parque Marinho, que só lhes permitem pescar três dias por semana, agravam a já difícil situação que têm de suportar. Todavia, a criação do Parque Marinho é também um atrativo para os turistas e assim, já têm quem os ajude a puxar as redes. A realização da pesca quando efetuada

com a ajuda dos turistas, assume-se como um espaço de verdadeira convivialidade o que lhes permite sustentar a vida e reinventar as suas práticas.

Apesar de nem todos os pescadores estarem de acordo, compreendem que os turistas são uma mais valia para a terra, e muitos gostam de lhes mostrar esta Arte que é deles e que os turistas não têm.

“Então, a gente gosta de mostrar a Arte. Eles lá de onde é que vêm, não têm lá nada disso. E assim ficam a conhecer e levam a nossa arte..., mas só nas fotografias!”, (Pescador nº 5,2017).

Desenquadrada das exigências económicas atuais e ancorada num tempo que é o seu, a Arte Xávega nestas comunidades é hoje muito mais do que uma Arte de pesca. Ela é uma forma de vida, um espaço social onde se recriam memórias e onde há sempre lugar para mais um. “Toda a gente tem direito a ir ao mar – toda a gente tem direito à vida.” (Brandão, (s/d: 129).

2.1 A prática da Arte Xávega nas comunidades da Vila de Sesimbra e na Aldeia do Meco

A Arte Xávega em Sesimbra é, como referido anteriormente, uma das artes mais antigas do concelho cuja existência é anterior ao século XV⁶¹ (Livro do Tombo da villa de Cezimbra). Inicialmente praticada na enseada da Vila de Sesimbra estendeu-se posteriormente⁶² ao litoral aberto da Praia do Moinho de Baixo, na Aldeia do Meco. Apesar da sua antiguidade, esta Arte, na sua essência, não terá sofrido grande alteração no seu modo de operar assim como na tipologia do tráfego⁶³. A sua prática, na baía de Sesimbra, continua a ser fielmente executada sem recurso a quaisquer meios mecânicos, ou seja, mantendo totalmente⁶⁴ a sua forma artesanal. Regista-se, porém, em relação à Comunidade do Meco⁶⁵, uma pequena exceção relativa à utilização do trator agrícola⁶⁶ para auxílio no alar⁶⁷ das redes e na deslocação do barco, no areal, para acesso à beira-

⁶¹ “(...) e se tirem as enxávegas, e pesquem com ellas assi como amtes pescavão os pescadores (...)”

⁶² A escassez de dados não permite apontar uma data exata para a sua implantação suspeitando-se, no entanto, que terá sido muito próxima da implementação das artes na Costa da Caparica, na 2ª metade do Século XVIII.

⁶³ Aprestos de pesca utilizados

⁶⁴ A afirmação decorre do facto de não serem utilizados (na comunidade de Sesimbra Vila) quaisquer meios mecânicos.

⁶⁵ A exceção reside na utilização de pequenos tratores agrícolas utilizados (um por companha), no auxílio à alagem das redes e na deslocação do barco, no areal, na Comunidade do Meco

⁶⁶ Apenas os pescadores da comunidade do Meco utilizam este meio sendo o único meio mecânico que utilizam.

⁶⁷ Puxar as redes.

mar e regresso, no fim da faina. Segundo os registos da Delegação Marítima de Sesimbra, um dos barcos que opera no Meco – José e Pedro - adotou, no ano 2000, a introdução do motor, mas de acordo com a informação [do mestre] e da companha, raramente o utilizam.

Moldada pelas condições geomorfológicas e socioculturais, a Arte Xávega apresenta em cada uma destas comunidades características diferentes: barcos mais ligeiros ou mais robustos, artes de maiores ou menores dimensões, companhas com mais ou menos elementos, mas o mar, sempre presente, seja enquanto agente libertador seja enquanto elemento constrangedor.

Na freguesia de Santiago, enseada de águas calmas abrigada pelos ventos dominantes dos quadrantes Norte e Este, os barcos são mais pequenos, com o fundo achatado e tomam a designação de barco⁶⁸, bote⁶⁹ e aiola⁷⁰. O seu comprimento não atinge os 4m, tendo a boca e o pontal aproximadamente 1,5m e 0,60m, respetivamente. A tonelagem bruta é de 0,79 e podem ser manobrados por apenas dois remadores se bem que possam ter até quatro remadores por barco.

⁶⁸ Embarcação que tem roda de proa e popa de leque, também conhecida por popa redonda ou popa de painel.

⁶⁹ Pequena embarcação a remos com um comprimento entre 4m e 4,50m, proa direita, popa de painel e arvoravam dois mastros, em cada um dos quais armavam uma vela de espicha. O bote da sacada – embarcação movida por quatro remos, dois a vante e dois a ré, armando uma vara à proa e outra à popa, em cujas extremidades se fixavam os moitões, por onde corriam os cabos de alar as redes. (“O que veio à Rede”, p.75)

⁷⁰ Pequena embarcação típica de Sesimbra, com existência secular, utilizada na pesca costeira, tendo um comprimento de aprox. 3,50m. Deslocando-se hoje com motor fora de borda, antig. Armava vela latina, sendo tripulada por um ou dois pescadores. (“O que veio à Rede” p. 62)

Figura 2.2. - Barco da Arte Xávega – Sesimbra



Foto: Anabela Gato - Barco da Arte Xávega - Sesimbra

Fonte: Trabalho de Campo – MCAP – “A Prática da Arte Xávega e os seus Percursos de Resistência entre a Tradição e a Modernidade: Estudo de Caso Na Vila de Sesimbra (2017)

De acordo com o Livro de Registos da Delegação Marítima de Sesimbra⁷¹ em 1981, encontravam-se matriculadas na freguesia de Santiago três embarcações da Arte Xávega mantendo-se, duas delas em laboração até 2016. Atualmente apenas uma embarcação continua ativa.

Na freguesia do Castelo, em particular na Praia do Moinho de Baixo, Aldeia do Meco, um litoral aberto, batido pelos ventos fortes de Norte, Este e Leste, os barcos tomam outras características apresentando um aspeto maior e mais robusto – o fundo é mais plano e possuem duas proas, aspeto que está na origem da sua designação – Barco de duas proas.

O comprimento é, ligeiramente, superior a 6m (entre 6m e 6,50m), a boca possui aproximadamente entre 2m e 2,18m, situando-se as dimensões do pontal entre 0,75 e 0,81m. A tonelagem bruta é de 2,75 ou ligeiramente inferior 2,25. A adaptação do barco

⁷¹ Livro de Registos da Delegação Marítima de Sesimbra, Livro 14 (fls.159) e 16 (fls.161)

às características do mar faz com que o esforço, aqui, seja redobrado. As dimensões da boca do barco obrigam a que para cada remo exista um remador, o que totaliza, normalmente, 6 a 8 homens de mar.

“A gente temos a tripulação que vai ao mar, sou uma das pessoas que vão ao mar, e pronto! O barco navega através de seis remos. Eu vou ao remo.” (Pescador nº12)

Figura 2.3 - Barco da Arte Xávega do Meco



Foto: Anabela Gato - Barco Arte Xávega - Praia do Moinho de Baixo - Meco

Fonte: Trabalho de Campo – MCAP – “A Prática da Arte Xávega e os seus Percursos de Resistência entre a Tradição e a Modernidade: Estudo de Caso Na Vila de Sesimbra e no Meco (2017)

A pesca com Arte Xávega nestas duas comunidades distingue-se também em termos de enquadramento legal: Em Sesimbra, a Arte Xávega assume-se como uma *atividade cultural*, ao abrigo do nº 3 do art 43º da Resolução do Conselho de Ministros nº 141/2005 de 23 de agosto, mas que serve igualmente de complemento de reforma, enquanto no Meco ela se constitui como *atividade profissional*, de acordo com Portaria nº 244/2005, de 8 de março, embora, também aqui, sobreviva enquanto complemento de reforma e de entretenimento. De referir igualmente que em relação à Arte Xávega

efetuada no Parque Marinho Luíz Saldanha, em Sesimbra, a mesma é apoiada pela edilidade, através da realização de um protocolo entre a Câmara e os dois proprietários das embarcações da Arte Xávega (que atualmente se reduz a apenas uma Arte).

A pesca, essa fazem-na quando o tempo o permite, ou nos dias para os quais têm permissão para realizá-la.

No Meco, a licença é anual, mas com restrições a horários e locais durante a época balnear – entre as 10h30 e as 19h30 não podem pescar. Os tratores também têm restrições para circular quer em termos de locais quer em termos de velocidade (10Km /hora), em três acessos – Praia do Moinho de Baixo; Praia de Alfarim e Praia da Lagoa. Normalmente pescam apenas na Praia do Moinho de Baixo, por uma questão de facilidade. O mestre ou arrais deve assegurar todas as condições de segurança (sinalização da atividade, comunicação de qualquer incidente, segurança da companhia) estando a companhia de terra obrigada a responsabilizar-se pela limpeza da praia na área da pesca. Salvaguardadas as competências de outras entidades, a autorização para a operação da Arte Xávega é emitida pela Delegação Marítima, a pedido do requerente, por despacho do Delegado Marítimo (Decreto-lei nº44/2002 de 2 de março, Portaria nº244/2005 de 22 de novembro, alterada pela Portaria nº 244/2005 de 8 de março).

Em relação a Sesimbra – Vila -, os pescadores da Arte Xávega podem exercer a atividade desde que enquadrada no nº3 do Artº 43º da Resolução de Conselho de Ministros nº 141/2005 de 23 de agosto. Apesar da licença ser de abril a Outubro, habitualmente exercem a atividade de maio /junho a agosto/setembro, apenas três dias por semana, às segundas, quintas e sábados. Tal como os pescadores da Aldeia do Meco, estão impedidos de realizar a atividade entre 10h30 e as 18h30.

Curiosamente a renovação das licenças de pesca para poderem continuar a operar no ano seguinte tem que cumprir (sem prejuízo de outros requisitos) o constante no ponto 1.2 do Despacho nº 14694/2003 (2ª série) de 29 de julho, ou seja, para além do cumprimento dos demais requisitos “deverão demonstrar o exercício regular da atividade através de valores de venda de pescado igual ou superior ao valor V, em que $V = (T-1) \times 12 \times OMN$, ou seja, T – é o número mínimo obrigatório de tripulantes, superior a um; OMN – ordenado mínimo nacional, no total dos 12 meses anteriores à data da apresentação do pedido de renovação (...).

2.2 O perfil do pescador de Sesimbra

Quer na comunidade da *Arte* de Xávega da vila de Sesimbra quer na comunidade do Meco⁷², não existem grandes diferenças em termos do perfil do pescador. São invariavelmente homens, reformados, com idades compreendidas entre os 70 e os 80 anos, que já foram pescadores nesta ou em outras artes de pesca, mas que, ao longo dos anos foram desempenhando outras atividades, algumas delas consideradas mais seguras e rentáveis.

Naturais das freguesias de Santiago⁷³ e Castelo⁷⁴, onde também residem, poucos são aqueles que sempre se mantiveram na *Arte* de Xávega.

Esta é uma pesca essencialmente masculina, apenas um dos pescadores refere ter existido uma companhia de mulheres na arte xávega, enquanto os restantes referem que estas sempre tiveram um papel secundário na xávega, de apoio aos maridos.

Mulheres na Chinha? Havia, é pá!..., isto tenho de dizer o nome! Naquele tempo das Artes Grandes a pescar do mar, tinha duas barcas grandes, havia umas mulheres que chamava a Arte das Sarocas [ri-se, divertidíssimo]. Pescavam. Iam ao mar. Iam, de volta com os camaradas. Essas duas barcas iam pescar do mar. A Arte era mesmo delas. Só como eram mulheres puseram-lhe o nome. Só quem tinha o nome era aquelas duas mulheres. Há muitos anos, há muitos anos, há muitos anos.... Sabe onde é que era a loja delas? Era dali da barraca de banho. Onde é que está o Hotel do Mar. É da banda de baixo. Onde é que é o Hotel do Mar, da banda de baixo tem aquele buraco, tem aquele arco para o mar. Ali é que era o armazém delas. Era onde é que elas tinham as redes. Mas as mulheres aqui em Sesimbra nunca participaram muito na pesca. (Pescador n° 10, 2017)

Dantes havia [mulheres]. Agora não! Não, porque, pronto, as mulheres aqui, as mulheres dos donos; ou seja, antigamente, havia mulheres a ajudar, vinham com os maridos. A vida também não era fácil, elas também puxavam, iam aprender e ganhavam, tal e qual como os homens. Antigamente era. Agora as mulheres gostam é de ver, é mais fácil! É verdade! Gostam é de ver, mai' nada! Não. Nunca vendiam, as mulheres não! As mulheres nunca vendiam. Vendiam era sempre os homens. Que eu tenha conhecimento era sempre os homens. Haviam mulheres que puxavam porque as circunstâncias obrigavam a essas coisas, mas, não! Para vender era com os homens. Os homens é que vendiam. [Em relação à companhia] (...) somos dez. Para puxar aquilo era cinco de cada lado, com o mês d'Agosto cheio de pessoal aqui, os banhistas ajudam. Não, não. Isso é quatro ou cinco de cada lado e mais nada! (Pescador n° 7, 2017)

⁷² Habitualmente designada por comunidade do Meco, engloba essencialmente pescadores das aldeias de Alfarim e Meco

⁷³ Santiago – criada em 1536 compreende a Vila de Sesimbra (1,99 km²) e é sede de Concelho

⁷⁴ Castelo – Criada em 1388 é a freguesia mais antiga e a maior em termos territoriais (187,77 km²)

A invisibilidade do trabalho das mulheres no mar era e certamente é tão grande que a existência de mulheres nesta Arte é visto como praticamente inexistente, apesar das sucessivas referências à sua eventual participação, esporádica ou muito fugaz.

Havia [mulheres], mas não era nesta Arte. Não, não, não. As mulheres só iam à praia só para dar uma bucha aos maridos ou coisa assim. Aquilo era tudo homens e crianças. Na altura, toda a gente trabalhava. Também havia pessoas que trabalhavam em terra na Arte. Olhe, havia um armazém mesmo aqui próximo. Havia uma senhora que sempre trabalhou ali mais o marido. (Pescador nº8, 2017)

A ligação à arte xávega está ligada à história de vida de cada um e é vista de forma contínua. De um modo geral todos começaram muito jovens, ainda crianças e a ligação manteve-se, apesar de terem optado por trabalhos que proporcionassem rendimentos mais estáveis. É na velhice, ou melhor na reforma, que se podem dedicar de novo à arte de forma mais intensa.

Eu desta, não sou há muitos. Já fui mestre de algumas... já acabaram! E agora vim pr'aqui. Vim pr'á reforma dos velhos! (Pescador nº2, 2017)

Eu?! Eu, não sei se a minha mãe já me teve aqui... (Pescador nº 5, 2007)

...aos 9 anos já trabalhava na vida do mar! Ia chamar a companha. Era moço chamador⁷⁵ e fazia as tarefas do pessoal de terra (Pescador nº8, 2017)

“Eu andei no tempo das Artes com o meu pai...desde os 7 ou 8 anos” (Pescador nº 9, 2017)

“7 ou 8 anos...era pequenino” (Pescador nº 7, 2017)

“Eu tenho cédula marítima desde os catorze anos...” (Pescador nº 11, 2017)

“Desde [19] 68... há 49 anos” (Pescador nº 12, 2017)

A experiência divide-se “*pelos sete ofícios*” e pelo tempo passado em vários locais, numa tentativa de minorar a incerteza e instabilidade que a arte xávega proporciona a quem a pratica. Das mais diversas artes de pesca: armação, cerco, espinhel (também

⁷⁵ Moço – Aprendiz da atividade piscatória. Estava incumbido de várias funções de acordo com a designação atribuída. Ao Moço Chamador competia percorrer as ruas, de porta em porta, durante a noite, gritando o nome de cada um dos pescadores (que tomam a designação de camaradas) para os acordar e avisar ou lembrar a hora da partida. O pregão, “*Ó Ti Joaquim, ó Ti Manel, vames imbora qu’a barca tá do mar!*”, que acordava a Vila inteira, caiu em desuso na década de 60. Existem ainda as designações de Moço de terra (incumbido dos trabalhos auxiliares desenvolvidos em terra, coadjuvando os camaradas ou o “Velho de terra” na preparação da pescaria, até que a idade lhe permitisse tirar a cédula para poder embarcar); Moço do Mar (a sua função consistia no auxílio nas tarefas de bordo, designadamente limpeza da embarcação, arrumos de apetrechos e apoio aos camaradas). Adaptado de “O que veio à Rede... Vocabulário, alcunhas e topónimos de Sesimbra” (2007, p.124) – coordenador: Paulo Pitorra; autores: António Cagica Rapaz, António Reis Marques, Rafael Monteiro

designado *aparelho*), covos, pesca de longo curso, aos antigos estaleiros da Lisnave, Marinha Mercante, Setenave, Agricultura, Hotelaria, Futebol... e tantos outros, estes pescadores sulcaram terras e mares para procurarem novos horizontes e uma segurança económica que lhes permitisse viver “desafogadamente”.

Presentes têm as memórias de uma meninice junto ao mar, onde os mais afortunados herdaram o saber e a *Arte Xávega* que continuam a praticar, com algumas limitações.

A idade avançada já não lhes permite desempenhar com tanta destreza e agilidade a *Arte*. Queixam-se “*das cruces*⁷⁶...”. Ainda assim, lá vão pelo areal arrastando a *Arte*. Esta continuidade é motivada por diversas razões, mas a principal, de acordo com as entrevistas realizadas, é o laço que os une à tradição familiar: a *Arte* passa de pais para filhos e assim sucessivamente. Não menos importante, são as suas ligações aos costumes da terra: não tendo *Arte* própria, juntam-se a quem a tem ou adquirem-na a quem já não a pode ou não a quer manter.

A herança do meu pai foi uma *Arte Xávega*. Uma vez que estou reformado continuei, arranjei aí pessoal amigo e continuei a andar à *Arte Xávega*. (Pescador nº 7, 2017)

Tenho uns primos que tinham uma, mas têm duas traineiras e é raro irem a essa pesca [à *Arte Xávega*], mas, vão de vez em quando, só para desporto! (Pescador nº7, 2017)

Eu digo assim: vale a pena continuar com isto? Mas eu tenho orgulho e a *Arte* para mim, assim como para o P12 e muitas pessoas dá-nos vida! (...) Porque isto era dos nossos avós! Os nossos avós, naquele tempo, fizeram muito sacrifício para comprar uma *Arte* destas, que na altura fazia parte da sobrevivência das pessoas, assim como hoje!...” (Pescador nº 11, 2017)

Os nossos avós envelheceram, passaram para os nossos pais, os nossos pais envelheceram e somos a gente que estamos a tomar conta daquilo que os nossos antecipados nos deixaram. (Pescador nº 11, 2017)

Juntei-me a esta pesca porque herdei uma coisa que era do meu pai e do meu avô, e para não deixar perder isto... (Pescador nº 12, 2017)

Eu sou menino da pobreza...gosto disto. Fomos habituados de pequeninos a viver aqui. (Pescador nº 2, 2017)

⁷⁶ Expressão utilizada para designar as dores na zona dorsal (rins; coxix) causadas por uma vida dura de trabalho

A escolaridade, tantas vezes fora do alcance dos mais velhos, era necessária para a obtenção da documentação oficial – cédula marítima⁷⁷ – que lhes permitia embarcar e tornarem-se pescadores.

Numa altura em que vida estava longe de ser fácil e as necessidades se sobrepunham ao saber, a escolaridade era quase um privilégio. Primeiro, vinham as necessidades básicas: “o pão na mesa”, para “alimentar muitas bocas”, depois uma fugida ao mestre-escola para aprender “umas letras” e, quem sabe poder ter uma vida melhor. Questionados sobre se “Sabe ler e escrever?”, a resposta surge franca, e por vezes, envergonhada.

Não, então eu não sabia ler... nem tinha tempo para essas coisas. Não tinha ainda os documentos. Eu tirei a cédula em 1961 para andar na armação. Eram precisas 3 coisas: ter a 4ª classe, ter pai marítimo e tinha que saber nadar. (Pescador nº 1, 2017)

Tenho a quarta classe, tirada há pouco tempo. Olhe, foi quando andaram aí a ensinar as pessoas a ler, depois do 25 de abril, já as minhas filhas eram adultas. Foi quando fiz a 4ª classe que eu não sabia ler. (Pescador nº 1, 2017)

Eu é que na época tinha a 4ª classe e, depois, abriu o Hotel do Mar em Sesimbra, em [19] 63 e eu saí logo do mar. (Pescador nº 1, 2017)

Eu só fiz a 3ª classe. Fui sempre pescador. (Pescador nº 9, 2017)

Do reconto de uma meninice onde a vida era pobre e dura sobressai o amor pelo mar. E, hoje, à distância de muitas outras experiências, olham para esses tempos com uma naturalidade ingénua, mas genuína, de quando eram jovens e destemidos. É impossível, nestes momentos, não sentir o apelo do mar que os viu crescer e os acompanhou até hoje. Ao observador participante cabe aqui o silêncio. E, quando me dizem que “*pescador que é pescador não pode viver sem o mar*”, não encontro fórmula ou método que os possa contradizer. Há um retorno inevitável destes pescadores aos registos da sua infância e juventude. Após um afastamento temporário e apesar da avançada idade e das “cruzes” continuam a afirmar-se como verdadeiros “Lobos-do-mar” e a lutarem para que a *Arte Xávega* que os viu nascer, não desapareça.

⁷⁷ A cédula de inscrição marítima, abreviadamente designada «cédula», é o documento que habilita o marítimo a exercer as funções correspondentes à categoria ou categorias nela averbadas (nº 1 do artº 11º da secção II do Capítulo I, do Decreto-Lei nº 280/2001 de 23 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 206/2005, de 28 de novembro e pelo Decreto-Lei nº 226/2007 de 31 de maio.

Tabela 1. Comunidade Arte Xávega de Sesimbra Vila (2015 – 2017)

Perfil do Pescador da Arte Xávega	
Dimensão pessoal	
Sexo	Masculino
Idade	70 – 80 anos
Naturalidade	Santiago /Castelo
Estado Civil	Casado / Viúvo
Dimensão Profissional	
Nível de Ensino	Básico (4ª classe ou inferior)
Profissão	Pescador (de alma e coração)
Características que mais se destacam	
Jovialidade, sentido de pertença, um brio na sua “Arte” e no saber que lhes foi transmitido. É intrínseco o gosto pelo que fazem e a atração pelo mar, donde retiram alegrias e tristezas. “O mar, está-lhes no sangue”.	

3. A Arte Xávega vista pelos pescadores – das vivências à organização

Falar da Arte Xávega, descrevê-la e explicá-la não parece ser fácil para estes pescadores. Este ponto pretende dar conta do lugar da Arte Xávega na vida dos pescadores entrevistados. Para isso procederemos a uma caracterização das vivências, saberes e narrativas ligadas à Arte Xávega, bem como à análise da sua organização e funcionamento. Traduzir em palavras o que é, o que significa, como funciona e se organiza parece ser um exercício ao qual não estão acostumados, pois estão habituados tão só a vivê-la, sendo que essa vivência é encarada como autoexplicativa.

3.1A Arte Xávega como herança familiar e parte da identidade

O passado e o presente fazem reviver sentimentos difíceis de exteriorizar. É como se fizessem uma viagem profunda às suas raízes, à sua infância, a outros tempos. Neste ponto, damos conta dos laços afetivos que prendem os pescadores às memórias que estão na base das suas narrativas:

“Tenho muitas saudades. Mesmo quando era pequenino eu apanhava camarões com um camaroeiro, eu e o meu irmão, pequenitos, íamos ali para o pé do Caneiro e era só jogar e apanhar! Muito camarão havia! (...) É onde foi a minha mocidade.” (Pescador nº 10, 2017).

Apenas a permanência do apego dá consistência às suas lembranças e resgata vivências no quadro de preocupações e interesses do presente, ao evocar um tempo e um espaço que marcam as relações identitárias destes grupos de pescadores (Halbwachs, 1968). As lembranças das vivências passadas e a relação afetiva com esses espaços e pessoas trazem até ao presente o que, longe do olhar, ainda conservam.

“O meu avô fazia a Arte Xávega, à mão. À porta de casa!” (Pescador 7, 2017).

Uma das nossas informantes refere:

“O meu pai era pescador. Andou à Chinha. (...) Quando era pequenina também ia para as pedras pescar, à cana!”. (Informante nº 6, 2017)

Um outro pescador acrescenta:

“lembrava-me do meu pai e do meu avô. Sim, se isto não viesse da família também não me tinha dedicado a isto!” (Pescador nº 12, 2017).

Presentes, estão lembranças de uma proximidade intemporal que trazem para o presente sentimentos de um tempo passado que não se conjuga com o tempo vivido.

“Eu andei no tempo das Artes com o meu pai. (...) Se o meu pai fosse vivo, não sei o que é que podia acontecer” (Pescador nº 9, 2017).

Nem sempre a evocação do passado traz lembranças agradáveis. E o confronto consigo mesmo e com essas lembranças torna a narrativa pesada, entrecortada.

“Íamos pescar para a Fonte da Telha. Aqui estava fraco. Não havia peixe, nem dinheiro!. Íamos para a Fonte da Telha. Eu ia com a água lá para o posto e vem de lá três ou quatro mares grandes e atirou comigo ao mar!...” (Pescador nº 1, 2017).

Mas os tempos difíceis reforçam os laços de camaradagem que, ainda hoje, os mantêm unidos.

A gente também pode ir pescar ali para a Fonte da Telha, a rapaziada é tudo rapaziada amiga e eles também se viessem para aqui pescar a gente também era tudo do melhor, é tudo rapaziada amiga. Andei lá um ano a pescar com este barco, lá, um ano a pescar na Fonte da Telha. E depois, ia aquase até à Costa, a gente, tudo, a ver se governa a vida, não é? A rapaziada até da Fonte da Telha quando a gente viemos agora para aqui, que a gente mora aqui em Alfárim. É, pá! até choraram com pena... A gente gostava da rapaziada. Então olhe, noutros tempos, que a vida hoje está assim (!) também não está assim muito

boa; se a pessoa não tiver talento na vida também não está muito boa. Mas, naquela altura!... eles agora têm barcos, chatas para pescar de Inverno e de Verão e tal, tal, tal. Primeiro, era só Arte Xávega. Agora têm malha, têm Têm outras coisas para matar o peixe e, na altura, era só aquilo! Só a Arte Xávega! E quando era d'Inverno não pescavam, vinham aqui pedir. Naquela altura, pão, batatas, repolho, hortaliças... ainda há dias, eles lá falaram nisso!... Eu, às vezes, também me lembro disso. (Pescador nº 5, 2017).

A propósito de outros tempos e das estratégias que construía dia-a-dia para a sua sobrevivência, conta-nos o Pescador nº 9 que:

Antigamente até tive uma Chinha! Era pequenina. Aquilo era pequenino, era muito fraquinho. Tinha alguns 200 anos! [ri-se, não sei se do exagero se da velhice da Arte]. Eram quatro vadios [ele, e três amigos] que agarraram naquilo (...) Aquilo era pequenino, tinha umas quinze braças⁷⁸, cada asa. Aquilo estava bem preparado. Apanhava-se bom peixe! Naquele tempo ainda não tinha a doca. Não se queria apanhar mais salmonetes! N-ã-o s-e q-u-e-r-i-a! Veio o meu irmão: É pá! Agente já não quer mais peixe! As barcas eram todas ancoradas aqui. [na praia] E aqui, estava-se safo, cá dentro. [na enseada]. Larga-se aqui à fugida, à fugida! Éhhh! Antigamente as Artes tinham outro escoamento. (pescador nº 9, 2017)

A ligação destes pescadores à arte Xávega remete-nos para laços afetivos e memórias de infância. Todos os nossos entrevistados são familiares de pescadores e com eles aprenderam o ofício. Introduzidos desde tenra idade pelos pais, avós, tios ou outros parentes mais próximos (irmãos) ou distantes (primos), a Arte está-lhes “no sangue”. As suas histórias transportam-nos para uma infância onde o trabalho era “escola e recreio” e, de certa forma, uma continuidade das vivências da família, dos lugares e da atividade. Tudo girava em torno desta Arte. Associada às vivências está um estilo de vida duro e pobre, mas simultaneamente de afeto, de pertença e de boas recordações, onde o mar era livre e lhes pertencia. O peso dos laços afetivos e a necessidade de ocupação, de atividade, faz com que a Arte Xávega, para além de um complemento monetário, seja o porto seguro onde se sentem “em casa”, permitindo-lhes um envelhecimento ativo.

“Gosto disto. Fomos habituados de pequenitos a viver aqui (...) os antigos, pais, avós (...) já faziam esta Arte” (Pescador nº 2, 2017)

⁷⁸ Antiga medida de comprimento. Era sobretudo usada no comprimento das amarras e das linhas de prumo. A braça marítima entre nós tinha 8 palmos, cerca de 1,76 m. A que hoje ainda se usa tem duas jardas, ou seja cerca de 1,83 m. Sítio da ANC - Associação Nacional de Cruzeiros (Entidade de Utilidade Pública) Consultável em <http://www.ancruzeiros.pt/> <http://www.ancruzeiros.pt/ancdrp/unidades-de-medida>

O Pescador nº 12 lembra-se do pai e do avô e acrescenta que “se isto não viesse da família” não se teria dedicado à Arte. Gostava da Arte e procurou preservá-la. Diz-nos, com alguma tristeza, que:

“a minha grande pena é que vai acabar e não tenho quem me substitua.” (Pescador nº 12, 2017)

“Eu aprendi por um tio que já faleceu. E esse meu tio aprendeu por um senhor da Costa [da Caparica]”. Pescador nº 5, 2017) [referindo-se à Arte de coser as redes, um aspeto fundamental numa Arte Xávega].

O Pescador nº 7 acrescenta

“O meu avô fazia a Arte Xávega, à mão. À porta [de casa]. Com uma agulha fazia isso [coser as redes]. E este senhor [refere-se ao Pescador 10] que chegou agora aqui, já tem alguns noventa anos!, andou sempre neste ofício. (...) Está no sangue!...” (Pescador nº 7, 2017)

O Pescador nº 8 complementa

“Eu também sou [familiar de pescadores]. O meu avô, os meus pais.... É tudo pescador.” [E acrescenta sobre a Arte]: “Era uma pesca de sustento e naquela altura tinha-se a liberdade de ir para S. Bernardo... [S. Penedo - corrige outro pescador] e até para a Arrábida.” (Pescador nº 8, 2017)

O Pescador nº 9 relembra tempos idos:

“Eu andei no tempo das Artes com o meu pai. E agora, pronto. Estou reformado. Agora estou-me aqui a entreter com o meu irmão que é aqui o... [refere-se ao pescador nº 7].” (pescador nº 9, 2017)

O Pescador nº 10, o mais idoso dos pescadores entrevistados e ainda “no ativo” confessa:

“Tenho muitas saudades.” E relembra vivências da família “Mesmo quando era pequenino que eu apanhava camarões com um camaroeiro, eu e a minha irmã e o meu irmão, pequenitos, íamos ali para o Caneiro e era só jogar e apanhar... muito camarão havia! (...). É onde foi a minha mocidade. (...). Antigamente até tive uma Chinha.” (Pescador nº 10, 2017)

Todos os entrevistados concordam com a frase que ‘pescador que é pescador não pode viver sem o mar’ e nos seus discursos expressam uma relação profunda com o mar, donde ressalta um misto de fascínio e temor pelo mar, ainda que não lhes seja fácil

exteriorizar, por palavras, esse sentimento. O mar representa o destino destes pescadores, um retorno voluntário e “um mal necessário”.

Cada um, à sua maneira, justifica essa relação sem a qual, o pescador não pode viver. Suscita sentimentos duais que pontuam uma relação construída ao longo dos tempos que condicionam as vidas locais, pessoais e coletivas. O mar transposta consigo um universo simbólico multifacetado que se cola à pele e instaura modos de vida que se definem à sua volta. Assim, o mar é temido ao mesmo tempo que é amado. Se o mar deslumbra e suscita paixões de vida, ao mesmo tempo ele é temido pelos perigos a que expõe os pescadores. É também considerado um vício, uma habituação que o transforma em condição para que a vida tenha lugar. Até para o pescador que se reforma, esse laço ou “vício” continua a existir na sua rotina que o leva aos locais conhecidos onde, junto de amigos ou familiares consegue trazer o produto de uma pesca que já não realiza. O que o torna num mal necessário, sem o qual não se pode viver. E é liberdade ao mesmo tempo que é prisão por todas essas razões.

Ái, o mar é lindo! O mar é lindo e muito saudável. O primeiro dia [de pesca] ... adorei! O primeiro dia, parecia... nunca tinha visto! Mas tinha uma vista... Ah, isto parece que nunca mais tem fim! (Informante nº 6, 2017)

É verdade! Um gajo ganha este vicio e não pode viver sem o mar. (Pescador nº 7, 2017)

Tanto para o pescador que se reforma que quase todos os dias vão ali à Lota arranjar uns carapaus; aos amigos, e familiares que dão carapaus para eles... e assim levam a vida. Já não vão tanta vez à caça [pescar]. (Pescador nº 7, 2017)

É isso! É das coisas que gosto mais é disto! E vou dizer à senhora... e encontrar uma terra como esta? Não é só uma terra... o mar! É o melhor do mundo! (Pescador nº 9, 2017)

Porque acaso é. Eu não tinha precisão. Gostei daquilo. E para não estar a dormir só dentro de casa vou-me entretendo. Só que já me sucedeu aquelas duas coisas [acidentes]. (Pescador nº 10, 2017)

É verdade, é! É verdade, porque foi habituado. Foi para o mar porque gostava do mar e faz a vida de pescador. Quando sai do mar deixa de ser pescador. Olhe, o mar para mim é uma coisa que eu gosto muito. O mar, apesar de não gostar de estar na praia nem andar ao banho, mas eu gosto muito do mar, para a pesca. Sempre dá alguns lucros e passa-se o tempo. Vai-se passando. (Pescador nº 12, 2017)

3.2 Saberes e narrativas em torno da vivência com a arte Xávega

A vida destes pescadores, pauta-se pelos ritmos das estações, dos saberes ancestrais, e expressa uma relação inexplicável onde o mar, o peixe e o ser humano fazem parte de um ciclo natural de morte e renovação. Neste ponto damos conta da importância dos laços afetivos que se criam em torno da Arte Xávega e da forma como é vista e praticada. Para esta comunidade de pescadores a *Arte Xávega* representa a vida dura na

luta pela sobrevivência, associada aos tempos antigos, e à passagem à idade adulta que proporciona o encontro com outras realidades e experiências. A sua manutenção nos dias de hoje é por isso entendida como uma forma de honrar a memória e

“o conhecimento dos mais velhos” e para “não deixar perder uma Arte que é nossa, dos nossos pais, dos nossos avós” (pescador nº11, 2017).

Aqui, a *Arte* de Xávega é berço e depois caixão.

Quase todos por ela passaram na sua infância ou juventude, como sendo um ritual de passagem para a vida adulta. Trazidos pelos pais ou outros familiares e amigos, ou movidos pela necessidade, dividiam o tempo entre a escola e as artes de pesca. O entendimento destes pescadores era o de que se tratava de outros tempos, mais difíceis, pelo que desde pequenino se aprendia a profissão. Muitos, começavam como Moços⁷⁹, a trabalhar em terra até que tivessem idade para tirar a cédula marítima e se tornarem moços de mar. Na *Arte*, a subida fazia-se passo a passo, de moço de terra, a moço de mar, até chegar a “moço a merecer”, quando já tinha alcançado um estatuto que lhe permitia ascender a camarada, um “verdadeiro” pescador, após vários anos com muitas experiências e alguns sustos.

Os pescadores entrevistados revelam dificuldade em explicar uma atividade que resulta de muitos anos de saber. Viver a *Arte* é para estes pescadores como uma paixão: não se podem afastar muito que logo chegam as saudades. O mar, esse, está-lhes no sangue e nos rostos o sal que tempera a vida.

Falar da arte, ou melhor, explicar o seu procedimento parece ser complicado para estes pescadores, tal como já referimos. Procuram nas suas narrativas traduzir por palavras uma tarefa considerada tão simples, mas que exige saber, resultado da experiência e da observação da repetição dos gestos que pela sua espontaneidade, parecem naturais. A narrativa de um dos pescadores entrevistados, mostra-nos como pode ser difícil falar do que faz parte de si próprio:

“Essa, agora!..., Agora essa é que eu não lhe sei explicar! A rede era para deitar lá dentro do mar. A gente tem uma corda; vai longo quando espiada aí trezentos metros; trezentos ou quatrocentos. E depois tem outra, para largar a rede. Uma corda assim a direito para o mar e depois vira assim ao contrário para largar a rede. Quando acabar de largar a rede tem outra corda dentro do barco, vira-se para terra e depois tira-se as duas cordas ao mesmo tempo. É como os nossos braços. A boca está aqui [exemplifica, fazendo o gesto] e depois vem

⁷⁹ Rapaz iniciado na atividade piscatória, correspondente ao grau de aprendiz, na hierarquia tradicional. (“O que veio à Rede...Vocabulário, alcunhas e topónimos de Sesimbra”. (2007), p.124

assim, quando chega à borda tudo, as duas pontas da rede, vai-se puxando a rede, e vai-se apertando até que o que lá está tem que entrar para dentro da rede. Os que vão aos remos podem ser hoje uns e amanhã outros. Quando há de sobra! Vão à vez. Quando não há têm que ir os mesmos! Para empurrar o barco, ele chega à borda, empurram pra dentro e quando ele vem s'aproximar para a borda têm de lhe deitar a mão à corda que têm de puxar, segurá-lo e puxá-lo para fora do mar. Engatam ao trator e puxam o barco. Dantes era tudo à mão!” (Pescador nº 1, 2017)

Cada um dos pescadores atende a aspetos diferentes desta Arte, que com a adaptação forçada aos tempos modernos e aos vários condicionalismos a que está sujeita, adquire, por vezes uma forma mais profissional e, por outras, uma forma mais lúdica, como ilustra a seguinte narrativa.

“Cada corda tem uma média de 60 braças. Nós ontem largámos 5 cordas, são 300 braças. $6 \times 5 = 30$ - 300 braças! Cada braça tem 1 metro, praticamente, 1 metro e meio, faz praticamente mais de 400 metros [450m, na realidade]. Isto é quando é a pesca mesmo, mas normalmente a gente está a fazer só 180 braças, 3 cordas. (...) Sim, sim, mas não sei qual é a calibragem [da malha da rede]. Não sei, não, porque a traineira tem uma; a arte xávega tem outra, a arte de arrasto tem outra e ainda há a arte, aquela do alto, como é que se chama? Chama-se Ilho” (Pescador nº8, 2017).

A explicação técnica é de quem conhece a arte desde menino e ainda hoje, com 90 e alguns anos, ainda a executa.

“Antigamente era, não sei se a senhora sabe, era as bocas, a arcanela. A arcanela está ligada à boca faz de conta que é o braço. Depois tinha outra (...) Caçaretos. Também é malha. É uma malha. Depois já estava o mesmo número de malhas ligadas àquele que tinha. A arcanela é a que tem mais malhas. (...) Depois os caçaretos tinham menos e depois ainda tinha outro (...) que era o regalo! Era a boca. A boca e as arcanelas e depois era o calão. O regalo está pegado aos outros. Economia as malhas. (...) Temos o saco. A boca e depois é a arcanela. A arcanela é outra malha da boca. Depois é o regalo. E a seguir ao regalo é o calão. A gente chama o calão porque é o resto. Já não tem mais nada. (...) As cordas podem ter aí setenta braças.” (pescador nº10, 2017)

No Meco o discurso não é diferente, apenas a constituição da companha.

“O Barco é o “Novo Esperança”. A companha é..., somos oito homens ao mar, e depois em terra não há número certo. Porque isto é assim, isto não dá garantias às pessoas que possam.... Nós temos algumas pessoas certas, mas não temos um número exato de pessoas da terra para que possam, pronto, para que possam vir diariamente. Porque a gente temos que ter alguém em terra, para já, para nos ajudar a enviar o barco, porque a costa é batida, existe uns certos cuidados! Temos de ter alguém com conhecimento e com forças para nos enviar e depois quando saímos do mar e que chega a terra e tal, porque temos que ter

sempre alguém, estou a falar aí em cinco ou seis pessoas que nos auxiliem, ao fim e ao cabo, que nos dê segurança!”(Pescador nº11, 2017).

Mas não é só explicar o preceito da execução da Arte. Há saberes que lhes foram transmitidos há muito e que são sinónimo de um saber distante que lhes confere a mestria de conhecer as correntes, os fundos e onde está o peixe.

“Então, isto aqui, vamos lá a ver, a rede tem de ser embarcada daquela maneira. Para já, a gente embarca a rede com águas para a Vila, ou seja, com águas para Setúbal, para a rede cair direita; porque se for ao contrário, contra a água, a rede encorda. Fica mais pequena. Dentro d'água não fica direita. E então eu chego ali, largo umas cordas; largo umas cordas e a fateixa para dentro d'água. Largo para dentro d'água a fateixa e vejo logo para onde é que vai a água, para onde corre, se corre para lá ou se corre para cá. Se a água tiver direita é que a água está parada. Mas como aqui não tem correntes d'água tem é marés para cá e marés para lá, daí a gente chamar água para a Vila e água para o Cabo. Como é para lá é água para o Cabo. E se é para ali é água para a Vila. Larga a rede [repete] e depois vamos para a terra, e depois, quando eu chego à terra com a outra corda mando puxar. ã:ã:ã [repete o compasso], tem que vir tudo direitinho, nós com nós. Está a ver? Por exemplo, a gente quando toca a largar é cinco cordas. Cordas aí a sessenta braças cada corda e depois quando chegar o nó tem de chegar ao outro lado para a rede vir direitinha a pescar. A gente vê logo, mais ou menos, eles já estão habituados e grita logo "não há cabo!" para a gente, ou "não há caixa!", quer dizer que chegou à caixa. O outro também tem que chegar a direito. Têm que manter a rede direitinha. A rede direitinha, é isso! É o processo disto! Não há explicações.”
(Pescador nº 7, 2017)

Brandão (s/d, p.198) refere que “O pescador de Sesimbra, que vai às vezes muito longe, não conhece a agulha de marear. Orienta-se pelas estrelas e pela malha encarnada da serra”. Quando está em terra é o vento que lhe dita a sorte,

“enquanto estiverem aquelas nuvens por cima da Serra de Sintra, não vamos ao mar!” (pescador nº 12, 2017)

dizia-me [o Pescador nº 12] numa das ocasiões. (Pescador nº 12, 2017 – nota de registo de campo).

Aprenderam a dividir o espaço e compreendem a necessidade de conciliação de ambas as atividades – as da pesca e as do turismo e não gostam de incomodar ninguém.

“Então, tem algum jeito, as pessoas ali deitadas na praia e agente... [cala-se por breves instantes] olhe, agora tem que sair daí que a gente vai pescar. Eu não! Não gosto de isso!”, refere. (Pescador nº 12, 2017).

Mas o preceito da Arte Xávega, apesar de tantas explicações, ainda não está completo. Há um saber surpreendente nestes pescadores que, a cada dia constroem a sua realidade de forma tão simples e simultaneamente tão bela.

“Então a Arte Xávega a trabalhar, já trabalha da seguinte maneira: A Arte Xávega consoante a velocidade que traz para terra abre e fecha malha. Se vier muito lenta a malha vem aberta, o peixe tem tendência em sair. Se vier muito fechada, se vier muito acelerada, fecha a malha e a altura da rede diminui e o peixe passa ou por baixo ou por cima. Tem que vir num compasso normal. E quando a Arte vem num compasso normal é quando as espécies não têm possibilidade de sair. É assim! E eu fiz a configuração em como é que as malhas trabalham de baixo de água. A Arte, a rede trabalha mais ou menos nesta configuração, trabalhando no normal dela, a arte vem vindo, a rede vai fazendo isto, a rede vem vindo. A gente largamos a rede a trezentos, a quinhentos metros, não importa.” (Pescador nº 11, 2017)

Ao que acresce uma narrativa dos pescadores nº 2 e nº3 sobre os procedimentos das redes.

“Estou a arrumar a rede. Depois da pescaria temos de arrumar a rede. Fica já tudo pronto para amanhã. Então é assim, a rede e a cortiça para um lado e o chumbo e as cordas para o outro, e depois a boca e o saco agarrado à boca.”, [refere o] Pescador nº 2, 2017).

“Agora estivemos a meter a outra asa do saco já, que é para pôr a boca em pé” (Pescador nº 3, 2017)

“E agora vamos começar a meter a outra; uma vem aqui por baixo. A gente chama-lhe o alar. É a asa do saco”. (Pescador nº 2, 2017)

O saber ancestral da técnica de reparação das redes mantém-se, embora sejam cada vez mais raros aqueles que a executam na perfeição.

“não há quem perceba de... digamos, de arranjar a Arte.” (Pescador nº 7, 2017)

No entanto, alguns dos pescadores afirmam dominar a arte de reparação das redes, embora reconheçam que ‘os outros’ a desconhecem:

“o outro [irmão] era o mais velho, era o que conhecia disto como eu, o lado das redes e tal, agora os outros, não sabiam nada”. (Pescador nº 5, 2017).

Já para o Pescador nº 1, a arte de cozer as redes é algo que é inato. Já nasce com a pessoa:

“Mais eu tinha uma coisa. Os outros também tinham. Mas eu tudo quanto le tocasse... eu sabia fazer tudo!” (Pescador nº1, 2017)

e conta-nos um episódio da sua juventude:

“E o mestre de terra, era o ti Hermínio. Punha-se lá na janela para ver tudo o que se passava [cá em baixo, no areal] e a gente a por os ferros para ir armar a Armação, tudo muito bem. E diz ele assim lá de cima da janela: “Agora quero deixar aí quatro ou cinco homens para arranjar umas redes que estão ali. E quem é que eu tenho aí para deixar que saiba mexer numa rede? E diz um senhor ali de cima [da Aldeia do Meco] que me conhecia: “Ó mestre Hermínio, deixe aquele rapaz, o Pescador nº 1, em terra”. Ele [o mestre] que nunca, em tempo nenhum tinha feito tal coisa. Um homem qualquer, que fosse para a armação, ia logo era para moço. Ah, um rapaz que vem para a armação? Ora o mirante, deixo-o em terra para arranjar a rede. Mas como é que faço isso? “Já lhe disse: deixe lá o rapaz em terra!” E o homem disse-me: Pescador nº1, então esta noite não vais ao mar. Ah! Aquilo para mim, mesmo com os olhos fechados fazia! Era deste tamanho, mas mesmo que fosse deste, eu arranjava com este dedo (mostra o dedo mindinho), eu arranjava de olhos fechados. Sabia o que estava a fazer. Fazia a rede tal e qual como se tivesse lá a olhar para ela! Pois! E então, o homem ficou encantado! Preparava a armação toda e eu fiquei sempre em terra. Tinha tudo quanto queria dele! [do Mestre] (Pescador nº 1, 2017)

No que respeita às espécies capturadas, a narrativa dos pescadores destaca a sua diversidade, sendo, no entanto, consideradas de menor qualidade, em comparação com as espécies capturadas na pesca em mar alto, que traz espécies mais desejadas e mais valorizadas.

“Aqui, é o que vier à rede. Apanha-se tudo! Apanha-se muita cavala, apanha-se lulas, apanha-se enxovas, apanha-se corvinas, apanha-se, geralmente, é geralmente tudo! A gente tivemos um dia que apanhámos quatro toneladas de corvina. Agora, aparece uma, duas, uma, duas e pequeninas! É peixe de arribação. Aquilo geralmente vem ali a tantos de abril e depois vem em setembro. Não quer dizer que durante aquele espaço que não apareça um ou outro, mas a força mesmo é em setembro. Que eles dizem que a corvina ou vai, ou vem, que vai desaguar ao rio ou sai do rio para desaguar no mar. E então, as melhores alturas para se apanhar aquilo é ou abril, antes dos fins de abril, ou a partir do fim de setembro. Eu saber, saber, saber a 100% ninguém sabe! Sabe se tiver os tais aparelhos. A gente pode pescar até às 9 da manhã; de tarde começa às 7 da tarde até, pode pescar até no outro dia às 9 horas. A gente apanhava ali muita lula. Saíamos várias vezes. E de manhã, logo de madrugada, era quando se matava mais lula era quando a gente, até às nove horas, a gente ia sempre pescar. Mas agora já não. Por isto, a lula acabou e os outros peixes, se apanhar carapau, o carapau está a um preço que não justifica. De tarde também aparecia lula, mas nunca era como de manhã. De madrugada é que vinha muita lula, mas vinha, já lá vai o tempo! Se a água 'tiver lusa está muito aberta, o peixe é sempre menos. Já convém mais pescar para a noite. Pois, depois começa a fazer escuro e já a água mesmo lusa que esteja, o escuro do dia e da noite já é diferente” (Pescador nº 12, 2017).

Da sua prática quotidiana resulta uma sabedoria multifacetada que lhes permite intuir o comportamento do tempo ou dos cardumes..

“Está a ver aquelas nuvens, ali, por cima da Serra de Sintra? Enquanto estiveram lá, não podemos ir ao mar.” (Pescador nº 12, 2017).

“(…) de dia não apanha nada! O que é que apanha? Onde é que está o peixe? O carapau? De dia? Pois, está a dormir! Está, mas é no fundão. Os peixes só vêm à costa à boca da noite! Porque começa o dia a vir, vão-se embora! [e faz o gesto de quem foge]” (Pescador nº 10, 2017).

E ainda de certas espécies “de arribação”, como a corvina, que com a experiência, passaram a conhecer.

“aquilo geralmente vem ali a tantos de abril e depois vem em setembro. Não quer dizer que durante aquele espaço que não apareça um ou outro, mas a força mesmo é em setembro. Que eles dizem que a corvina ou vai, ou vem, que vai desaguar ao rio ou sai do rio para desaguar no mar. E então, as melhores alturas para se apanhar aquilo é ou abril, antes dos fins de abril, ou a partir do fim de setembro”. (Pescador nº 12, 2017)

Conhecedores de uma realidade de saber feito, estes pescadores desenvolveram capacidades sensoriais e uma sensibilidade que lhes permite prever comportamentos e fenómenos dificilmente acessíveis a “olho nu”. Das suas narrativas ressalta a crença que o peixe tem qualidades humanas.

“Os peixes?! Veem, veem. Eu acho que sim!” (Pescador nº12, 2017);

“As algas era a casa do peixe. O peixe estava ali à sombra” (Pescador nº 10, 2017);

“O carapau de dia? Pois, está a dormir! Está, mas é lá para o fundão. Só vêm à costa à boca da noite. (...) começa a vir o dia, foge logo!” (idem)

De igual forma consideram que vários fatores interferem no tipo de peixe que vem à rede, como o mês do ano, a hora do dia, etc. É referido que se se pescar em águas ensolaradas, pode aparecer a sardinha, por exemplo.

De um modo geral parte desse peixe é para consumo próprio (senão todo), exceto quando a pescaria é grande e dá para vender, embora o preço das espécies capturadas seja tão baixo (são as menos valorizadas no mercado) que sentem que não vale a pena.

“Aparece várias espécies. Aparece até muitas qualidades. Aparece o carapau, a cavala. Eia! A cavala! Aparece a cavala, aparece o carapau, aparece já, em menos quantidade. Aparece uns peixinhos de escama de muitas qualidades, aparece uns sargos, robalos, mas peixe pequeno; porque aqui na borda d’água que é onde largamos não aparece assim peixe de grande qualidade. E aparece os aguilhões, aparece um pregado ou uma arraia, aparece o

peixe aranha, por exemplo, as sardinhas. Porque é assim, falando nas sardinhas é um peixe que não existe com muita frequência e aqui na borda d'água. E a sardinha, é um peixe que se pesca mais com o sol, aparece mais com o sol, e nós somos limitados aqui ao nosso horário de pesca, porque o nosso horário de pesca é mais baseado na noite e a noite não é assim muito, não é um horário muito frequente para as sardinhas, e então aparecem várias qualidades de peixe. O peixe é essencialmente para consumo. A gente trabalhamos e levamos sempre peixe, mas quando aparece quantidades às vezes superiores àquilo que consumimos, vendemos.” (Pescador nº 11, 2017)

Os laços destes pescadores com o mar e com o ecossistema que os rodeia são tão fortes que os leva a contar sempre com as suas riquezas, pois acreditam que o mar sempre permite trazer peixe, como se fosse fonte inesgotável destes recursos.

“Veem, veem! Eu acho que sim! Porque, então, sei lá! A gente com o tempo quente, com bastante calor, nestas épocas o que se apanha muito é cavala. Porque a cavala anda muito com o sol e com as águas lusas. Isso se for aquele peixe que anda mais ao de cima. Se for assim lula, pregado ou linguado, esses peixes andam junto ao fundo, esses peixes mantêm-se poucos, mas esse já não tem assim grande influência as águas lusas. Agora para os outros peixes, tem! É!... Você vai largar a rede e até vê o cardume!” (Pescador nº12, 2017)

3.3 Estrutura e funcionamento da arte xávega: a organização da companha

A companha pode ser definida como grupo de indivíduos que se identificam como camaradas ou companheiros, matriculados em embarcação, navio ou empresa de pesca (Martins et al., 2013:195).

Quer em Sesimbra, quer na Aldeia do Meco, a Companha é composta pela designada Companha de Mar e pela Companha de Terra. Para a Companha de Mar os documentos oficiais são imprescindíveis – o registo na embarcação e a cédula marítima – enquanto que para a companha de Terra, em termos oficiais, os requisitos são mais simples – limitam-se ao registo na embarcação, embora tal não seja obrigatório. Em relação às atuais companhas de Sesimbra e Meco e considerando que todos os que dela fazem parte são reformados, apenas a Companha de Mar e a embarcação se encontram registadas.

Assim o número de elementos que dela fazem parte é variável: Na Vila de Sesimbra, a Companha de Mar é composta por um mínimo de dois elementos, podendo atingir os 4 elementos; a Companha de Terra, embora não possua um número determinado oficialmente, conta com pelo menos 4 a 6 elementos, sem os quais o alar da rede se torna impraticável. Porém, como dizem os pescadores da Xávega “*uma mão a mais,*

*vem sempre a calhar!*⁸⁰ e, no Verão, juntam-se-lhes muitas mãos de turistas e visitantes de várias nacionalidades que, desejosos de vivenciar uma nova experiência, participam no alar das redes⁸¹, o que significa que este número é quase sempre ultrapassado. Porém, o número total de pescadores da Companhia perfaz dez elementos, dos quais apenas dois figuram nos registos oficiais, em virtude de serem todos reformados e efetuarem a Arte como complemento. As idades distribuem-se entre os 70 e os 90 anos.

Em relação às Companhas que operam na Praia do Moinho de Baixo, são em maior número, perfazendo um total de 20 a 22 pescadores por embarcação. Considerando as condições do mar e a tipologia e robustez da embarcação, a Companhia de Mar tem um número fixo de pescadores que oscila entre os 6 e os 8 elementos, embora muito excecionalmente já se tenha efetuado com apenas 4 pescadores. Em terra, também é necessário um número fixo de pelo menos 3 a 4 pescadores que se distribuem por duas posições chave; tratores e guincho (alador mecânico). A Companhia de Mar é cuidadosamente escolhida pelo Mestre ou Arrais da embarcação, para garantir a segurança porque

“o mar aqui, não é para brincadeiras!” (Pescador nº 12, 2017)

“óh, com o mar aqui, não se brinca!” (Pescador nº 1, 2017)

No regresso da faina a Companhia de Terra é coadjuvada pela de Mar e, por mais alguns que se queiram juntar. Do que se apurou na realização das entrevistas e da observação efetuada, quase sempre rondam os 20 pescadores e, apesar de faltar um ou outro, nunca são menos de 16 pescadores.

“Os elementos é sempre uma média de 18, 20, 22, mas é nas vezes que aparecem. Não é certo... 16! Quando ultrapassa, é malta que aparece para levar mais uns peixes e a gente não se nega!” (Pescador nº12, 2017)

É este acolhimento, esta entreatajuda na Arte Xávega que faz dela uma prática comunitária, onde “(...) toda a gente tem direito à vida” (Brandão, s/d, p. 129)

3.3.1 A Hierarquia profissional: os postos da companhia

Apesar de se integrarem na Arte os que aparecem, ao mar apenas vão os mais experientes, desde que sejam marítimos. Neste ponto damos a conhecer os postos ocupados pelos elementos da companhia, sua designação e função. Apesar da adequação

⁸⁰ Significa que uma ajuda é sempre bem-vinda.

⁸¹ A autarquia promove a inscrição de visitantes e turistas nesta atividade.

das companhas às exigências dos novos tempos, os postos a ocupar na realização da Arte continuam os mesmos, apenas se verifica a polivalência de algumas funções.

Na enseada de Sesimbra, o Mestre ocupa três postos: o de mestre, de proeiro e por vezes, de calador. A descrição de um dos Mestres entrevistados que a seguir se apresenta, deixa bem claro quem comanda a pesca.

“Tem o Proeiro que vai à frente a vigiar. E sou eu que mando. Eu [Mestre ou Arrais] vou largar a rede, mas levo uma pessoa comigo para remar. Mas eu é que largo a rede, e digo como é que há de ser.” (Pescador nº 7, 2017).

O remador, além de remador auxilia o Mestre, se for caso disso. Estão assim, distribuídos os quatro postos que fazem parte da Companhia de Mar em Sesimbra: Mestre (que comanda as operações), Proeiro (que vai à frente a vigiar), Calador (que deita a rede) e Remador (es) (que impulsiona o barco durante todo o trajeto). Em Terra, fica um pescador com o escoto de cabo na ponta da praia de onde sai o barco e vai outro pescador para a ponta oposta para receber o outro escoto. Ambos trabalham em conjunto, regulando o puxar da rede para que decorra de forma sincronizada e sem incidentes. Os restantes não têm funções específicas, excetuando os pescadores que procedem à abertura do saco e à divisão do peixe.

Nas embarcações da Xávega que operam da Praia do Moinho Baixo à Lagoa de Albufeira, a composição da Companhia de Mar, distribui-se da seguinte forma: Arrais ou Mestre; Calador, Cordeiro, Espadilheiro e Remadores. Apesar de serem em número superior – de 6 a 8 elementos - também acumulam funções.

O Mestre ou Arrais, para além de comandar as operações, assume por vezes, em simultâneo, ou o lugar de Remador ou o de Cordeiro (o que manobra a corda não só para que o saco se mantenha equilibrado na viragem para terra, mas especialmente no direcionamento e velocidade do barco, no regresso, para assegurar o fechamento da Xávega e, de certo modo, garantir a pescaria). Já o Calador, além de deitar a rede, assume, por vezes a função de Cordeiro. Quanto ao espadilheiro (o que se ocupa da espadilha – remo grande que serve de leme para direcionamento do barco), a sua função não lhe permite assegurar outras, pois sem o “mestre do leme” o barco corre sérios risco. Espadilheiro e Cordeiro trabalham em conjunto para garantir que o barco traz a velocidade adequada que sincroniza o movimento das redes no fechamento do saco para aprisionar o peixe. A voz de comando, essa é sempre do Mestre, independentemente da função que ocupa. Os Remadores, em número nunca inferior a quatro, têm a destreza e a

força que permite manobrar o barco neste trajeto, onde a experiência lhes confere a sabedoria de dominar o barco aproveitando a melhor onda, seja na transposição da vaga à entrada da água, seja no momento da saída, para não se deixarem apanhar pela forte rebentação.

A companhia de Terra está “a postos” [pronta] para auxiliar a Companhia de Mar segurando o barco e engatando a corda ao trator para facilitar a manobra da retirada do barco e, paralelamente, colocar os escotos de cabo no alador mecânico. O alar das redes é auxiliado pelos homens de terra num trabalho conjunto de sincronização com os responsáveis pelo alador mecânico. Tudo está ordenado, regrado e engrenado a cada momento, e todos sabem o que tem a fazer. Os que se juntam à companhia tomam um lugar entre os experientes homens de Terra e ajudam a puxar as pesadas redes.

Uma vez em terra, há lugar à abertura do saco, normalmente efetuada pelo Mestre. Acorrem, então os pescadores responsáveis pela divisão do produto da pesca, sob a orientação e olhar vigilante do Mestre.

3.4 Ganhos e repartição

A estrutura de retribuição da Companhia divide-se, de acordo com o trabalho de campo efetuado e as entrevistas com os pescadores da Arte Xávega, em partes e quinhão, que são formas diferenciadas de retribuição. Neste ponto damos conta das especificidades da repartição dos ganhos. O quinhão é a porção em géneros (ou seja o peixe) que é distribuída por todos os camaradas ou companheiros como também se designam os elementos da Companhia, independentemente do posto ou da função que ocupam. A parte correspondente ao valor monetário é distribuído de formas diferentes, consoante o estatuto ou o posto ocupado pelo elemento da companhia. Embora, de certa forma semelhantes, a repartição dos ganhos (géneros e dinheiro) assume formas distintas de acordo com os proprietários da embarcação. São eles que estipulam a repartição. Normalmente, as diferenças são acentuadas e muito variáveis.

A areia é cuidadosamente preparada para receber os quinhões (parcelas de peixe em quantidades iguais para distribuir pela Companhia⁸²), tal como se pode visualizar na figura 3.1. Como diria o Pescador nº 5:

⁸² não significando, porém, que todos recebam a mesma quantidade, como veremos adiante

“Estou a dividir pelo pessoal. Por quem trabalhou! Quem não trabalhou não pode comer. [e acrescenta de imediato] Às vezes é os que come melhor!...” (Pescador nº 5, 2017)

Figura 3.1 – Repartição do Quinhão na Praia do Moinho de Baixo – Aldeia do Meco



Fonte: Trabalho de Campo – MCAP – “A Prática da Arte Xávega e os seus Percursos de Resistência entre a Tradição e a Modernidade: Estudo de Caso Na Vila de Sesimbra e no Meco

A divisão do produto da captura obedece, *grosso modo*, sempre ao mesmo princípio: quem tem os maiores gastos (proprietário, barco e redes), recebe mais, quem corre maior perigo (Companha de Mar), recebe um pouco menos que o proprietário, quem trabalha em terra (Companha de Terra) recebe a menor parte. Assim, apesar de algumas diferenças de embarcação para embarcação, a proporção é quase sempre de 3 partes para 1,5 ou 1 partes.

De acordo com o Pescador nº 1, mestre de embarcação, temos a seguinte forma de distribuição:

“Dezassete, éramos os donos! Depois havia malta por fora. Era! Uns eram donos, mas outros não. Há lá muitos que não eram. Levavam o peixe como nós, e se houvesse dinheiro

ganhavam como nós. Trabalhavam como a gente e ganhavam como a gente. Depois havia era os quinhões. (...) O que é que o barco tinha era quase sempre seis partes. A parte do barco, da rede e aquilo eram seis partes. Esse dinheiro, depois era dividido no fim. Fazia a despesa, pagava-se a despesa que tivesse com esse dinheiro e o resto que sobrasse dividia-se a gente à gente; para os donos. Para os donos, os outros já não tinham nada a ver com isso. E arrecebiam como nós. Dividiam por todos. Era para todos e para o barco. Era igual. Tinha era depois como eu já disse as tais partes para o barco e para a rede. Isso já na tinha nada a ver com os outros”.

O produto da pesca constituía um bolo que era inicialmente dividido em 24 partes, três das quais eram para os donos, para o barco e para as redes; seis partes para os donos, seis partes para o barco e seis partes para as redes. As restantes seis partes eram divididas pela companha e pelos donos em montantes iguais. Cada dono ganha, na prática 3 de seis partes e uma fatia das seis que se destinam à companha. Traduzindo em números, e supondo que o bolo da captura fosse 1000 euros, 250 euros era para os donos; 250 euros era para o barco e 250 euros era para as redes. Os restantes 250 euros eram distribuídos irmãmente pela companha e pelos donos.

Existem, aliás, como já referido, outras formas. Segundo a narrativa do Pescador nº 2 a distribuição é feita do seguinte modo:

“Quando é demais, vai para a Lota. É conforme o que se apanha. Se for melhor, pouco levamos para comer. Agora é o quinhão. Tem montinhos que é para os do mar. Para os de terra é uns, e para os de mar é outros. É daqueles e depois ainda tem o outro. [E para o barco?] Ah, isso é c' o Patrão!” (Pescador nº 2, 2017)

Aqui, temos um exemplo da distribuição do quinhão, ou seja, da parte em géneros (peixe) que é distribuída pela companha onde é clara a distinção entre a retribuição da Companha de Terra e a retribuição da Companha de Mar. Os de Mar, porque estão mais sujeitos ao perigo, levam um quinhão igual aos da companha de Terra que, por sua vez é acrescido de mais meia parte, constituída por peixes de melhor qualidade ou, na sua ausência, de maior quantidade de peixe.

Eis outro exemplo, desta vez da narrativa do Pescador nº 5:

“Está a ver como é que se faz: É a repartição do peixe. Estou a dividir aqui pelo pessoal. Pelo pessoal que trabalhou, mas a companha, quer dizer, se eu matasse peixe para a venda, aqueles que tinham ganham à mesma. Se eu matasse peixe para a venda chamo eu a companha. Agora vem aí gente que vem com o balde cheio!... Não sei se viu aqueles baldes. Vêm só ajudar para levar para comer”. (Pescador nº 5, 2017)

A repartição do peixe é para todos, mas não de forma igual. A Companhia de Mar leva melhor qualidade de peixe e mais quantidade. Todavia, todos os que participaram na pesca têm direito a um quinhão de peixe. Mas, se houvesse peixe para venda, o Mestre, chamaria a companhia; ou seja, os elementos da companhia por quem iria distribuir os proventos (normalmente ele próprio, a companhia de mar e o mestre de terra).

Na baía de Sesimbra, os vários constrangimentos, levam o Mestre à seguinte narrativa:

“Vamos lá a ver; se eu repartir uma caixa de carapau, se tiver duzentos carapaus, aquilo é dividido por dez partes. Igual para todos. Não, não, dantes é que faziam isso. Agora não. E se eu levar dez carapaus também me chega e a eles também. Não, não exploro dessa maneira, não exploro! Ah, pois, essa diferença é como os outros barcos que andam aí na pesca faziam isso, mas a gente não. Aqui, eu nunca fiz isso. Nunca fiz isso, tirar mais para mim. Aquilo é X.” (Pescador nº 7, 2017)

“O quinhão? É a olho!... Por exemplo, somos dez, cinquenta euros, e ele [o mestre] tinha o direito de fazer uma parte para ele, uma parte para o barco e uma parte para o tráfego. Ele podia levar três partes. Às vezes, leva! [Aqui intervém o Pescador nº 9 que afirma]: “Mas a maior parte das vezes não leva.” [Outro pescador refere]: “Não leva quando há pouca coisa! Mas é uma parte para o barco, uma parte para as redes e outra para ele!” [o Pescador nº8 retoma o diálogo] Ontem fez cinquenta euros, claro! Se fosse mais dava, mas assim não! Sobra pouco”. (Pescador nº 8, 2017)

“Quer dizer, agora é que tem uma parte cada um e mais nada! É uma parte para a rede, uma parte para cada camarada, e uma parte para aqueles dois que vai lá fora. É como fazem agora a distribuição” (Pescador nº 10, 2017)

“Temos! Quase sempre, temos, principalmente, as pessoas do mar. Vão ao mar e têm uma parte da terra e meia parte do mar. Parte e meia. E as pessoas de terra têm uma parte. Por exemplo, enquanto uma pessoa, um homem de terra ganha, agora, enquanto ganha 20 euros, o do mar ganha 30. Por causa da meia parte do mar. É uma parte que tem de ser sempre compensada porque é trabalhada e um bocado amargurada e, por vezes arriscada. – É arriscada! Não. Isto, atualmente” [pede-me que pare a gravação] (Pescador nº 11, 2017)

“Então, a gente dá uma parte. Temos tudo ao ar. Divide-se, faz-se em partes. A gente faz meia parte para o barco. Uma parte para cada um de terra e faz-se meia parte mais, a cada um dos seis ou oito que vão ao mar, faz outra meia parte. A gente faz uma parte para todos, é sem exceção. Depois, faz mais meia parte para quem vai ao mar e faz para a Arte, quatro, cinco partes. Há uns que fazem quatro há outros que fazem cinco, mas isso... Agente só faz quatro e cinco. Os quinhões são praticamente iguais. Só não são praticamente iguais quanto está o tempo assim, porque é um bocadinho mais complicado quem vai ao mar. Sempre dá-se uma recompensazinha melhor. O quinhão é do peixe. As partes é do lucro. E o peixe, quando não há!... Assim, a gente quando tem muito peixe nem há quinhões para o mar

porque eles já ganharam parte e meia. Mas quando há pouco peixe que não dá mesmo para ir à Lota, faz-se os quinhões e depois põe-se ali alguns peixes melhores para os que vão ao mar. Pois, eles vão ao mar e depois trabalham em terra, e no mar estão mais sujeitos a acontecer alguma coisa”. (Pescador nº 12, 2017)

Pela diversidade de formas de retribuição do pescador da arte Xávega, compreendemos melhor as palavras de Cruz (2009, p.46) ao afirmar que “O nível económico do pescador da xávega é tão baixo que o próprio produto monetário só secundariamente lhe importa. O que lhe interessa, em verdade, é a quantidade de peixe que cada <<lanço>> lhe traz (...)”. Evidentemente que esse peixe além de servir para consumo próprio, muitas vezes serve para fazer algum dinheiro que se junta ao orçamento, complementando-o.

Capítulo 3 - Perceções sobre a arte xávega

As perceções dos pescadores da Arte Xávega são mediadas, nos seus discursos, pela temporalidade e pelas memórias. Inevitável é assim visitar o passado e, para isso, socorremo-nos “do imenso palácio da [sua] memória”⁸³ que aos olhos do presente recria um mundo em transformação, onde a sua adaptação é constantemente posta à prova. Dos discursos destes pescadores e da observação efetuada em torno da sua relação com a Arte Xávega sobressai um misto de resistência e resignação que se mantém atual em ambas as comunidades. À outrora abundância de pescado e de liberdade junta-se a escassez de um mar com fronteiras definidas que os obriga a novas estratégias de adaptação. A resistência destes pescadores é alimentada pela vitalidade das suas referências sociais e individuais que, por sua vez, reforçam a coesão e identidade destas comunidades da Arte Xávega. Este capítulo divide-se assim em dois pontos:

No ponto 1 – As mudanças da Arte Xávega: passado e presente; aqui, dá-se conta das alterações ocorridas nas várias dimensões da Arte Xávega através da forma como são percebidas pelos seus pescadores. Este ponto, subdivide-se, por sua vez, em 6 subpontos: 1.1 - Inovação e mecanização, onde se discorre sobre o papel da tecnologia; 1.2 - Lugares de Pesca, aborda-se os constrangimentos existentes e a visão do mar livre e sem barreiras; 1.3 - Atividade económica/lúdica, discorre sobre a Arte Xávega enquanto modo de vida e alterações decorrentes do processo adaptativo a que está sujeita; 1.4 – Regulamentação, aqui referem-se os aspetos restritivos e algumas incongruências da regulamentação existente; 1.5 – Aspetos ambientais, apresenta-se a forma como interpretam a ação dos aspetos ambientais no exercício da Arte Xávega; 1.6 – Outras atividades económicas, aborda-se a ocupação e a utilização partilhada da praia.

No ponto 2 – As perceções sobre as razões do declínio da Arte Xávega. Apresenta-se, aqui, a forma como ligam os efeitos das transformações sociais ao declínio da Arte. Este ponto, subdivide-se ainda em mais 5 subpontos, a saber: 2.1 – Fatores de ordem legal, no qual se abordam os efeitos das restrições a que está sujeita a Arte Xávega; 2.2 – Fatores de Ordem económica, onde se abordam as questões da competitividade; 2.3 –

⁸³ Expressão utilizada por Santo Agostinho, nas Confissões, X – p.55.

Fatores de ordem ambiental – onde se dá conta de como estes fatores são vistos nas alterações das relações no acesso ao peixe; 2.5 – Fatores de ordem demográfica – onde se refere os efeitos do envelhecimento; e, por ultimo, o ponto 2.5 – Razões do declínio: visão dos nossos informantes privilegiados, onde se expõem os motivos da decadência desta Arte.

1 As mudanças na Arte Xávega: passado e presente

A comparação entre a Arte Xávega que se fazia antigamente e a que se faz hoje permite compreender as relações e as mudanças que em torno dela se tecem. Nos seus discursos, os nossos participantes evocam diversas dimensões temporais, contextuais e ambientais para sustentarem as suas perceções sobre essas mudanças e relações. Entre elas: a inovação e mecanização (ou tecnologia/arte manual), os lugares de pesca, as transformações ambientais, a relação com outras comunidades, o sustento, a regulamentação, a ausência de jovens, entre outras. De seguida apresentam-se algumas dessas dimensões por considerarmos que ilustram bem as mudanças identificadas e sentidas, e que organizamos em 6 pontos: A Inovação e a mecanização; Lugares de Pesca; Atividade económica/lúdica; Regulamentação; Questões ambientais e outras atividades económicas.

1.1 Inovação e mecanização

A dimensão que designamos por **inovação e mecanização** transporta consigo a dicotomia tecnologia/arte manual resultado da evolução dos tempos, da modernização e das exigências do capitalismo. Apesar da sua extraordinária flexibilidade adaptativa, a pesca com Arte Xávega nestas comunidades manteve-se fiel a si própria, tendo, do ponto de vista tecnológico, pouco evoluído. Os barcos mantiveram-se a remos, mesmo depois da legislação permitir a introdução do motor. Porém, o apelo a uma maior facilidade de execução da pesca fez com que fossem introduzidos os tratores agrícolas na zona Oeste do Concelho (Meco-Lagoa), onde o mar é mais agitado, para auxílio no alar das redes. As dimensões dos barcos mantiveram-se sensivelmente as mesmas, embora comparativamente com outras comunidades piscatórias sejam de menor envergadura (entre 3 e 6 metros).

A gente nunca usámos motor. Era sempre a remos. Diz-nos o Pescador nº 1, (2017), atestando a forma genuína com que praticavam a Arte.

Eles agora têm barcos, chatas para pescar d'Inverno e de Verão e tal, tal, tal...primeiro era só Arte Xávega. Agora têm malha, têm... têm outras coisas para matar o peixe e, na altura, era só aquilo, só a Arte Xávega [refere-se ao barco a remos, redes e companhia e à introdução de novos equipamentos e materiais]. (Pescador 5 2017)

As marcas do progresso são muito ténues ou apenas reconhecíveis na tipologia dos materiais que atualmente compõem os apetrechos da Arte: as redes são hoje de *nylon*, em substituição das pesadas redes de algodão, cujo tratamento exigia outras técnicas. Após a pesca, as redes eram varadas⁸⁴ no areal para secagem ao sol, o que requeria a ocupação de uma extensão de areal considerável. A manutenção das redes implicava ainda a realização de uma pintura anual efetuada com uma tinta natural, em cuja composição se utilizavam cascas de pinheiro que se colocavam em grandes cubas com água a ferver, após o que se mergulhavam as redes conferindo-lhes uma maior resistência e a típica cor *bordeaux*⁸⁵.

A propósito da técnica de manutenção e tratamento das redes, um dos nossos informantes privilegiados refere:

“a rede, normalmente, todos os anos tinha que ser pintada. A tinta era feita de uma forma muito especial, que era casca de pinheiro em água a ferver e, portanto, tirava-se e dava aquela cor assim bordeaux a tinta era isso! Portanto, não havia cá tintas artificiais. Era uma tinta natural. Portanto, era a casca do pinheiro fervida em água e, portanto, depois a rede era lá mergulhada e depois era seca ao sol, pronto! E era esticada.” (Entrevista nº13, 2017)

Estas redes eram substancialmente mais pesadas que as atuais, o que implicava uma Companhia forte e numerosa. As atuais redes de pesca, mais leves e simplificadas em termos de procedimentos, apenas necessitam de uma arrumação cuidada e

“quanto mais molhadas estiverem melhor, porque mais pesadas se tornam” (Pescador nº 3, 2017),

ocupando assim, no mar, a posição vertical e obstaculizando a passagem do peixe.

Mas o progresso e a implacável conquista do plástico também atingiram a Arte Xávega, tendo substituído, por uma questão de economia de custos e de facilidade em encontrar os materiais, alguns dos apetrechos tradicionais como as boias que, anteriormente, eram

⁸⁴ Varal – Armação de varas de madeira onde se estendiam, ao longo do areal, as redes para que secassem. Estendal.

⁸⁵ Uma mescla de cor de vinho com castanho-avermelhado ou uma variação de tom da cor vermelha, um pouco mais escuro que a cor grená.

feitas com cabaças⁸⁶. As boias de cortiça, essas conseguiram resistir aos novos tempos e ainda ocupam um honroso lugar a guarnecer as tralhas. A iluminação na Xávega que era feita com os tradicionais fogachos ou archotes⁸⁷ também foi modernizada, tendo sido substituída pelos candeeiros a gás ou as modernas lanternas de campismo. Por questões de higiene e salubridade, as caixas de madeira nas quais se transportava o peixe, foram substituídas pelas de plástico.

Da tradição ficou a prática, o saber e o gosto pela Arte que apesar das alterações trazidas pelos tempos modernos procura manter-se tão genuína quanto possível. Mas, a área onde mais se sentiu a modernização foi nas restrições ao seu desempenho já enunciadas, mas que serão desenvolvidas mais adiante.

1.2 Lugares de Pesca

As mudanças sentidas alargam-se aos Lugares de Pesca e à intensidade da pescaria. Em relação às diferenças entre a pesca que se fazia outrora e a que se faz atualmente destaca-se destas narrativas um conceito de liberdade na apropriação do mar e dos seus recursos por oposição às atuais restrições, visível não apenas em relação aos locais onde se pesca mas também à intensidade e frequência com que a pesca era efetuada. Em ambas as comunidades estudadas, se as condições atmosféricas e geográficas o permitissem poderiam pescar ao longo de todo o litoral, durante todo o ano, sem restrição de horário ou permanência. Esta situação alterou-se grandemente, em especial, com a criação do Parque Marinho Luiz Saldanha e das consequentes áreas de proteção (total, parcial e complementar).

A ligação dos laços entre as comunidades era fortalecida pela liberdade nas deslocações, em especial entre o Meco e a Fonte da Telha, mas também entre as freguesias de Santiago e Castelo.

Era uma pesca de sustento e naquela altura tinha-se a liberdade de ir para (...) S. Penedo e até para a Arrábida, conta-nos o Pescador nº 8 (2017)

Íamos para a pesca para a Fonte da Telha, aqui estava fraco, não havia peixe nem dinheiro, íamos para a Fonte da Telha, Pescador nº 1 (2017),

⁸⁶ (*Lagenaria vulgaris*) planta da família das Cucurbitáceas, muito cultivada pelo fruto em forma de pera, de polpa comestível e casca lenhosa que se usa no fabrico de objetos diversos; abóbora-cabaça.

⁸⁷ Corda de esparto untada de breu, que arde com luz avermelhada e fuliginosa.

refere [o pescador nº 1] numa alusão à ligação existente entre as comunidades que, graças às dificuldades sentidas, enformavam os laços solidários que os uniam.

Uma clara demonstração da ligação que unia, pela dureza da vida e dificuldades que passavam as comunidades da Arte Xávega mais próximas, é-nos relatada do seguinte modo:

“Era o dia do peixe lá e do peixe aqui” (Pescador nº 1, 2017),

“(…) vinham aqui pedir. Naquela altura, pão, batatas, repolho, hortaliças... ainda há dias, eles lá [na Fonte da Telha] falaram nisso! (Pescador nº 5, 2017)

Diz-nos o *Pescador 9*, (2017), em relação ao Parque Marinho Luiz Saldanha cujas restrições se repercutem particularmente na Arte exercida – A Arte Xávega:

“Agora não se pode andar aí. Aqui não se pode pescar. [e acrescenta como se falasse para si próprio] Porque é que a gente vai ali? já não se pode pescar...” (Pescador nº 9, 2017).

Informa-nos o Pescador nº1 , num relato que marca uma vida cuja sobrevivência se faz a dois tempos: um tempo de pesca e um tempo de agricultura, e que se enraíza numa relação ancestral, onde o homem se integra no seu ambiente, dele retirando para seu sustento o que cada época permite:

“[Pescavam] Até aquase começar a invernar. Quando o tempo embravecia, o mar embravecia e coisa... vínhamos embora! Encalhava-se [o barco] ...puxava-se os barcos cá para fora e tudo ia [à sua vida] ... depois só íamos em abril, neste mês, ou isso. (Pescador nº1, 2017).

1.3 Atividade económica/lúdica

Para estes pescadores a Arte Xávega é percecionada enquanto modo de vida e de sobrevivência, na medida em que dela resulta ou não o sustento da família. A Arte Xávega era praticada como atividade principal sendo, por isso, uma pesca de sustento, da qual dependiam famílias inteiras. Hoje, esta Arte é praticada por razões culturais e como complemento do orçamento familiar. As alterações trazidas pelo progresso, como o surgimento de novas ocupações mais seguras e rentáveis e a criação de novos interesses, remeteu a Arte Xávega para um lugar secundário considerando a sua reduzida produtividade e conseqüente falta de atratividade. Com o evoluir dos tempos a Arte Xávega nestes dois casos passa de atividade profissional de sustento a uma atividade complementar e/ou de entretenimento.

A questão cultural subjacente a estas práticas tem viabilizado a sua sobrevivência apesar dos constrangimentos que diariamente enfrenta. Os laços afetivos que ancoram a Arte Xávega têm permitido perpetuar a tradição através da transmissão dos ensinamentos de anteriores gerações e que fazem com que estes pescadores, de avançada idade, ainda hoje, reinventem novas práticas. Mais do que uma forma de sustento, a Arte Xávega transforma-se num complemento necessário que os habilita a reforçar o orçamento familiar e a retomar antigos laços afetivos que fortalecem a sua integração e união enquanto grupo.

Por outro lado, a criação de novos lugares com novas ocupações e novos atores, vem alimentar esta prática ancestral através de uma nova roupagem - a de entretenimento turístico – um verdadeiro museu vivo no qual todos podem participar (visitantes, turistas, autóctones). Há uma nova reapropriação dos antigos lugares destes pescadores, por novos atores, nos quais eles próprios estão incluídos, num ciclo existencial que, apesar da fragilidade, se reinventa e perpetua.

“Se isto fosse como a vida do meu pai, morria à fome!” (Pescador nº 9, 2017)

Exclama [o pescador nº 9], numa alusão às dificuldades que hoje enfrentam face às restrições impostas. E acrescenta, como que para reforçar o seu ponto de vista:

“O meu pai sustentava uma casa de filhos. O meu pai sustentava uma mancheia de filhos, destas Artes Xávegas. E a vida dele era aquilo e viveu sempre [daquilo, ou seja, da Arte Xávega, situação que hoje não é possível]”. (Pescador nº 9, 2017)

“E esta coisa da pesca aqui, é uma alegria as pessoas verem ali do muro. Faz agora quinta-feira quinze dias apanhámos ali 10 caixas de cavala. Mas das 10 caixas de cavala as pessoas levaram oito. Era no boné, era na toalha de banho, era...aquilo era uma alegria. E as pessoas gostam e filmam. É bom para a terra!” (Pescador nº 8, 2017)

Este é o testemunho do *Pescador nº 8*, (2017), para quem a atual realização da Arte suscita sentimentos contraditórios: a da satisfação dos turistas/visitantes que, em sua opinião, constitui uma mais-valia, por um lado, mas que, por outro, os impede de ficar com o produto da pesca.

Pois!... e as crianças a ver... e a gente diz: olha, vais ver isto aqui [a realização da Arte Xávega] que daqui a uns anitos já não há nada! (...) Olha, vais vendo agora que daqui a uns anos já não vês nada! [repete] (Pescador nº 8, 2017).

Ciente das dificuldades em dar continuidade à Arte, não esconde a satisfação e orgulho em mostrar aos “de fora” uma forma de pescar tão antiga e bonita.

1.4 Regulamentação

Uma outra dimensão usada para falar das diferenças e das mudanças da prática da Arte Xávega reside no surgimento de uma regulamentação restritiva da atividade. A criação de áreas protegidas vem exigir novas formas de operar onde a burocracia assume um papel de relevo comparativamente com os poucos recursos destes pescadores. Também, neste aspeto, ambas as comunidades se debatem, de forma diferente, com os mesmos problemas. Se, por um lado, na área protegida do Parque Marinho Luiz Saldanha a pesca é permitida ao abrigo de um conceito de prática cultural, três vezes por semana, por outro, exige-se a realização de um determinado número de vendas em lota, para garantir a renovação da licença que, de acordo com o despacho nº 14 694/2003 (2ª série), se traduz na aplicação da fórmula: $V=(T-1) \times 12 \times OMN$ ⁸⁸. São as eternas incongruências do sistema que a par da proteção ambiental monitoriza a realização económica da pesca numa ótica de mercado, onde os jogos de poder se sobrepõem ao carácter social deste modo de vida. Também a regulamentação da Arte Xávega – vistorias, equipamento de socorro e de salvação, vendas em lotas, horários de pesca, restrição de espaços de pesca são os aspetos mais significativos para estes pescadores que, se em alguns deles vêm razão de ser, em outros nem por isso. Um dos exemplos sintomáticos de desagrado é a pesada burocracia que envolve todo o processo de licenciamento. Em contrapartida, ainda que não seja unânime entre muitos pescadores, as exigências ao nível da segurança são bem recebidas. Todos esses procedimentos contribuem para o encarecimento da atividade já de si pouco lucrativa e cada vez menos atrativa.

1.5 Questões ambientais

A compreensão da arte xávega, das suas mudanças e dificuldades, também é mediada por aspetos ambientais diversificados. Os pescadores, a seu modo, vêm as transformações ambientais como mais um aspeto cuja influência se tem feito sentir de forma negativa na realização da Arte Xávega. Desta forma, as alterações climáticas agravam, na opinião destes pescadores, as condições da execução da Arte Xávega tornando-a ainda menos rentável.

⁸⁸ Em que T – número mínimo obrigatório de tripulantes, superior a um; OMN – ordenado mínimo nacional; no total dos 12 meses anteriores à data de apresentação do pedido de renovação ou, em alternativa, no período compreendido entre 31 de Agosto do ano anterior e 31 de Agosto do ano em que é apresentado o requerimento.

Um dos aspetos mais referidos a este propósito pelos nossos interlocutores da comunidade da Vila de Sesimbra foi o da inexistência de temporais⁸⁹ que, com a ação do mar, funcionavam como reparadores ambientais, uma vez que recolocavam a areia no mar, alisando os fundos e possibilitando a fluidez da rede da Arte Xávega. Esta movimentação de areias, ora retiradas pelo mar, ora colocadas, permitiam a renovação dos fundos e a abundância de peixe, pois, segundo estes pescadores, traziam os cardumes até à beira-mar. Sem essa reposição da areia, o fundo apresenta-se irregular e as pedras, outrora escondidas, estão hoje à superfície, impedindo que a rede seja lançada, pois ao encontrar a pedra a rede quebra e perde-se a “caçada”. A areia encontra-se atualmente acumulada na zona de praia, junto ao muro que a separa da estrada e do casario, onde de acordo com estes pescadores “não faz falta”.

O relato que se segue sobre esta matéria é bastante eloquente:

O que acaba isto é a pedra. Não se pode pescar. Fica fixe. E ficando fixe já se sabe que não vai dar nada. A areia está toda cá em cima e muita daquele lado... desde que fizeram aquele molhe ali. (Pescador nº 10, 2017)

A construção do Porto de Abrigo e a configuração dos molhes veio trazer melhores condições aos pescadores e a outras atividades. Porém, trouxe igualmente alguns problemas relacionados com o depósito de areias que (outrora, por ação dos vendavais seriam levadas e renovados os fundos), na ótica destes pescadores são responsáveis pelo atual estado dos fundos.

“[Antigamente] Estava tudo tapado ali no Caneiro e iam as Artes. E já não era na aiola era na Barca grande e eu chegava lá às dez e doze cordas, mas aquilo era muita gente a puxar...” (Pescador nº 10, 2017)

Um outro aspeto muito importante decorrente do relato deste pescador é o facto das companhas anteriormente, serem bastante mais numerosas, o que lhes permitia operar com mais redes e, conseqüentemente cobrirem maiores áreas de pesca e capturarem mais peixes. Além disso, as vendas eram realizadas na praia.⁹⁰ O que não deixa de ser significativo para a rentabilidade da Arte Xávega.

O pescador nº 10 relembra com prazer aqueles tempos em que

⁸⁹ A ocorrência dos designados vendavais em Sesimbra, permitia, segundo estes pescadores a renovação do Mar, pois revolia a areia criando um ambiente propício à vinda de novos cardumes. (Nota de registo de campo, 2017)

⁹⁰ A lota na praia terminou em 1973

“O Chão estava limpo, todo lisinho e largavam. Nunca ficava fixe. Agora é só a aiola e quando está um cheirosinho [brisa, vento fraco] já não consegue. Nunca ficava fixe. [repete] O chão estava liso e apanhava-se grandes sacadas. De carapau. Chegavam a apanhar às cinquenta e sessenta caixas de carapau. E o carapau era vendido mesmo dentro dos sacos. A gente nem tirava era vendida mesmo dentro dos sacos. Na praia. Depois, os almocreves tinham os burros e levavam as caixas para o sítio deles”. (Pescador nº 10, 2017).

Na comunidade da Arte Xávega do Meco os impedimentos prendem-se com as condições atmosféricas, em particular com os ventos fortes. Todavia, os pescadores encaram essa circunstância como algo natural que ocorre – “há anos mais ventosos que outros”, diz-nos o Pescador nº 12, (2017), encolhendo os ombros. Quanto à ocupação da praia pelas concessões, no início, houve alguma resistência, mas atualmente está ultrapassada pela flexibilidade e respeito mútuo existente entre ambas as partes.

De igual forma, às condições atmosféricas adversas vêm juntar-se as estações do ano na medida em que são vistas como fatores que interferem na prática da arte, pois o inverno por exemplo, impede o seu exercício. Para evidenciar as dificuldades com que muitos pescadores se debatiam no Inverno, quando as condições atmosféricas não permitiam a realização da pesca, diz-nos o Pescador nº 5:

Quando era d'Inverno não pescavam, vinham aqui pedir. Naquela altura, pão, batatas, repolho, hortaliças... ainda há dias, eles lá falaram nisso! (Pescador nº 5, 2017)

Deslocavam-se assim, em nome de uma solidariedade de proximidade, e de classe, à procura de “companheiros de faina” que sabiam serem também agricultores para lhes fornecerem a comida que o mar “não dava”. Eram outros tempos onde a comida não abundava e as dificuldades eram grandes.

Agora aquele peixe é para dar... antigamente é que não era. Era para eles, coitados! Para consumo ou para vender. Para ver se vinha alguma coisa...ou pão, para dar aos filhos. Antigamente a vida era muito miserável. Era miserável! (Informante Entrevista nº 6, 2017)

1.6 Outras atividades económicas

Para os nossos interlocutores, a diversificação das funções da praia que progressivamente se viu ocupada por outras atividades económicas causam alguma perturbação ao normal funcionamento desta Arte. Em Sesimbra, são apontadas as concessões, os barcos de recreio e o excesso de covos, utilizados na pesca ao polvo e mariscos. A pesca com Arte Xávega precisa de espaço livre e fundo arenoso para que

possa ser lançada e recolhida sem danos. A intensificação da utilização do mar, ainda que teoricamente regrada, na prática, conflituava muitas vezes, por sobreposição de uso e para o Pescador nº 10, o mar está numa confusão. Olha para a praia, vira-se e, escolhendo cuidadosamente as palavras, refere:

Está ali!... [abana negativamente a cabeça] Vai ali, não se pode trabalhar 'tá ali os barcos. Era onde a gente matava alguns peixes era ali. Por isso é que eu digo 'tá mal! Não dá lucro nenhum. (Pescador nº 10, 2017).

2 As percepções sobre as razões do declínio da arte Xávega

Intimamente relacionado com as transformações na arte xávega estão os fatores que conduziram ao seu declínio ou perda progressiva de importância. Segundo os nossos interlocutores haviam muitas Artes nas praias, mas a partir dos anos 80 do século passado começaram a decair, embora alguns afirmem que o ano 2000 é sintomático do seu quase desaparecimento, porque a partir dessa data restam muito poucas.

“Isto [aponta para o areal que se estende da Lagoa ao Meco], há uns anos atrás estava cheio de Artes. Era a praia cheia de um lado ao outro. Aí em noventa... No ano 2000 ainda havia! Agora há só duas”. (Pescador nº 3, 2017)

“Há dez anos foram aqui [no areal Meco- Lagoa], onze. Foram onze Artes destas. (...) Em oitenta e tais ainda houve aí muitas a trabalhar”. (Pescador nº 2, 2017)

Das entrevistas realizadas, todos os pescadores realçam a diversidade e abundância da pesca e a grandeza em barcos e em homens ligada à Arte Xávega no passado.

“(...) No Caneiro iam às Artes. E já não era com a aiola era com a barca grande e eu chegava a largar às dez e doze cordas, mas aquilo era muita gente a puxar. (...) apanhava-se grandes sacadas de carapau. Chegavam a apanhar às cinquenta e sessenta caixas de carapau. E o carapau era vendido mesmo dentro dos sacos. A gente nem tirava, era vendido mesmo dentro dos sacos, na praia. Depois, os almocreves, tinham os burros e levavam as caixas para o sítio deles. E era todos os dias! [apressa-se a corrigir] Todos os dias, não! Quando estava bom tempo”. (Pescador nº 10, 2017)

Antigamente apanhava-se muito peixe. Na Arte apanhava-se um peixe que era pica que parece umas eiroses. Desapareceu daqui, totalmente! Mas antigamente apanhava-se tanta, tanta, até os barcos da pesca do anzol iam comprar para iscar e apanhar outros peixes. (Pescador nº 8, 2017)

A nossa Arte é uma Arte que nunca evoluiu. Isto já é muito antigo, e naquela altura havia umas sete ou oito. Agora, estão estas duas e, se calhar, este ano fica a zero. É o progresso! (Pescador nº 12, 2017)

Há dez anos foram aqui onze! Foram onze Artes destas! (Pescador nº 2, 2017)

Isto há uns anos atrás estava cheio de Artes. Era a praia cheia de um lado ao outro. Aí em noventas..., no ano 2000 ainda havia! Agora só há duas. (Pescador nº 3, 2017)

Existem para estes pescadores alterações substanciais que se prendem com a evolução das pescas, ou seja, com um tempo onde a Arte Xávega ainda empregava muita gente, como na 1ª metade do século XX⁹¹, e o número de embarcações e pescadores que dela fazem parte atualmente⁹². As causas são várias e revestem-se da complexidade dos nossos dias. Um dos nossos informantes privilegiados refere

“aquilo que eu acho que está a acontecer, portanto, é fruto provavelmente da nossa comunidade; ou seja, da nossa comunidade e, quando falo da nossa comunidade, não é só da nossa comunidade de Sesimbra, falo da comunidade num todo, do país. E, portanto, o que é que acontece? Como hoje em dia, a nossa sociedade vive a um ritmo alucinante e, portanto, na altura em que eu desenvolvi essa atividade normalmente, e estamos a falar de uma Aldeia em que se desenvolvia, como eu disse, uma agricultura de subsistência, em que um dos cônjuges trabalhava, mas o outro estava sempre em casa; normalmente era a esposa que estava em casa e, portanto, havia sempre algum tempo disponível para poder praticar este tipo de atividade. E também como um complemento remuneratório à reforma, pronto! Hoje em dia, com o ritmo frenético que temos e com as solicitações que temos não há tempo sequer disponível, com raríssimas exceções, não é? para desenvolver este tipo de atividade.” (Informante privilegiado – Entrevista nº 13)

O declínio da arte Xávega prende-se, nos discursos dos nossos interlocutores, com fatores diversos simultaneamente de natureza normativa, económica, ambiental e demográfica ou relacionada com o envelhecimento das companhas, que passamos a caracterizar.

2.1 Fatores de ordem legal

Assim, do ponto de vista normativo, os nossos interlocutores atribuem a perda da importância ou declínio da Arte Xávega, às restrições legais impostas, em especial dentro do Parque Marinho Luiz Saldanha. A consequente redução dos locais de pesca e

⁹¹ Em 1940, laboravam em Sesimbra, 40 (quarenta) Artes Xávegas (grandes e pequenas), estando matriculados nas Xávegas 115 (cento e quinze) pescadores. Estatística das Pescas Marítimas no Continente e Ilhas Adjacentes no Ano de 1940. Imprensa Nacional de Lisboa, 1941. Comissão Central de Pescas. P. 41 e 18. (Arquivo Central da Marinha 2500).

⁹² Apesar dos registos oficiais, e da maioria dos pescadores serem reformados, o número de pescadores que ainda praticam esta arte rondam os 50 elementos. Registados estão apenas os armadores e a companha de mar, em 2016, eram de 9 elementos – “Número Anual de Inscritos Marítimos por Embarcação da Arte Xávega”. 2016. Delegação Marítima de Sesimbra (pesquisa efetuada no local)

da periodicidade da sua realização são os aspetos mais referidos nas entrevistas realizadas.

“Há tantas coisas a querer proibir esta pesca”. (Pescador nº 7, 2017)

“Até três dias!... Só posso pescar três dias por semana! Então, mas eu só como três dias por semana? É verdade!...” (Pescador nº 7, 2017)

A propósito dos gastos com a Arte Xávega e comparando-os aos aspetos rudimentares da sua Xávega, diz-nos o Pescador nº 7:

“Este ano o dinheiro que eu gastei com a licença de pesca, a matrícula e isto e aquilo, não sei se consigo... se consigo fazer no final da época,. A minha licença ainda é seis ou sete contos, salvo o erro. E depois tem a vistoria [vistoria] do bote e tive de comprar dois coletes que me custou dez contos cada um. E não tenho motor nem nada. É tudo a remos!. [Mas os encargos não ficam por aqui como veremos pelo seu relato] Um número X [vendas] de pescado na alota... mil contos, [engana-se e corrige] mil euros, é mil euros! (...) para ter direito à licença!” (Pescador nº 7, 2017)

Mas as restrições não se revelam apenas ao nível da legalização da Arte para poder operar, mas também ao nível da sua transmissão e ou venda. A este propósito, esclarece-nos o Pescador nº 7, que opera dentro do Parque Marinho Luíz Saldanha:

“Eles dizem lá na Capitania que só podem passar [a licença] para os filhos. Eu posso querer vender aí a outra pessoa, mas a licença já não! "Tá a ver a ideia deles?” (Pescador 7, 2017).

Na verdade todas estas imposições apresentadas são entendidas como formas de dificultar a realização e continuidade desta Arte, se bem que, ainda assim, lhes permitam retirar algum ganho para ajudar às despesas “com os médicos!”, como dizem. Também o Pescador nº 8, (2017) vê estas imposições como fator castrador da realização da Arte Xávega e até como motivo do seu desaparecimento, como se infere do relato:

“Veio estas leis da Costa Azul e desta coisa toda dos turistas e estas Artes acabaram. Só se pesca para entretenimento. (Pescador 8, 2017).

Acrescenta ainda que a continuidade da Arte Xávega, em Sesimbra, se deve à intervenção do poder local, pois, caso contrário já não existiria.

“Basta que à quinta-feira, por intermédio da Câmara, deste presidente que morreu, que é que fez muita força para isto não acabar que continuamos a fazer a nossa pesca mais ou menos três vezes por semana, e fazemos à quinta-feira, só para a Câmara, para o turista.

Esta é só para o turista. Se não fosse o presidente isto tinha acabado”. (Pescador nº 8, 2017).

Há um reconhecimento pelo apoio solidário prestado pelo poder local, mas há simultaneamente, uma constante incerteza, que neste ano, em particular, se deve à realização de eleições:

“E vá lá que a Câmara apoia senão já tinha acabado. Agora vamos lá a ver se esta nova direção [refere-se ao novo executivo camarário] apoia, à mesma. Também se não apoiar, isto já tá no fim!...” (Pescador nº 8, 2017)

A desconfiança, a incerteza e alguma revolta motivada pelas restrições impostas é um aspeto que acompanha os relatos dos vários pescadores. Para o *Pescador nº 9*:

“É muito difícil, pá! Eles [os que fazem as leis] complicam tudo! Eles dão três dias. E se não houver condições para a gente trabalhar? Eles não dão mesmo condições nenhuma!” (Pescador nº 9, 2017).

O Pescador nº 10, (2007), deixa claro no seu relato não apenas a diferença entre a pesca praticada num mar livre, como também, a sua perceção em relação à inadequação dos horários de pesca impostos, o que nos permite inferir que o conhecimento empírico que estes pescadores detêm da sua arte e do mar, são muitas vezes secundarizados ou perfeitamente ignorados por outros atores com responsabilidade na gestão do oceano. A periodicidade, assim como a hora para realização da pesca, é importante como podemos verificar da transcrição das suas palavras:

“[Anteriormente] E era todos os dias. Todos os dias, não! Quando estava bom tempo. Aqui, [no Parque Marinho Luíz Saldanha] é a esta hora. Do Parque é só das 7 horas às 9, o que é que a gente vai apanhar? Não vai nada!” (Pescador nº 10, 2017).

E com o estatuto que a sua avançada idade lhe permite, acrescenta:

“Vai-se às 3 horas da noite. Pois! De dia não apanha nada! O que é que apanha? Onde é que está o peixe? O carapau de dia? Pois... está a dormir! [ri-se]. Está mas é lá para o fundão. [os peixes só vêm à Costa] À boca da noite. Porque começa o dia a vir... [e faz o gesto de quem foge]. Vão-se embora. É por isso que aqui se vai àquela hora.” (Pescador nº 10, 2017)

A sua relação com as autoridades e demais ocupantes é cordial e de entre ajuda.

“É das 18h30, 19h, é, é. É a hora oficial que podemos pescar. É a partir dessa hora que a gente podemos pescar, pronto! Podemos pescar, não é que nunca ninguém nos chamasse à atenção por isso. Mas é assim, a gente a pescarmos aqui às dez horas da manhã, às onze ou ao meio dia, não é por exemplo aqui, estamos defronte ao Bar do Peixe e ao Onda Azul que é a zona mais frequentada pelo turismo. E aqui não, mas se a gente tivéssemos que ir pescar

mais a sul ou a norte os pobres turistas, os banhistas ou como queiram chamar neste caso, gostariam muito de ver. Tomariam eles que a gente pescássemos! Pois, agora é assim, a gente temos os tratores, estamos com os tratores e então os tratores, se é proibido andar veículos motorizados na praia eu também não tenho esse atrevimento, nem arrisco a ir fora desses horários, mas se deixássemos os tratores cá fora da zona não abrangida pela praia e se fossemos ao mar a qualquer hora os banhistas agradeceriam. E agradecem porque eles gostam muito de ver porque só aqui ou em sítios do género é que tem possibilidade de ver.”, Pescador nº 11 (2017)

A imposição que determina a realização da pesca apenas três dias por semana entre junho e setembro e os baixos rendimentos que dela retiram, não lhes permite viver desta atividade. Os nossos interlocutores consideram que os obrigam a processos burocráticos que, em seu entender, não fazem muito sentido para a tipologia de pesca que praticam (uma pesca da beira mar), circunscrita a dois espaços na Vila de Sesimbra – Fortaleza e Caneiro.

Idêntica opinião, têm os pescadores que entrevistámos no Meco, não tanto pelas restrições impostas mas pelas condições físicas a que estão sujeitos, ou sejam, embora lhes seja permitido pescar durante todo o ano, apenas quando o tempo atmosférico e as condições do mar o permite, o fazem, porque o perigo é grande. Nesse sentido, a sua atividade encontra-se substancialmente restringida, sendo praticada apenas em dois, por vezes, três meses no Verão, na zona Lagoa-Meco.

A narrativa do Pescador nº 1, é ilustrativa das dificuldades com que se debatem em termos de legalizações para tão curto período de operação da Arte.

“E, depois, eles também, nas capitánias e assim: é uns direitos, uma coisa terrível e...as pessoas não podem, as pessoas não podem. É! Dão em exigir tudo, coisas que faz falta e coisas que... [acena negativamente a cabeça] Tem que lá ter tudo, na matrícula. É, é! É essas coisas, a vistoria de ver, mas o que é que...óh!... Aquilo é uma macheia de dinheiro! É!... Então, oiço aqueles ali queixarem-se... têm de largar aquilo.” (Pescador nº 1, 2017)

A linguagem que retrata a atuação dos poderes públicos e a dos pescadores é de natureza diferente. Os pescadores sentem-se marginalizados face às exigências legais, as suas necessidades e o seu saber não são tidos em conta, o que leva uma das nossas informantes privilegiadas a afirmar que:

“Eles fecham as portas às pessoas e que [a criação do Parque] nestas artes mais pequeninas é um bocado mais apertado. É mais difícil”. (Informante privilegiada, Entrevista nº6, 2017)

Estas dificuldades são reais e sentidas por outros pescadores, embora neste estudo, tenham sido apresentadas pela narrativa da referida informante.

“O meu filho tinha essa experiência, porque ele coitado ganhou um poder de dinheiro na aiola e depois vendeu-a mais barato e depois teve que emigrar. Infelizmente aqui não há nada!” (Informante privilegiada, Entrevista nº6, 2017)

Por outro lado, e paradoxalmente, o desordenamento do mar, em virtude da diversidade da ocupação existente (pesca, recreio, concessões) e da falta de fiscalização, é outra das razões apontadas como geradora de situações de conflito que são vividas “fora dos olhares” de turistas e poderes públicos. A realidade que diariamente encaram não condiz com os alarmismos das proibições. Essa é uma realidade que os ultrapassa. A deles, situa-se na beira de água, onde diversos interesses convergem e onde os obstáculos impedem o peixe de se aproximar.

“O Mar está uma confusão (...) vai ali, ‘tá ali barcos (...) é por isso que eu digo: ‘tá mal! (Pescador nº 10,2017)

“Há tantas coisas a querer proibir esta pesca” (Pescador nº 7, 2017)

“é muito difícil (...) eles complicam tudo. (...) eles não dão mesmo condições nenhuma!” (Pescador nº 9,2017)

Efetivamente há pescadores que concordam com alguns aspetos das restrições e consideram que devem ser cumpridos. O Pescador nº 12 não sente que as autoridades os persigam, muito pelo contrário, considera que “exigem o que têm de exigir”.

“E nem é o caso que dizem deles apertarem muito com a gente... não é! Eles não apertam muito com a gente, eles exigem o que tem de exigir. Não é o caso que os homens andem em cima da gente a massacrar a gente. (...) Há muita coisa que eles querem e eu acho bem: que não se deixe lixo na praia. E querem que limpem, mas isso é uma coisa que eu acho bem. (...) Agora que eles andem a massacrar a gente, não andam. Eles [os pescadores] têm é que cumprir. E a gente tem que os respeitar. São as autoridades e a gente tem que os respeitar. (...) Não vamos estar agora em discussões. Apesar da malta do mar às vezes falar... [ri-se]” (Pescador 12, 2017)

Contudo, a discordância com algumas imposições em relação à gestão do Parque Marinho é clara. Da mesma forma, as razões que justificam essas imposições são, muitas vezes, incompreensíveis para estes pescadores, o que faz com que aumente a desconfiança e se instale um sentimento de impotência. Sentem-se desamparados e desprotegidos restando-lhes acatar as imposições.

“Mas eles é..., eles dizem que eles é que têm os livros, eles é que sabem! Às vezes, não sabem é nada!...” (Pescador nº 7, 2017).

2.2 Fatores de ordem económica

No que diz respeito aos fatores de ordem económica, a proliferação de outras atividades económicas no mar também teve consequências ao nível da arte xávega, segundo os nossos interlocutores. O declínio da Arte Xávega também é atribuído à multiplicidade de barcos e de atividades marítimas existentes, ou seja, à ocupação e gestão marítima que se faz atualmente. Diz-nos o Pescador nº10, (2017)

O que também há é muita rede agora. Pescam a que época for. (Pescador nº10, 2017)

Para estes pescadores há um excesso de barcos e de redes a pescar todos os dias. Referem-se à pesca do cerco praticada não só pelos barcos sesimbrenses, mas por barcos de outras terras que aqui vêm pescar. Na sua opinião, estes barcos não têm restrições, razão pela qual consideram que a sua Arte – a Arte Xávega –, comparativamente, foi muito mais prejudicada com a criação do Parque Marinho.

“Pois, [a arte xávega foi] muito mais prejudicada! Muito mais prejudicada e muito mais sacrificada porque perderam tudo! Já está! [como quem diz: Já desabafei!] Enquanto que as outras artes não, pesca tudo à vontade! “As outras artes, por exemplo, é só a malhagem... que lhes põem mais X e X e depois pescam... podem pescar em qualquer lado. [abana a cabeça em sinal de negação] (Pescador nº 7, 2017)

Nos discursos dos nossos interlocutores é referido sistematicamente o empobrecimento desta Arte, atribuído ao sentimento de abandono (abandono pelos jovens porque não permite viver do seu trabalho, abandono pelas autoridades que ora legislam demais e protegem os mais fortes, ora discriminam estas pequenas artes que não têm lugar na lógica capitalista das pescas, etc), que ainda assim resiste e sobrevive à custa da sua própria ação que a mantém viva na sua prática quotidiana, agora que estão reformados e continuam a exercer-la para que não se perca.

Por último, quer as alterações ambientais quer a comercialização do produto representam dificuldades acrescidas a uma Arte envelhecida e pouco rentável.

Se por um lado há um empobrecimento causado por uma fiscalização ineficaz, pela falta das algas que constituíam o refúgio dos cardumes e pela poluição, fatores que contribuem para a escassez do pescado, por outro, quando existem capturas sentem dificuldade em escoar o pescado, ou porque os seus horários não coincidem com os horários da lota ou porque não conseguem competir com as outras embarcações de

pesca, cuja quantidade e poder de negociação é substancialmente maior. Uma vez mais, a desadequação de políticas territoriais que respeitem o ambiente, mas igualmente as comunidades e os seus modos tradicionais de vida se encontram desajustadas. A consequência direta deste facto é a falta de atratividade deste tipo de pesca, motivada por uma reduzida viabilidade económica.

A propósito da dificuldade de escoamento do produto diz-nos o Pescador nº 1:

“Então, o peixe...se não matam, não matam, pronto!. Se matam vai para o caixote do lixo...porque ninguém o quer! Hoje ninguém o quer!” (Pescador nº 1, 2017).

As dificuldades e a concorrência que encontram para escoar o produto da sua pesca são enormes. A sua oferta dificilmente consegue equiparar as quantidades e poder de negociação de outras embarcações de pesca tecnologicamente equipadas, cujas capturas, na maioria das vezes, são vendidas ainda em alto mar.

“Pois! O ano passado chegaram a ir para lá [para a lota] com caixas de carapau e bazaram [deitaram] logo no lixo! Não, não comprem nada disso! (Pescador nº 1, 2017)

“Eu acho que é... Também é as algas e também é a rede de emalho.” (Pescador nº 8, 2017)

Como se pode verificar pelo discurso destes pescadores as razões são múltiplas e variadas e encadeiam-se na complexidade da sociedade atual, culminando numa simples e irreduzível razão:

“Olhe, aquilo [a Arte Xávega] é uma coisa que não é... Não dá para viver. É uma ajuda, mas para viver a 100% da Arte Xávega, não dá!” (Pescador nº 12, 2017)

Podemos continuar a apontar causas mas iremos sempre parar à questão económica.

“Porque o mar aqui nem sempre é bom e não dá!” (Pescador 12, Rogério, 2017).

Se o mar “não dá” para ir à pesca, não se pode contar com o seu produto ou rendimento. Logo, haverá que procurar outras formas de subsistência. Esta, a da Arte Xávega, será sempre um recurso, ocasional. A vida mudou, os jovens têm outros interesses, outras necessidades e outras oportunidades. Dar continuidade à Arte Xávega nestas duas comunidades é um problema sério que requer outras medidas.

“E esta malta nova hoje cada um tem o seu emprego e os outros também têm os empregos deles e não é fácil... Não é fácil.” (Pescador nº 12, 2017)

2.3 Fatores de ordem ambiental

Os fatores de ordem ambiental são evocados para explicar as alterações nas relações entre os pescadores e o acesso ao peixe. E neste contexto, o insucesso desta Arte de

Pesca é também atribuído à alteração do que consideram ser a ordem natural das coisas, aquela ordem que resultava das práticas ancestrais onde homens e peixes mantinham ciclos comandados pelas estações que asseguravam a sua sobrevivência. Ambos se deslocavam – caçador e presa - e os ciclos sucediam-se numa lógica de subsistência, ligando a vida nas suas várias fases de nascimento crescimento e morte.

Na atualidade consideram que esta relação de equilíbrio se alterou: aos ciclos de peixes e homens surgem novas formas de exploração de recursos tão velozes quanto destrutivas e a ordem natural das coisas passou a ser diferente, constituindo-se de uma complexidade tal que muito dificilmente as práticas ancestrais lhe conseguem resistir.

Uma das causas apontadas para o insucesso desta Arte é o afastamento dos cardumes da zona de intervenção destes pescadores – a beira-mar -, afastamento, esse, que ligam ao aparecimento e desenvolvimento de outras espécies que consideram predatórias da fauna autóctone, como os roazes do Sado e as cavalas. De acordo com estes pescadores, estas duas espécies têm uma ação prejudicial, na medida em que afugentam os cardumes fazendo com que o peixe se afaste para “o largo”, para outras “profundezas”. Atribuem à cavala a destruição dos berçários, criando um desequilíbrio no ecossistema. De acordo com a sua interpretação há um afastamento de algumas espécies anteriormente capturadas pela Arte Xávega e a aproximação de outras espécies que além de predatórias destroem a riqueza e abundância do ecossistema.

Os nossos interlocutores assistiram ao desaparecimento de algumas espécies piscícolas como a “pica”⁹³, o “paxão”⁹⁴ ou o “salmonete”⁹⁵ e a “petinguinha”⁹⁶ que, de acordo com o seu saber resultam de alterações provocadas pela intervenção do homem no ambiente. Situam nas últimas décadas do século XX a excessiva captura de algas que motivou o seu desaparecimento em toda a orla costeira do concelho [e em outras áreas do litoral português], em particular na costa virada a sul (entre o Espichel e a Arrábida). Para estes pescadores as “florestas de algas” constituíam o refúgio dos peixes, sem as quais os cardumes se tornam vulneráveis e procuram outros locais, mais protegidos, evitando a beira-mar.

Numa alusão à riqueza de espécies existentes outrora na baía e nas pequenas enseadas, em redor, o Pescador nº 7 refere:

⁹³ Peixe pertencente à Ordem Lotidae, da família *Motella* – (zool. *Motella Mustela*),

⁹⁴ “Paxão” – trata-se de um juvenil ou do “Massacote” (Besugo – *Pagellus acarne*) ou do Goraz (*Pagellus bogaraveo*)

⁹⁵ *Mullus surmuletus*

⁹⁶ Sardinha pequena *Sardina pilchardus*

“Já perdeu o salmonete, que é uma praia aqui perto... não deixam lá ir [reserva integral do PMLS] Se lá for é tudo preso! Primeira ia a tudo lá, e aqui [na baía de Sesimbra], em salmonete era a mesma coisa. Agora terminou tudo aí.” (Pescador nº 7, 2017)

O Pescador nº 8, (2007) acrescenta

“É só carapau, cavala... é só isso! Antigamente apanhava-se muito peixe. Na Arte apanhava-se um peixe que era pica, que parece umas eiroses (do tipo Anguilla anguilla). Desapareceu daqui totalmente. Mas antigamente apanhava-se tanta, tanta, até os barcos da pesca do anzol iam comprar para iscar e apanhar outros peixes.” (Pescador nº 8, 2017)

Para além da variedade e quantidade de espécies que eram capturadas pela Arte Xávega, ressalta destes discursos um outro aspeto desta pesca que se traduz no fornecimento de isco que abastecia os barcos do palangre.

O peixe capturado atualmente é reduzido, bem como como a variedade de espécies. Para o pescador nº 8, o desaparecimento está relacionado com as alterações verificadas.

“Desapareceu porque cada vez é mais difícil pescar e o peixe. Também, hoje em dia já não aparece muito.” (Pescador nº 8, 2017).

Efetivamente, o Pescador nº 9, (2017) relembra que

Antigamente havia muito peixe. Sesimbra era uma riqueza de peixe. (Pescador nº 9, 2017)

O Pescador nº 10, corrobora e acrescenta a existência de várias espécies que, hoje, já não se encontram:

“Havia paxão, havia a petingazinha. Agora nem isso há! Havia aquela pica grande também... só aqui!” (Pescador nº 10, 2017)

Um ecossistema ferido, pela falta das florestas de algas que constituíam o habitat dos peixes, ameaçado por diversas armadilhas (barcos, covos, redes, e outras), depauperado pelas capturas intensivas e pelo desaparecimento dos fundos arenosos, invadido por espécies predatórias e ineficazmente gerido, dificilmente poderá abrir campo à continuidade da Arte Xávega Tradicional.

Repetem-nos constantemente que existem no mar demasiados obstáculos que impedem “o peixe de vir até à beira mar”, ou seja, à área de operação da Xávega:

“Antigamente a gente podia largar que o peixe estava aí ralasso na borda-d’água.” (...) Covos, redes, chego a olhar aí para fora... 'tá mais só dali.., 'tá mais de cem boias por cima d’água, isso é um impára! [um obstáculo] O peixe não vem. É boias... está aí por todo o lado. [e o peixe procura refúgio noutros locais]. (Pescador nº 9, 2017).

Os obstáculos sucedem-se em explicações repetidas das mesmas causas que se interligam e cujas consequências resultam no empobrecimento da Arte e na ameaça à sua sobrevivência.

A referência à inexistência de fundos arenosos onde a pesca possa ser realizada sem incidentes nas redes e na “caçada” é inevitável, assim como a necessidade de redução do tamanho da Arte seja em virtude do reduzido espaço hoje disponível para lançar as redes seja em relação à redução atual do número de elementos das campanhas.

A esse propósito, esclarece-nos o Pescador nº 10:

“Agora também não se pode largar cinco e sete cordas fica-se logo fixe numa pedra. É muita pedra. Às vezes, a gente chega lá mais [longe], fica logo tudo fixe.” (Pescador nº 10, 2017).

Conclusão, parte-se a rede, perde-se a pescaria. Um prejuízo duplo, numa Arte cada vez menos rentável.

Porque há anos, o ano passado e este ano; o ano passado foi fraco e este ano é ainda mais fraco. Porquê? Vamos lá a ver... eu vejo aqui à minha maneira. O tempo é que manda a areia para terra e para o mar. Se viesse um vendaval antes para levar a maior parte da areia... porque é assim, esta areia que está aqui, que tapa as rampas, faz falta lá mais ao mar, porque as redes ficam fixe porque [a areia] não cobre as pedras, cabos de arame, descobre fатеixas perdidas há centenas de anos, descobre tudo e a gente parte a rede, a rede não pode largar mais do que aquelas... (Pescador nº 7, 2017).

Antigamente contavam com áreas mais propícias, onde a abundância de algas constituía o habitat ideal para muitas espécies de peixes. Essa é a convicção de vários pescadores, incluído o Pescador nº 10, para quem

“As algas também criavam abrigos. O peixe estava ali à sombra. Quando havia mais esconderijos havia mais salmonetes. Acabou o limo desapareceu o peixe todo. Desapareceu.” (Pescador nº 10, 2017)

O Pescador nº 9, também concorda que

“[As algas] Era a casa do peixe. Aquilo era um abrigo.” (Pescador nº 9, 2017).

E sem elas, o mar, para este tipo de pesca ficou mais pobre.

O Pescador nº 7, refere

“Eu cheguei aí um ano, do tempo que o chicharro mouro..., que o peixe era tanto, tanto, tanto, tanto que eu pesquei alguns três barcos carregados de carapau mouro. Ainda vendi alguns vinte e tal contos na lota e não tinha pescado mais porque não tinha barcos para

carregar. O peixe estava mesmo aqui à beira.” [e, acrescenta] “Já os banhistas andavam de camaroeiro a apanhar. O peixe vinha mesmo aqui à beira-mar... à beira-mar! É verdade!” (Pescador nº 7, 2017)

“Isto está tudo galgado, só tem pedra, não tem areia. (...) Foi, foi. [a poluição] Só havia aqui o esgoto, mais nada. E com as fábricas lá em cima... [agrava-se a situação] (Pescador nº 10, 2017),

Onde há poluição, o peixe afasta-se. É curiosa a sua perceção em relação à poluição. Para eles, a existência do esgoto que desaguava na praia, embora prejudicial, não tem comparação com os químicos das fábricas. Para estes pescadores os químicos das fábricas são os grandes responsáveis pelas alterações verificadas porque “destroem toda a fauna”.

Pois, depois foi indo, foi indo, foi desaparecendo a seiva toda da Arrábida, era o sítio ali de toda a qualidade de peixe e toda a qualidade de marisco. Nunca faltava. Ia-se lá [à Arrábida] de dia, de noite, apanhava-se mariscada sempre. (Pescador nº 10, 2017).

Agora, além do empobrecimento dos fundos, não se pode pescar. Para esta zona, tal como em todo o litoral português, pretende-se uma reconversão ambiental, numa tentativa de reflorestação das pradarias e de proteção do meio, mas os interesses e pressões turísticas, esses continuam a fazer-se sentir numa carga humana dificilmente justificável do ponto de vista ambiental.

Para estes pescadores as diversas alterações verificadas muito contribuíram para a situação precária que hoje enfrentam: menos variedade de espécies, menor quantidade de peixes e redução do espaço para realizarem a Arte Xávega.

2.4 Fatores de Ordem Demográfica

Um outro fator do seu declínio, ou até consequência, é o envelhecimento das companhas e o facto de a prática da Arte Xávega não ser atrativa para os jovens. Estes pescadores conhecem bem as suas limitações e a complexidade das sociedades atuais, razão pela qual, afirmam que “com os velhos morre a Arte”. Os novos, não se interessam por esta profissão, e em boa verdade, “não sabem nem querem aprender”. O elo geracional que durante anos acompanhou linhagens de pescadores da Arte Xávega está em risco de rutura fazendo perigar a sua continuidade.

O Pescador nº 2 refere:

“Ah, senhora, isto em acabando os velhos, isto acaba tudo.” (Pescador nº 2, 2017)

O Pescador nº 3, também liga o declínio da Arte Xávega ao envelhecimento das companhas e à falta de atratividade que não permite a sua renovação:

“Tem a ver mas é com as idades. Os mais velhos vão-se indo embora, não vem carne nova para isto...” (Pescador nº 3, 2017)

Já o Pescador nº 5, relaciona o declínio da Arte com o desconhecimento existente sobre ela. As companhas são cada vez mais idosas e, de acordo com a sua opinião, não dominam o “saber da Arte”, “os preceitos”, aspetos essenciais para a manter viva:

“O mais velho era o que conhecia disto como eu, o lado de redes e tal, agora os outros não sabiam nada. Não sabem, não sabem.” (Pescador nº 5, 2017)

Para justificar o desinteresse dos mais jovens por esta Arte, conta-nos uma conversa que teve com o neto, extrapolando para a juventude em geral:

“Eu tinha um neto, e tenho! Vai fazer 20 anos e disse "Ó 'ninho, o avô vai-te ensinar., e nada! As pessoas hoje não ligam.... E então esta rapaziada nova, eles querem é comer, querem é que a gente lhes dê comer e não querem ter mais nada. E ainda da nossa reforma, que eles [os pescadores da companha] estão reformados, ainda temos de lhe dar e nunca lhes chega.” (Pescador nº 5, 2017)

O pescador nº 7, refere idêntica abordagem junto do filho, igualmente sem sucesso, como se pode inferir da sua narrativa:

“Os novos, ninguém querem. Tenho um filho - que já teve empregado em terra, agora está no mar -, que tem carta de contramestre e tudo, mas não quis... Eu disse, [ao filho] ficas tu, com isto. "Eu não quero nada disso!". Não quer!... "Olhe deite-lhe fogo!", disse-me ele. [Fica, por momentos, em silêncio. Depois, retoma o diálogo] É! Não quer, não quer! E anda aí num barco da pesca do polvo e do marisco.” (Pescador nº 7, 2017).

Subjacente fica alguma tristeza por não haver continuidade, mas a certeza de que esta não é uma vida fácil e que, para “os filhos quer-se o melhor”, faz com que a resignação seja incontornável.

Também a pescadora entrevistada na qualidade de nossa informante privilegiada, relaciona o declínio da Arte com a idade avançada, porque, em sua opinião, o que se pratica hoje já não é a verdadeira pesca com Arte Xávega, mas sim, uma reinvenção da Arte:

“Há poucos [pescadores da Arte Xávega], no ativo. Agora vão mais assim por um desporto. Quando é que vêm mais os turistas é se veem mais. O ano passado foi tão giro ali, na praia. É muito bonito, é muito bonita. E puxa [atrai] os turistas. (Informante privilegiada, Entrevista nº 6, 2017)

Entre as várias razões apontadas, também o Pescador nº 8 realça a avançada idade:

“E a última coisa é que as pessoas que pescavam já estão a morrer. Pescadores há aí dois ou três. (Pescador nº 8, 2017)

Quanto à renovação das companhas era preciso que a Arte fosse rentável, para que pudesse constituir motivo de atração. Assim, apenas os mais velhos persistem, como se depreende das suas palavras:

“Punham os rapazes aí a puxar, mas os rapazes não ganhavam nada!... Eles [os rapazes] também queriam algum dinheirinho para à noite irem beber um shotzinho. Se não ganham nada, quem é que aguenta isto? Somos nós! [os velhos] Que estamos preparados p'ró nada! Tudo o que vier é bom, mas estamos preparados p'ró nada. E eles, não!” (Pescador nº 8, 2017)

Para o Pescador nº 12, o envelhecimento das companhas é o principal fator:

“É por isso que eu acho que isto tem os dias contados.” (Pescador nº 12, 2017)

As restrições normativas são apontadas como a principal causa do abandono. Impedem-nos de progredir porque os obrigam a uma forma de operar que não garante nem estabilidade nem sustento; o que se reflete na falta de atratividade desta arte que faz com que seja operada apenas por companhas envelhecidas. Os jovens procuram outras ocupações mais rentáveis e estáveis. Efetivamente a falta de interesse dos mais jovens em se ocuparem desta Arte também é considerado, como vimos, um fator chave para a renovação da Arte.

Uma das nossas Informantes considera que:

os novos estão a fugir todos porque eles não dão aí chance nenhuma à juventude. [E explica-nos porquê]: O meu filho tinha um bote. E ele foi para fora e teve que vender. É porque ele não podia pescar do Parque [Marinho]. Nunca lhe deram autorização. E ele teve que vender e teve que emigrar... (Informante privilegiada, Entrevista nº 6, 2017).

2.5 Razões do declínio: visão dos nossos informantes privilegiados

De um modo geral, os nossos informantes privilegiados consideram que à medida que são confrontadas com as mudanças, estas pequenas comunidades vão-se, obrigatoriamente, adaptando às novas realidades. Consideram existir tantos fatores com particular incidência na atividade da Xávega que, aos pescadores, não lhes resta outra

alternativa senão adaptarem-se. O declínio da Arte Xávega, segundo estes informantes, é, nas atuais condições, inevitável.

Nas suas narrativas são apontados dois aspetos principais: por um lado, referem o carácter restritivo das normas que regulam a Arte Xávega, ao qual imputam a sua falta de desenvolvimento pela intransigência de que se revestem; por outro, o ritmo alucinante da atual sociedade que não permite que estas vivências se perpetuem.

De acordo com as suas perceções, a adaptação destas comunidades passa, muitas vezes, pela cessação da atividade, ou pela transformação da mesma numa arte performativa para gáudio dos turistas, razão pela qual, referem, são cada vez menos as companhias a operar no Concelho, e, em geral, no resto do país.

Em suma, na opinião da maioria dos nossos entrevistados, o declínio da Arte Xávega deve-se, essencialmente, ao progresso; ou seja, às alterações ocorridas na sociedade. O carácter artesanal desta Arte e a sua escassa produtividade estão desajustados dos ritmos e solicitações da sociedade atual. O progresso trouxe consigo outras condições, outras necessidades e vivências, seja em termos de consumo seja em termos de produção, que provocaram a alteração dos ritmos de vida assim como das estruturas familiares. A estrutura familiar tradicional é a ancora da Arte Xávega.

Para um dos nossos informantes privilegiados o declínio é fruto do que está a acontecer, ou seja,

“é fruto provavelmente da nossa comunidade (...) e quando falo da nossa comunidade não é só da nossa comunidade de Sesimbra, falo da comunidade num todo, do país. A nossa sociedade vive a um ritmo alucinante. (Informante Privilegiado, Entrevista nº 13, 2017)

Atualmente, a vida tem novos ritmos e outras necessidades e solicitações cujas consequências atingem a vida familiar e a sua organização tendo uma repercussão direta nas atividades anteriormente realizadas assim como nos tempos disponíveis e tarefas que compunham o quotidiano destas pequenas comunidades. Da narrativa do Informante nº 13 destaca-se a alteração registada na vida familiar que, em sua opinião, contribui para o declínio da Arte Xávega no Concelho. O papel, então destinado à esposa, permitia que o homem se dedicasse a outros afazeres:

“(...) estamos a falar de Aldeia, em que se desenvolvia, como eu disse, uma agricultura de subsistência, em que um dos cônjuges trabalhava mas o outro estava sempre em casa, normalmente era a esposa que estava em casa e, portanto, havia sempre algum tempo disponível para poder praticar este tipo de atividade e também como um complemento remuneratório à reforma. (Informante Privilegiado, entrevista nº13, 2017)”

Da narrativa do mesmo Informante são notórias as alterações sociais ocorridas cujo impacto tem particular importância na transformação destas vivências, designadamente o facto de ambos os cônjuges trabalharem e da repartição das tarefas do lar:

“Hoje em dia, com o ritmo frenético que temos e com as solicitações que temos não há tempo sequer disponível, com raríssimas exceções, não é? para desenvolver este tipo de atividade. E, portanto, as pessoas hoje têm outro tipo de solicitações, ou seja, a vida não lhes permite despende ao final do dia de uma hora, duas horas, três horas, quatro horas. Normalmente os homens chegavam a casa e já tinham, digamos, as coisas preparadas, eles chegavam, iam todos numa carrinha ou num trator até à praia, alguns levavam a sua própria viatura, uma mota ou um carro, mas estavam ali até à meia-noite, até à uma da manhã e, portanto, as pessoas faziam determinado tipo de esforço. Hoje em dia, como a vida está, ou seja, é necessário tomar conta dos filhos, é necessário ir buscar um a um lado porque, entretanto, eu cheguei a casa, vim do trabalho e tenho que fazer o jantar, tenho que arrumar a casa, o outro filho anda no futebol ou anda numa atividade desportiva...E a própria esposa trabalha e, portanto, todo este ritmo e toda, digamos, esta evolução que a sociedade teve fez com que cada vez menos pessoas, digamos, tivesse a apetência para desenvolver a atividade.” (Informante Privilegiado, Entrevista nº 13, 2017)

Outras razões apontadas para o declínio prendem-se com a tipologia da Arte Xávega praticada no Concelho que, segundo este interlocutor, sempre foi considerada como complemento; com a composição das companhias cujos elementos são de idade avançada e, ainda, com a rentabilidade da Arte, ou melhor, a falta dela.

“Há, efetivamente, ao fim de semana, sobretudo, ao fim de semana, ou sobretudo no Verão, mas quando falo no Verão é o mês de agosto (...), mais por brincadeira, as pessoas ainda vão lá tentar ajudar e fazer [a Arte Xávega]. Mas eu vejo que aqui em Sesimbra, ao contrário do que existe noutras comunidades aqui bem próximas, como é o caso da Fonte da Telha e da Costa da Caparica, em que os pescadores são pescadores mesmo pro-fis-sionais desse tipo de arte e, portanto, eles desenvolvem esta Arte de uma forma... digamos, diária, profissional, (...) Aqui, sempre foi considerada como que um complemento remuneratório e uma ajuda, digamos, p’ra família, nunca foi entendida sempre como uma arte profissional. Pronto!” (Informante Privilegiado, Entrevista nº 13, 2017)

Depois, uma outra situação que também eu acho que tem, que tem, digamos feito com que isso vá... tenha vindo a ...a decair, é a idade, digamos, das pessoas. Portanto, como não há entrada... digamos, não há, um rejuvenescimento, portanto, da companhia vai-se, digamos, elas vão-se degradando e, portanto, não há pessoas sequer para o fazer. (Informante Privilegiado, Entrevista nº 13, 2017)

E, depois, o retorno que se tira hoje; porque isto são atividades que são desenvolvidas, mas têm que se dar licenças. Depois, têm..., têm..., têm as artes; cada vez que se rompem têm custos enormes! (Informante Privilegiado, Entrevista nº 13, 2017)

Um outro aspeto assaz importante da narrativa sobre as causas do declínio diz respeito à disponibilidade requerida pela Arte Xávega e com as atividades que em torno dela gravitam, como por exemplo o trabalho de “atador de redes”⁹⁷, de calafate, de pintor, de carpinteiro naval, enfim de uma série de ocupações que também foram desaparecendo à medida em que o seu retorno financeiro se tornava insustentável. Diz-nos, a este propósito

“Não há quem perceba de... digamos, de arranjar a Arte. O barco tinha que ser todos os anos pintado, tinha que ser...tinha que se por a estopa e tinha que se pintar. Portanto, a rede, normalmente, todos os anos, tinha que ser pintada. A tinta era feita de uma forma muito especial... que era casca de pinheiro em água a ferver e, portanto, tirava-se e dava aquela cor assim bordeaux. A tinta era isso! Portanto, não havia cá tintas artificiais. Era uma tinta natural. Era a casca do pinheiro fervida em água e, portanto, depois a rede era lá mergulhada e depois era seca ao sol. Pronto! E era esticada. Pronto!” (Informante Privilegiado, Entrevista nº 13, 2017)

Às razões já apontadas juntam-se os efeitos das exigências da legislação comunitária cujas alterações e repercussões na pequena pesca, em especial na artesanal e em particular neste tipo de pesca artesanal (envolvente arrastante), têm tido consequências devastadoras, nomeadamente na extinção de várias Artes; outras, porém, procuram novas formas de sobrevivência, adaptando-se a novas realidades. Segundo o nosso Informante da Entrevista nº 13:

Todos estes fatores, portanto, aliados à questão que depois, com a entrada de determinado tipo de normas da comunidade europeia... o manuseamento. Antigamente as caixas eram de madeira, agora são de plástico; os peixes têm de ser rastreados.... Todo esse tipo de legislação fez com que, digamos, se fosse perdendo.... As pessoas ficaram chateadas com tanta burocracia para uma coisa tão pequena, digamos assim. E isso fez com que se fosse perdendo o gosto, como eu disse, e as pessoas se fossem alheando deste tipo de arte, e portanto fazem, digamos, que é isso que eu acho que vai ser o futuro, é a arte ser desenvolvida quase que como uma arte tradicional, algo da nossa identidade mais cultural, como uma representação. (Informante Privilegiado, Entrevista nº 13, 2017)

Nada que se desenvolva como uma atividade comercial propriamente dita. Portanto, isso tem tendência a morrer e, portanto, as pessoas, digamos, os donos dos barcos que eu conheço, já têm... sei lá! O mais novo deve ter p'r'aí sessenta e tal setenta anos! Portanto,

⁹⁷ Homem que repara as redes

quando eles morrerem não têm família para seguir esta atividade e, portanto, não estou a ver... do meu ponto de vista, sobretudo as do Meco. E aqui em Sesimbra passa-se exatamente a mesma coisa. As pessoas, os pescadores aqui de Sesimbra também têm uma idade bastante avançada, as restrições impostas, sobretudo aqui por causa do Parque Natural também são bastante elevadas... e dificultam o próprio desenvolvimento da atividade. (Informante Privilegiado, Entrevista nº 13, 2017)

Já para o Informante Privilegiado da Entrevista nº 14, as razões do declínio, embora associadas ao progresso, incidem na falta de modernização da frota e na consequente forma de pescar, assim como na inevitável escassa rentabilidade da Arte Xávega decorrente das imposições legais, em particular, das decorrentes do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA).

“Para mim é claro que tem havido um declínio acentuado. Eles talvez fossem 20 ou 30 Arte Xávegas no Concelho há umas décadas atrás, neste momento, como referi, são: duas em Sesimbra, duas no Meco... são quatro. É um declínio acentuado porque à medida que a frota, e com a construção da, da muralha, do Porto de Abrigo, nos finais de... ou nos inícios dos anos oitenta, fez com que a frota conseguisse ter barcos maiores, com maior capacidade, com maior modernização, com motores com mais força. Isto para chegar aonde? Ou seja: antes esperava-se que o peixe chegasse aqui ao areal praticamente. A partir do momento em que as embarcações, cada vez, conseguem pescar mais fora, o peixe não consegue chegar tão perto. Portanto, é capturado muito antes de chegar. Eles [os pescadores da Arte Xávega] estão parados no areal à espera que o peixe chegue praticamente à bora d'água... e não conseguem! As vendas têm diminuído. A questão do POPNA em limitar a três pescas por semana, a um período de seis meses, ainda limita mais a rentabilidade que eles podem ter. Eles vão-se adaptando até não acabarem, mas eu acho que no futuro próximo estará, talvez condenado a desaparecerem, porque não é economicamente sustentável. Eles não conseguem tirar uma rentabilidade... eles têm-se adaptado, mas as companhas é realmente compostas por familiares que têm essa tradição, de alguns reformados que vão ali talvez buscar um peixe para o almoço ou para o jantar ou para o dia seguinte, que é para contribuir no orçamento familiar, mas pouco mais conseguem do que isso.” (Informante Privilegiado, Entrevista nº 14, 2017)

Para o nosso Informante Privilegiado da entrevista nº 15, a adaptação parece ter sido efetuada de forma lógica e simples:

Optaram por outro tipo de pesca que não obedeça à sazonalidade e que possa ser mais rentável, sem que tenha transparecido qualquer tipo de dificuldade quanto à sua adaptação. (Informante Privilegiado, Entrevista nº 15, 2017)

Capítulo 4 – De arte predatória e económica a património cultural

As práticas e formas de vida das comunidades de pescadores do nosso estudo que, ao longo de gerações, se têm mantido enraizadas por laços afetivos e por relações recíprocas que lhes permitem manter um legado histórico e cultural comum esbarra hoje com a volatilidade e insegurança de um mundo onde nada é constante (Bauman, 2001).

Habitados a uma insegurança e inconstância relativa que faz parte da sua vivência quotidiana e que, de certa forma controlam – não no sentido de a modificarem, mas de a conhecerem e como tal, encontrarem estratégias de proteção – estes pescadores são hoje confrontados com uma insegurança externa resultante de práticas e linguagens para eles incompreensíveis (Giddens, 2000).

As exigências que lhes são impostas para a sua própria proteção e manutenção dos recursos vitais de que sobrevivem, são-lhes estranhas e inacessíveis. Por isso, continuam a lutar pelo seu modo de vida e pelas suas práticas que consideram justas e inofensivas, mesmo sabendo que têm “os dias contados”.

Para eles, o mar não tem fronteiras e ao serem colocadas fronteiras no mar acabam com o seu modo de vida. A sua lógica é simples e decorre de uma experiência de saber feito, quotidianamente, ao longo de gerações. O aperfeiçoamento das suas capacidades sensoriais desenvolveu nestes pescadores uma intuição que lhes faculta a compreensão de ciclos, comportamentos e fenómenos da natureza que em outros domínios são inexplicáveis. Eles aprenderam a conhecer os sinais do tempo (atmosférico), o ritmo da maré, o percurso dos cardumes, numa relação intemporal do caçador e da presa. Se a liberdade e abundância de outrora permitia que o peixe viesse até ao pescador ou que este, por sua vez, fosse ao seu encontro, hoje, a falta de liberdade e as barreiras colocadas impedem esta relação, aniquilando o modo de vida específico destas comunidades.

O mais grave é que as lógicas utilizadas para repor uma sustentabilidade ameaçada, são elas próprias, confusas, contraditórias, aparentemente pouco consistentes e redutoras, porque as mudanças que nos atingem não se restringem a locais específicos, antes se fazem sentir um pouco por toda a parte.

Muitos dos problemas com os quais nos debatemos atualmente tem uma origem antrópica e afetam-nos a todos, independentemente da nossa condição ou do local que

habitemos. Somos hoje, movidos por lógicas que nos ultrapassam e que nos são incompreensíveis. Fazemos parte de uma grande família que está a influenciar e a reestruturar o nosso modo de vida. Mas será que queremos? E de que forma lhe poderemos escapar? (Giddens, 2000)

É esta resistência a uma mudança quase impossível que se mantém no “genre de vie” destas comunidades de pescadores da Arte Xávega, onde a tecnologia ainda não conseguiu penetrar cabalmente, nem tão pouco as lógicas economicistas. “Ganha-se o que vier e come-se o que o mar dá, para isto não morrer!”

Massacradas pelos efeitos de uma globalização implacável, as comunidades da Arte Xávega vão-se desmoronando numa vitalidade agonizante. A manutenção do seu modo de vida, não se trata de fundamentalismo, antes de preservar o direito a uma cultura que é a sua, mas que dificilmente resistirá à globalização e às lógicas da modernidade.

Neste Capítulo pretende-se traçar à luz das perceções dos nossos interlocutores a desmitificação do estigma que impende sobre a Arte Xávega e as potencialidades que detém para poder singrar, e que decorrem do seu carater de resistência. O capítulo encontra-se dividido em dois pontos principais e um subponto, a saber: Ponto 1 - A Arte Xávega não é considerada uma Arte predatória. Aqui, apresentam-se as razões que, por via das vivencias, conceções e saberes dos nossos interlocutores, justificam não se tratar de uma Arte destruidora. Ponto 2 – Perceção dos pescadores sobre o futuro da Xávega. Neste ponto, dá-se a conhecer a forma como os pescadores em razão das suas experiências perspetivam o futuro desta Arte. Subponto 2. 1 – (In)certeza no futuro: É possível salvar a Arte Xávega? Este subponto procura compreender a continuidade da Arte Xávega enquanto afirmação cultural que estrutura e molda as comunidades que dela dependem.

1. A Arte Xávega não é considerada uma arte predatória

As características da Arte Xávega e a especificidade da forma como é praticada, não lhe confere, no entendimento dos nossos interlocutores, um carácter destruidor, como ilustram os testemunhos recolhidos. Existem, em seu entender, outros fatores substancialmente mais danosos para o ambiente.

Para os nossos interlocutores a Arte Xávega é uma arte tradicional que deve ser preservada. O facto de se manter fiel à sua forma original de “pesca cega” faz com que

o impacto ambiental da sua atuação seja percebido como praticamente inexistente. Consideram que o empobrecimento dos fundos (o desaparecimento das florestas de algas e as alterações nos fundos – menor quantidade de areia, etc) tem uma ação direta sobre o desaparecimento do peixe sendo responsáveis pela sua escassez. Apontam, inclusivamente, sugestões de intervenção que na sua ótica seriam bastante mais benéficas quer para o meio quer para as próprias comunidades piscatórias.

A Arte Xávega não é considerada por nenhum dos pescadores entrevistados uma Arte destrutiva. Para eles trata-se de uma Arte manual que pouco evoluiu e que se efetua num espaço circunscrito - em áreas reduzidas, à beira-mar. Além disso, só se efetua quando as condições climáticas o permitem, e nas condições impostas pela legislação restritiva do Parque, pelo que a sua prática é limitada.

“Eu acho que não. Que não destrói. Eu acho que a caça submarina destrói mais. Eu acho que! Por aonde é que passa não deixa rasto!” (Pescador nº 6, 2017)

“Eu acho que isto não destrói. Aquelos barcos d'arrasto grandes, potentes que andam aí levam tudo, tá bem... agora isto da Arte Xávega?! a nossa é artesanal...não! É tudo manual! A nossa não prejudica nada.” (Pescador nº 8, 2017)

“Que destrói o peixe? Agora! Não!” (Pescador nº 10, 2017)

“Nada! Até é raro o peixe vir até aqui. Até fizemos aí uns lanços e nem apanhámos nada! Não há praticamente nada dentro do saco, o que é que eu vou fazer aí? Dar trabalho ao pessoal?!” (Pescador nº 7, 2017)

De forma semelhante, os nossos informantes, apesar de reconhecerem que a Arte Xávega está classificada como uma arte envolvente arrastante, a grande maioria não lhe reconhece os efeitos nocivos do arrasto que classificam de forma diferente: mais agressivo, mas intrusivo e prejudicial. Apenas um dos informantes a referiu como

“uma arte envolvente-arrastante com as dificuldades e os perigos inerentes, em especial em águas marítimas do norte do país, onde as embarcações de madeira têm de conseguir vencer a zona de rebentação das ondas e avançar mar dentro para soltar a arte.” (Informante Privilegiado, Entrevista nº 15, 2017)

Os efeitos ambientais nocivos desta Arte de Pesca dificilmente são perceptíveis pela maioria dos nossos informantes. Independentemente da experiência que cada um deles teve em relação a esta tipologia de pesca, consideram que os obstáculos colocados à sua realização assim como os locais destinados à sua execução têm um efeito direto na sua produtividade, que admitem ser escassa. Desta forma, os eventuais efeitos perniciosos

da pesca esbatem-se em argumentos como a periodicidade, a localização (especificidade), o carácter artesanal e a baixa produtividade.

“Ela é classificada como um cerco arrastante, uma arrastante envolvente,...mas, para quem conhece este tipo de pesca e conhece o arrasto puro e duro não tem nada a ver. Eles não trabalham com as portas como tem o arrasto industrial que praticamente cravam no fundo e consegue arrastar tudo à sua... à medida que vão andando; esta Arte se apanhar uma pedra ou algo do género, fica presa, parte. Só conseguem trabalhar em fundo limpo, em areia... Não vejo que isso seja devastador para o ecossistema, para o meio ambiente, até porque trabalham da praia para o mar, portanto não lhes permite andar atrás do pescado, largam praticamente sempre no mesmo sítio, nos mesmos sítios do areal; portanto ou o peixe passou naquela zona ou não passou, porque eles não andam atrás do pescado. Se existir diversidade e a espécie estiver sustentável eles capturam se não existir nada, por algum motivo, eles também não apanham nada. Portanto, não me parece que seja por aí... que haja algum problema de sustentabilidade. Não é a pesca mais sustentável; temos a pesca de linha, mas para mim não me parece, pelo menos as nossas que temos aqui. A maioria, três, é feita a remos, não me parece que faça grande pressão sobre os recursos.” (Informante Privilegiado, Entrevista nº 14, 2017)

“Mas hoje também é só quando têm em excesso... uma captura muito grande, de resto é só coisas muito pequeninas...” (Informante Privilegiada, Entrevista nº 12, 2017)

Para o nosso interlocutor Privilegiado, da Entrevista nº 13, a Arte Xávega não é uma atividade predatória e, considerando a sua especificidade, requer outro tipo de abordagem legislativa com vista à sua preservação e bem assim das próprias comunidades que dela dependem. Infere-se da sua narrativa que o quadro legislativo se apresenta desajustado, necessitando de uma reformulação profunda, não apenas ao nível da Arte Xávega, mas da pesca em geral.

(...) e porque eu entendo que esta Arte ao contrário do que muita gente diz, não é uma Arte predatória e, portanto, apesar de capturar juvenis, apesar de capturar juvenis, eu volto a frisar, não é uma Arte predatória nem é uma Arte que, digamos, que dê cabo do próprio ecossistema. E é uma Arte, como está agora provado, aliás, saiu agora uma nova legislação exatamente para prever que, exatamente na Arte Xávega, se possa pescar o chamado pelim [carapau pequenino] porque se chegou à conclusão... finalmente! Mais vale tarde do que nunca!... Que, digamos, que a quantidade de peixe que é apanhado, capturado por esse tipo de Arte, é ínfima (!), digamos, no computo geral e não, digamos, não fazia sentido estarmos... estar-se, digamos, a legislar e a penalizar este tipo de Arte e este tipo de comunidades. Finalmente o bom senso imperou e nós temos que diferenciar aquilo que é diferenciado: Aqui nós não podemos dizer tu pelinzinho não entres agora aqui porque eu só quero um apanhar um peixe com três quilos! Portanto, isto não existe. Isso só posso se

meter um anzol com uma determinada dimensão que está direcionado a um peixe maior e portanto que não apanha um pequenino, porque os pequeninos desiscam o anzol. Portanto, isto não ser... e portanto, acho que nós temos que nos preocupar com outro tipo de artes sobretudo com o arrasto, não é? Que é uma Arte muito mais predatória e que toda agente sabe o que é que faz e ... e tínhamos que nos preocupar também com outra coisa que tem a ver com a valorização do próprio peixe e digamos do próprio desenvolvimento da atividade a nível nacional que é a legislação e nós termos muito mais guerreiros na defesa dos nossos interesses. (Informante Privilegiado, Entrevista nº 13, 2017)

Outro dos nossos Informantes Privilegiados refere:

Ambientalmente prejudicial não considero que seja. Contudo, tendo em conta onde a arte é praticada, considero que possa ter o seu grau de prejudicial ao ecossistema na medida em que não sendo uma arte seletiva, existe a probabilidade de ocorrência de lanços em que predominem espécies que não tenham o tamanho mínimo. (Informante Privilegiado, Entrevista nº 15, 2017)

Um outro Informante Privilegiado, considera que embora seja

classificada como um cerco arrastante, uma arrastante envolvente... hum... mas, para quem conhece este tipo de pesca e conhece o arrasto puro e duro não tem nada a ver. Eles [os pescadores da Arte Xávega do concelho] não trabalham com as portas como tem o arrasto industrial que praticamente cravam no fundo e consegue arrastar tudo à sua, à medida que vão andando. Esta Arte se apanhar uma pedra ou algo do género, fica presa, parte. Só conseguem trabalhar em fundo limpo, em areia ... não vejo que isso seja devastador para o ecossistema, para o meio ambiente, até porque trabalham da praia para o mar, portanto, não lhes permite andar atrás do pescado. Largam praticamente sempre no mesmo sítio, nos mesmos sítios do areal!... portanto, ou o peixe passou naquela zona ou não passou, porque eles não andam atrás do pescado. Se existir diversidade e a espécie estiver sustentável eles capturam, se não existir nada, por algum motivo, eles também não apanham nada. Portanto, não me parece que seja por aí... hum... que haja algum problema de sustentabilidade. [Não acha que seja prejudicialmente, ambientalmente prejudicial, queria eu dizer] Não é a pesca mais sustentável! Temos a pesca de linha, mas para mim não me parece, pelo menos as nossas que temos aqui. A maioria, três, é feita a remos, não me parece que faça grande pressão sobre os recursos. (Informante Privilegiado, Entrevista nº 14, 2017)

Para os pescadores entrevistados, as causas para a destruição dos fundos e para a escassez de peixe não se relacionam com a Arte Xávega, mas sim com alterações de ordem física ligadas a causas naturais e antropogénicas, anteriormente explicitadas e que vão desde os movimentos das areias, aos ventos que tanto regulam como desregulam a disponibilidade de peixe e a possibilidade de o pescar, ou à apanha massiva das algas, entre outros. A existência de alterações física no meio, de origem

antropogénica, é, na opinião destes pescadores, a grande responsável pela destruição e empobrecimento dos fundos e terá, por sua vez, dado origem ao aparecimento e desenvolvimento de outras espécies que consideram predatórias, e “não amigáveis” da pesca com Arte Xávega, como os roazes do Sado ou o excesso de cardumes de cavala que responsabilizam pela destruição dos berçários.

A Gestão marítima e a atual regulamentação da ocupação do mar é outro aspeto que apontam para o empobrecimento dos fundos e desta Arte de pesca, a par de uma fiscalização ineficaz.

Para o Pescador nº 7, a causa não se prende com o facto de a malhagem pequena capturar juvenis, mas com a existência de demasiados barcos licenciados. A resposta das autoridades reside na proibição de capturas, atingindo especificamente determinadas artes de pesca. Porém, a sua ação é pouco compreensível para estes pescadores que consideram haver outras formas mais eficazes de gerir o património marinho. Há uma clara e inequívoca necessidade de pescadores e autoridades em proteger o mar, mas há, simultaneamente, uma dessincronização no discurso de ambos. Para estes pescadores a pergunta desencadeia uma multiplicidade de situações, designadamente, a polémica das malhagens que, em sua opinião, não constitui a causa da falta de peixe:

Eles pensam, pensam que é por causa da falta de peixe muitas vezes, e que a malha pequena apanha o peixe pequeno, mas eu, a mim não me convence disso. (Pescador nº 7, 2017)

Já em relação ao excesso de barcos e de covos por todo o litoral, acreditam que a sua ação é bastante mais prejudicial.

Eles veem que começa a haver muitos barcos...isso é tal e qual como agora o polvo. Cada vez havia mais, agora isto a correr do Norte ao Sul, não há lugar nenhum que não tenha covos largos ao polvo. (Pescador nº 7, 2017)

A pesca intensiva de determinadas espécies e as medidas proibitivas têm, na forma como percecionam as questões da Arte Xávega, um objetivo específico: o de terminar com algumas artes de pesca, onde se inclui a Arte Xávega.

“Eles fazem isso é porque tentam acabar com certas e determinadas Artes de Pesca.”
(Pescador nº 7, 2017)

Mas aquilo há artes... é como as traineiras. Dizem... até se fala na televisão proibir mais quinze anos [a captura de sardinha] ... eles são malucos! São malucos! (Pescador 7, 2017)

As decisões tomadas pelos poderes públicos com vista à preservação é, para eles, incompreensível. Não existe, na opinião destes pescadores a devida salvaguarda e as medidas de proteção existentes assentam exclusivamente em proibições, o que faz aumentar o descrédito e a desconfiança em relação aos poderes públicos. A sua visão é local e as soluções que passam por uma política global são-lhes estranhas porque, para eles, “o mar não tem fronteiras”.

“Até no ano passado o que não falta aí é sardinha. Aí ao Norte e ao Sul. Não sei como é que eles pensam...” (Pescador nº 7, 2017)

“Não há uma salvaguarda para a gente ir pescar. Já que a lei é da Capitania, mas a Capitania não faz nada. Nada!. Não faz nada. Nada!” (Pescador nº 8, 2017)

A incompatibilidade de usos é sentida por estes pescadores seja em relação às concessões de praia, seja em relação às embarcações de recreio. De facto, existe um zonamento da utilização da praia, com regras, que autoriza a existência de várias atividades não conflitantes. Todavia, e segundo estes pescadores, na prática, as regras não são cumpridas, o que tem uma ação direta na operação da Arte Xávega com repercussões, muitas vezes negativas, para eles. Sentem-se desamparados, porque as suas “queixas” não são ouvidas.

Diz-nos o Pescador nº 8:

“Outra coisa aqui em Sesimbra; os banheiros não aproveitam nada a nossa pesca [não facilitam]. Nada! Largam aquelas cordas... A lei da Capitania era só largar agora de manhã, à tarde tirar. Eles não fazem nada.” (Pescador nº 8, 2017)

“Ao fim da época eles [os concessionários] têm por exemplo, umas pedras grandes e que ficam para ancorar a rede e se a pedra está muito fixe, depois cortam e fica lá. A gente vai puxar a rede e parte a rede.” (Pescador nº 8, 2017)

A fiscalização ineficaz é também um problema que se repercute diretamente no desempenho desta atividade pesqueira.

“Os barcos de recreio têm ali a Marina e têm a Doca [para fundear]. Não! [Não vão ancorar lá, mas sim no local onde eles pescam] No sábado passado estava barcos desde ali do Hotel do Mar até ao SPA. Chegamos ali e, agora?! Onde é que a gente vai pescar? (Pescador nº 8, 2017)

“Eles não podiam pescar mas a guarda não está lá sempre ao pé, nem em cima! Diz-nos o pescador nº 1 em relação à ação destruidora dos arrastões. E prossegue a sua narrativa, como que justificando a diferença de atuação entre a Arte Xávega e os Arrastões: Mas é

que o arrastão, arrasta por aí fora... é capaz d'ir quilómetros a arrastar, quilómetros!”
(Pescador nº1, 2017)

Face ao estado atual da pesca, estes pescadores encontram outras formas de salvaguardar a sua atividade e, conseqüentemente, o seu modo de vida. Defendem, para esse efeito, paragens na pesca em relação a determinadas espécies, como os períodos “de defeso” ou uma gestão diferente da exploração do mar quer no que respeita à sua ocupação quer no que respeita ao número de licenças emitidas para a sua exploração.

“(...) Agora haver um defeso, quando ela está para desovar, isso, sim senhor! Estou de acordo! Mas como eles fazem, como eles pensam, não concordo!” (Pescador nº 7, 2017)

Em defesa desta Arte, alegam os pescadores a qualidade e frescura do peixe que apanham. Também a pouca expressão das quantidades capturadas reforça a convicção de que esta não é uma Arte prejudicial. De acordo com estes pescadores as capturas resultam de métodos ancestrais que preservam a qualidade do pescado: captura e consumo imediato.

“A rede aqui, se a senhora for ver uma sardinha a espinha 'tá negra! A sonda queima. E esta Arte aqui [a Xávega], se apanhar peixe desse não tem nada, sardinha ou carapau, não tem a espinha negra, agora da traineira tem. Mas queima a espinha. Assim que apanha vem logo a espinha negra. Agora aqui, na borda d'água é o peixe mais saudável!” (Pescador nº 9, 2017)

“Olhe, vamos aí de vez em quando, quando apetece, quando se termina vamos de vez em quando experimentar se vem alguma coisa. Se não vier, olha... [encolhe os ombros] fica para a semana!” (Pescador nº 7, 2017)

Além dos aspetos focados, existem ainda as restrições impostas sobretudo na área do Parque Marinho Luiz Saldanha que interferem na sustentabilidade desta Arte. Apesar dos pescadores compreenderem a necessidade da proteção há como que “duas realidades distintas”, que lutam cada um com a sua linguagem e práticas próprias por um mesmo objetivo: a sustentabilidade dos recursos e a sobrevivência da pesca”
Martins *et al.* (2013)

A perceção de um sentimento de injustiça e de exclusão dos pescadores desta Arte, fruto das condições impostas pela regulamentação da pequena pesca e pela Criação do Parque Marinho Luiz Saldanha, encontra na sua forma de vida e na experiência enraizada deste grupo de pescadores, o suporte que lhe confere a resistência, mas também a resignação ao presente.

“Antigamente era uma pesca que se ganhava. Se o meu pai fosse vivo não sei o que é que podia acontecer. Primeiro, [naquele tempo] o meu pai sustentava uma mancheia de filhos, destas Artes Xávegas. E a vida dele era aquilo, e viveu sempre..., agora não se pode andar aí! Aqui não se pode pescar! Se isto fosse como a vida do meu pai, morria à fome! O meu pai sustentava uma casa de filhos! É muito difícil, pá! Eles complicam tudo! Eu só tenho uma pena: eles dão três dias, e se não houver condições para a gente trabalhar? Eles não dão mesmo condições nenhuma! Porque, a gente vai ali, já não se pode pescar!... Vai ali, não se pode trabalhar, está ali os barcos!” Era onde a gente matava alguns peixes, era ali! Por isso é que eu digo: ‘tá mal! Não dá lucro nenhum.’” (Pescador nº 9, 2017)

Era uma pesca de sustento e, naquela altura, tinha-se a liberdade de ir para S. Penedo e até para Arrábida. Veio estas leis da Costa Azul e desta coisa toda dos turistas e estas Artes acabaram. Só se pesca para entretenimento. Basta que, à quinta-feira, por intermédio da Câmara, deste presidente que morreu, que é que fez muita força para isto não acabar que continuamos a fazer a nossa pesca, mais ou menos, três vezes por semana, e fazemos à quinta-feira, só para a Câmara, para o turista. Esta é só para o turista. Se não fosse o presidente, isto tinha acabado! E vá lá que a Câmara apoia, se não já tinha acabado”. (Pescador nº 8, 2017)

Despojados de um mar e de um areal que sempre utilizaram e obrigados a aceitar fronteiras e regras que não existiam, ressentem-se da modernização que, por um lado, lhes é benéfica, mas que por outro lhes retira a tranquilidade e o domínio.

Uma das nossas Informantes referente:

“O que aconteceu é que as pessoas já pagavam alguma coisa e o problema é que o mar não era pago” (Informante Privilegiada, Entrevista nº 12, 2017).

As alterações profundas que se fizeram sentir a partir dos anos 60 do século XX, com a promoção da ocupação da margem Sul, transformam rapidamente estes locais em áreas de veraneio e usufruto turístico, o que relegou estes pescadores para uma posição cada vez mais frágil e difícil de sustentar.

“não diria que existem duas comunidades de arte xávega em Sesimbra, diria antes que existe em Sesimbra uma demonstração Turístico-Cultural vocacionada para o turismo, enquanto que no Meco é aplicada a mesma arte mas já no campo profissional. Quanto à sua continuidade, apenas posso dizer que o tempo e a procura e a resiliência dos pescadores o dirão.” (Informante Privilegiado, Entrevista nº 15, 2017)

Fruto e, simultaneamente, vítimas de uma geografia que lhes moldou o carácter estes pescadores não têm, apesar da sua resistência a quem passar o testemunho de uma atividade ancestral que, como eles próprios dizem “tem os dias contados”.

A Arte Xávega, em Sesimbra, enquadrada no Parque Marinho Luiz Saldanha, enquanto prática cultural, vai subsistindo graças à resistência destes pescadores e à ajuda que lhes é dada, nesse âmbito, pela Câmara Municipal⁹⁸.

No Meco, ainda subsistem duas, mas não se vislumbram herdeiros que as possam ou queiram continuar.

Apartados por geografias diferentes⁹⁹ sobre as quais impendem requisitos, também eles distintos, o primeiro enquadra a Arte Xávega como uma manifestação cultural, o segundo, enquanto atividade profissional - estas duas comunidades nutrem sentimentos e preocupações comuns. O mar e a pesca estão-lhes no sangue. É daí que lhes vem o sustento. Passado e presente misturam-se assim num espaço sem tempo, que é a vida que se reconstrói a cada dia, resultante dos desafios e oportunidades que a maré traz consigo.

2 Perceção dos pescadores sobre o futuro da Xávega

Neste ponto procuramos compreender como os pescadores entendem o futuro da arte xávega e as dificuldades que a sua transmissão enfrenta. O subponto que o complementa dá nota das perceções dos nossos interlocutores em relação à continuidade da Arte Xávega que ancoram no seu papel estruturante destas comunidades enquanto afirmação cultural e social.

Todos os pescadores referem que a arte xávega é uma arte sem futuro, com os dias contados. Maioritariamente não acreditam na sua manutenção, pese embora o facto de a Arte continuar a resistir. Porém, o sentimento de finitude está muito presente nas suas narrativas. Sentem-se os últimos resistentes desta Arte.

“Não dá, não dá, isto mais um anito ou dois ... mesmo essas duas vai desistir.” (Pescador nº 1, 2017)

“Isto acaba!” (Pescador nº 2, 2017)

“Isto acaba tudo!” (Pescador nº3, 2017)

“E não sendo eu, isto acaba tudo! Está aí uma bicheza de gente [refere-se a muita gente na companhia] e está a ver que é tudo....” (Pescador nº 5, 2017)

“Cinco anos? Não sei quando eu acabar se há mais...” (Pescador nº 7, 2017)

⁹⁸ A Câmara Municipal de Sesimbra estabeleceu em 13 de abril de 2006 um protocolo, aditado a 9 de agosto de 2007, com os então existentes (dois) armadores da Arte Xávega, com o objetivo de manter viva a tradição enquanto recriação turístico-cultural.

⁹⁹ uma enseada, classificada como Parque Marinho e um litoral aberto, ambos procurados por milhares de banhistas

“Pois. Isto aqui, a vida que eu estou a fazer não presta para ninguém. (Pescador nº 7, 2017)

Mais uma vez, as razões apresentadas prendem-se com a incerteza desta Arte, a sua escassa produtividade e a necessidade de segurança, não apenas uma segurança económica que essa sempre foi incerta, mas uma segurança que lhes permita trabalhar e assegurar o seu sustento.

No quadro atual da Arte Xávega e apesar das melhorias introduzidas, tal não é possível, em especial para os pescadores que operam em área protegida – o Parque Marinho Luiz Saldanha. Para manterem a Arte precisam de ter outros rendimentos que lhes garantam alguma segurança, como se depreende da narrativa do Pescador nº 7

“A não ser algum reformado que ande aqui. Tem peixe para comer e com dez euros que às vezes se ganha...[se não] É impossível!” (Pescador nº 7, 2017)

O Pescador nº 8 reforça a ideia lembrando o passado, em que

“Dantes, é que haviam gerações que trabalhavam pais e filhos e netos e que ainda andam aí, [em outras artes] mas pronto! Muita gente fugiu porque é um perigo... E também é a incerteza do ordenado”. (Pescador nº 8, 2017)

O Pescador nº 9 refere que:

Antigamente vivia-se..., mas ganhava-se dinheiro. Agora já não! Agora isto aqui, esta [Arte Xávega] do meu irmão, isto acaba! (Pescador nº 9, 2017)

À escassez de produtividade junta-se a escassez de conhecimento da Arte. Para o Pescador nº 8, pescadores como os antigos [verdadeiros pescadores]

“há aí dois ou três. [E acrescenta que] Se não ganham nada quem é que aguenta isto? (Pescador nº 8, 2017)

Como golpe final aponta-se as condições físicas destes pescadores cuja idade avançada não lhes permite a agilidade e vigor de outrora.

E este ano ainda cá estamos e para o ano...Também as pernas já começam a faltar e, depois, devido a estas dificuldades todas... (Pescador nº 8, 2017)

O Pescador nº 9, enfatiza a avançada idade:

Mas eu já tenho 76 e o meu irmão 72... Isto agora, o meu irmão acaba com isto e eu tenho andado com ele para amparar esta areia também... (Pescador nº 9, 2017)

Porém, o desfecho da Arte Xávega é mais complexo do que a idade avançada ou a falta de incentivo decorrente das restrições impostas. É um sinal dos novos tempos onde outros desafios se colocam. Para os pescadores da Vila de Sesimbra, a Arte Xávega ainda se mantém graças ao apoio do poder local, como se poderá comprovar pelas suas narrativas.

“E vá lá que a Câmara apoia. Se não apoiasse, isso então já tinha...” (Pescador nº 8, 2017).

A frase fica momentaneamente suspensa, para dar lugar à justificação do apoio prestado:

“O Augusto Pólvora [o então, presidente da Câmara] é que foi um grande impulsionador disto. Já morreu. E era cá de Sesimbra e o pai dele também. Morreu no mar. Agora vamos lá a ver se esta nova direção [o novo executivo] apoia à mesma. Também se [a Câmara] não apoiar, isto também já está no fim”. (Pescador nº 8, 2017)

O Pescador nº 9, é peremptório.

Aí é que eu não vejo! E eu que comecei com o meu pai. E ainda não acabou porque a Câmara paga. (Pescador nº 9, 2017)

Há, no entanto, quem ainda acredite na resistência desta Arte e na sua continuidade. É o caso do Pescador nº 10, o mais idoso da companhia que com um sorriso prazenteiro e genuíno afirma sem qualquer hesitação:

Vamos lá a ver. Tenho fé! (Pescador nº 10, 2017)

A visão do Pescador nº 12, também se enquadra na da maioria dos pescadores:

“Não! Eu não acredito que isto esteja para que isto dure. Vá lá que chegue à meia dúzia, mas... [sacode negativamente a cabeça] [Para este pescador o fim da Arte Xávega] É porque ninguém quer saber. Isso, mais dois ou três anos, para mim está feito!” (Pescador nº 12, 2017).

Quando questionado sobre a possibilidade do seu filho poder dar continuidade à Arte esclarece:

“Não, até porque não é ele [o seu filho] sozinho que vai trabalhar com aquilo. Tem que ter mais que os ajude... Isso, não! Não acredito! E a minha pena é que vai acabar e não tenho quem me substitua”. (Pescador nº 12, 2017)

2.1 (In)certeza no futuro: É possível salvar a arte xávega?

Se os nossos interlocutores relacionam o seu futuro com as restrições impostas, com o envelhecimento das companhias, com a falta de atratividade económica desta Arte, salvar a Arte implicaria uma mudança na lógica da intervenção do Estado central e local na proibição/regulação para uma lógica de valorização que amortecesse os impactos da lógica capitalista e demográfica e das mudanças ambientais.

A associação que fazem desta pesca ao turismo se permite inferir uma reinvenção da Arte Xávega através da qual ela se vai perpetuando, esta vitalidade é agonizante, na medida em que recupera a sua prática com recursos que estão em desaparecimento dada a idade avançada dos pescadores. Até quanto? É a pergunta que nos deixam os novos tempos.

Paradoxalmente se sentem que a Arte sobrevive à custa da intervenção da Autarquia, não se sentem apoiados pelos Governos Centrais pelo que não esperam ajudas do exterior. A defesa da Arte continua nas suas mãos e enquanto eles puderem trabalhar nela, ela manter-se-á, quando não puderem acreditam que “morrerá com eles”.

O sentimento em relação ao Governo é pouco abonatório:

Governo?!... Oh, o Governo quer lá saber disto! Com a nova tecnologia, hoje, acabou com tudo. (Pescador nº 2, 2017)

Oh, se eles [os governos] dessem alguma ajuda, alguns programas que ajudassem, podia ser que durasse mais uns anos. Mas os anos nunca vão ser muitos. (Pescador nº 12, 2017)

A incerteza e as rápidas alterações e convulsões do mundo atual fazem com que se sintam desamparados, no sentido em que para eles os governantes estão voltados para coisas mais importantes do que os problemas da Arte Xávega.

O que está a aparecer nestes dias é vingança. É só o que começou a aparecer. Por qualquer coisa, mata-se. Se isto for indo assim como está ainda não está mal, mas qualquer dia pega aí uma mundial... Os maiores do mundo querem ser os maiores em tudo. (Pescador nº 2, 2017)

A nossa Informante da entrevista nº 6, acredita que em Sesimbra a verdadeira pesca com Arte Xávega tem tendência a acabar, embora lhe pareça que possa ser revitalizada através do turismo:

“Mas aqui é capaz [de desaparecer]. Só se for mais para a juventude, ao fim de semana, mais para o turismo... que os velhotes cada vez estão a acabar! Acabaram com os barcos da rede acabaram com tudo.” (Informante Privilegiada, Entrevista nº 6, 2017).

E remata a questão com uma frase que ilustra o atual estado da pesca em Sesimbra, comparativamente com o que fora outrora:

Também Sesimbra agora só vive com meia dúzia de pessoas ligadas á pesca... (Informante Privilegiada, Entrevista nº 6, 2017).

Por outro lado, entre os nossos informantes privilegiados da autarquia, predomina a visão de que em Sesimbra, ela é encarada como uma manifestação cultural em virtude da sua escassa rentabilidade. Em relação ao Meco, ela mantém o seu estatuto de atividade remuneratória complementar da atividade principal ou da reforma.

Para os nossos informantes que não tinham tido nenhuma experiência relacionada com a Arte Xávega, esta apresenta-se como uma manifestação cultural bastante atrativa que evoca um espírito comunitário e festivo.

Das primeiras vezes que eu vi percebi que era uma festa comunitária e logo por isso tinha todo o visual da praia, pronto, enchia a praia... [de alegria] e de convívio... Apercebi-me que, na altura as pessoas faziam isto, colaboravam todas e depois no fim faziam a divisão

... aquilo era engraçado, os quinhões que vão ali, no chão, e dividem aquilo. Eu estava satisfeítíssima, era uma coisa muito engraçada. (...) sou de Lisboa e em Lisboa ninguém...Lembro-me de ter visto, em miúda, na Costa da Caparica, com uns bois e assim uma coisa...e aqui já vi que logo de início que era o trator...embora seja muito puxada à mão, há sempre ali uma ajudinha do trator.(...) Há outra coisa muito engraçada que é o eles deixarem as pessoas que estão na praia ajudar a puxar as redes e depois a levar o peixe.... Tem a sua piada, é um convívio. (...) É... mais lúdica. Segundo, eu tinha ideia inicialmente isto era mesmo para eles comerem...(...) de sustento. Mas hoje também é só quando têm em excesso... uma captura muito grande, de resto é só coisas muito pequeninas... (Informante Privilegiada, Entrevista 12, 2017)

Para outros dois dos nossos informantes ligados ao comércio, trata-se de uma tradição, de uma manifestação cultural muito interessante que, antigamente, terá sido uma atividade de sustento. Consideram que é uma atividade a preservar.

Acho que é uma tradição a manter, claro! (comerciante, 2017)

Para os pescadores a revitalização da Arte Xávega é uma possibilidade que, nas atuais condições, não terá grande futuro. Enquanto puderem continuarão a fazer a sua Arte, mas o sentimento em relação às dificuldades experimentadas impede-os de antever a continuidade da Arte, no futuro.

Vamos lá a ver! Enquanto eu puder tudo bem! Agora, como eu já disse há pouco, moro numa casa de 3º andar e já me custa descer aquilo... (Pescador nº 7, 2017)

Os turistas e estas Artes acabam. Só se pesca para entretenimento. (Pescador nº 8, 2017).

Basta que à quinta feira, por intermédio da Câmara, deste presidente que morreu que é que fez muita força para isto não acabar que continuamos a fazer a nossa pesca mais ou menos três vezes por semana e fazemos à quinta-feira só para a Câmara, para o turista. (...) É pá! Isto aqui em Sesimbra é muito difícil (Pescador nº 8, 2017)

Era engraçado, mas a gente não tem hipótese de certas coisas. (...) É só para, às vezes, a gente ir à noite, para reinar uns com os outros. (Pescador nº 9, 2017)

E agora para se ter uma cédula tem de se andar na Forpescas...E há muita malta que não está para perder tempo com isso. (Pescador nº 12, 2017)

Em suma, a salvação da Arte Xávega nestas comunidades estudadas está na sua afirmação cultural e social dada a função que desempenha nestas comunidades locais, de estruturação de modos de vida e onde o mar e os seus recursos moldam identidades, formas de ser e de viver e contribuem para o seu sustento, ainda que de forma complementar. A incapacidade desta arte e dos seus praticantes se submeterem

cabalmente às regras que anunciam o seu fim, pela natureza da própria arte e sua prática, tem permitido a sua sobrevivência, num registo mais de resistência do que de adaptação e mudança transformadora.

Sendo considerada um património imaterial que traduz não apenas uma atividade económica tradicional, mas formas de vida, esta arte é a expressão cultural de povos que vivem do mar, se estruturam e definem em torno dele. O mar e as suas memórias comandam as vidas locais, que se reinventam quotidianamente nos seus ritmos, pontuam as relações e dão significado à vida.

Capítulo 5 – Síntese e Discussão

Durante séculos a Arte Xávega desenvolveu-se como uma arte de pesca que proporcionava sustento aos pescadores e suas famílias e como um modo de vida que estruturou e continua a estruturar as relações com o mar e seus recursos. Neste trabalho evidenciamos a Arte Xávega enquanto instrumento heurístico de discussão das sociedades, com particular ênfase nas comunidades piscatórias estudadas. Nestas comunidades percebemos os reflexos desta Arte secular, tradicional, na sua relação com a modernidade e as diversas fases por que passou a estruturação desta atividade. Se ela foi durante muito tempo o sustento das famílias, os desafios da modernização e posteriormente da regulamentação da política comum das pescas empurraram-na para a quase ‘extinção’, dado que a sua forma de organização historicamente revela lógicas mais comunitárias e menos capitalistas. Esta ‘incompatibilidade’ de lógicas conduziu as populações que a ela se dedicavam a procurar sustento em outros ofícios e trabalhos mais certos e menos dependentes da dureza e instabilidade do mar. São poucos os que resistem e continuam a praticá-la na atualidade, como vimos neste trabalho. Ainda assim ela continua a sustentar, maioritariamente de forma complementar, muitas famílias, e a estruturar modos de vida. Mais ainda, esta Arte revela em si um manancial cultural que as comunidades não estão preparadas para perder e é por isso que muitas destas comunidades travam uma luta diária para a sua manutenção, com o apoio de municípios que nela vislumbram potencialidades turísticas a reverter para o desenvolvimento local, e com o apoio de outros agentes que tentam mantê-la, demonstrando a sua sustentabilidade, avaliando os seus impactos nos ecossistemas e procurando a sua integração e participação das comunidades locais na conservação e preservação dos recursos (Braga *et al.*, 2017; McGoodwin, 1995, 2001).

O estudo efetuado permite compreender que a prática da Arte Xávega em geral obedece a um esquema tradicional que envolve a sua tipologia, companhia e aprestos. No entanto, decorrente das condições onde opera registam-se especificidades que fazem com que, na prática, o seu esquema se mantenha, mas não as suas particularidades. Trata-se de uma Arte moldada pelas condições naturais e humanas das comunidades onde se pratica, o

que se reflete por exemplo nas nomenclaturas diferentes, consoante as dimensões ou os locais onde a Arte se pratica.

Constata-se também que a Arte Xávega, apesar de todos os constrangimentos a que tem estado sujeita e da sua pequena expressividade quer humana, quer económica, mantém uma vitalidade agonizante nos areais portugueses, atestando a sua resistência e tenacidade enquanto modo de vida e tradição.

No nosso estudo, a prática da Arte Xávega ancora-se na família e inspira-se na memória, repetindo ritmos e atuações de anteriores gerações. É, porém, na estrutura das sociedades modernas que encontra o seu maior obstáculo. O surgimento de novas leis laborais e educativas assim como a modernização tecnológica proporcionam a fuga das camadas mais jovens que procuram novas formas de sobrevivência mais rentáveis e seguras.

Apesar de ser considerada uma Arte predatória, as condicionantes externas a que está sujeita impelem-nos a desmitificar essa condição, seja pela identificação já efetuada por outros autores como Franca e Costa (1979, p. 50), seja pelos testemunhos recolhidos (pescadores e interlocutores privilegiados). Pese embora o facto de se tratar de um aspeto ainda pouco consensual, a sua ação predatória ou não, ainda não está suficientemente comprovada. Importa, contudo, referir que no computo geral das capturas a expressão da Arte Xávega é de tal forma insignificante que nos permite inferir a existência de outras causas mais agressivas e impactantes nos stocks piscícolas do que a sua prática. Já anteriormente aludimos à sua baixa produtividade e às características naturais, humanas e climatológicas que condicionam a sua atuação, razão pela qual consideramos que a sua integração numa classificação tão vasta quanto a pesca do arrasto, mais especificamente as Artes envolvidas arrastantes, lhe conferem um carácter predatório e pejorativo por associação. Não se trata apenas de impacto em termos comparativos, mas sobretudo de uma classificação superficial da sua forma de operar que generaliza os impactos de uma prática ainda pouco conhecida e insuficientemente fundamentada em termos de impactos reais.

A legislação sobre a Arte Xávega comparativamente com a sua existência é demasiado recente. Obedecendo durante largos anos ao disposto no Regulamento Geral da Pesca da Sardinha na Costa de Portugal (aprovado pelo Decreto de 14 de maio de 1903), onde se procede à sua classificação de forma superficial, apenas em 1987 lhe é reconhecida a necessidade de figurar em diploma próprio, o que só acontece em 1996. No entanto, e não sendo este um trabalho dedicado á interpretação da legislação que impende sobre a

Arte Xávega, não podemos deixar de referir o seu carácter pouco amigável da Arte, onde os aspetos restritivos a conduzem para um atrofiamento tendente à sua extinção. A condição social das comunidades que dela dependem é cada vez mais crítica, o que faz com que os poderes locais intervenham junto do governo, coadjuvados por algumas démarches de partidos políticos com assento na Assembleia da República, no sentido de preservar e proteger a Arte Xávega e as respetivas comunidades. Em 2012 e 2013 surge um novo impulso para a Arte Xávega com medidas que visam demonstrar a sua importância cultural e social, mas que, na prática apenas prolongam a sua agonia. Nos últimos anos introduzem-se pequenas alterações (2017) que permitem uma forma de laboração diferente e uma consequente melhoria económica das operações, mas os problemas estruturais mantem-se, aguardando novos desenvolvimentos.

A diversidade e complexidade da Arte Xávega dificulta a consensualização dos diversos pontos de vista – ambientais, económicos, sociais, políticos e culturais – embora se vislumbre um interesse crescente na sua preservação e proteção, em especial no que respeita ao seu aproveitamento histórico cultural como um atrativo turístico.

O declínio desta Arte nestas comunidades, por todos os motivos apontados neste trabalho e dada a importância local que esta assume, tem vindo a dar lugar a um processo de reabilitação patrimonial e de turistificação da arte Xávega, conduzida pelas autoridades locais, tal como Rodrigues, (2013 cit in Peralta, 2008) já tinha referido, e que tem permitido o proliferar dos rituais museológicos associados à sua manutenção e até revitalização. Neste sentido, a sua manutenção tem vindo a assumir mais uma lógica museológica clássica do que propriamente a sua revitalização local. Os que permanecem na sua prática são os mais velhos que não vêm futuro para a sua manutenção, como vimos.

O seu valor deixa de ser económico, de sustento de famílias, cujo alcance é na atualidade muito residual nestas comunidades estudadas como vimos, para ser crescentemente uma forma de captar outros recursos provindos do turismo e aproveitado pelas autarquias como forma de estímulo ao desenvolvimento local, tal como Peralta (2008) já tinha referido. Desse ponto de vista move cada vez mais gente para a praia. Estas gentes procuram, através da Arte Xávega, contactar com os autóctones (a visão do exótico) ou reviver as memórias contadas nas famílias que outrora estiveram ligados ao mar e dele fugiram para poderem sobreviver. Assume

assim uma função de certa forma folclórica que em breve, quem sabe, será o seu destino final.

Neste contexto e nestas comunidades piscatórias, estamos perante uma arte de pesca tradicional em declínio rápido, resultado do impacto da modernização e desenvolvimento do capitalismo que condiciona as atividades e a sua regulação; o que se reflete nos modos de vida e culturas locais de forma mais lenta, e que só não conduzirá ao desaparecimento da Arte Xávega a curto prazo, dada a sua inscrição cultural nos povos do mar que a praticaram ou praticam ainda e lutam pela sua manutenção ou revitalização enquanto expressão cultural e identitária. Nestas comunidades, a sua manutenção atual resulta da resistência local dos seus praticantes a essas lógicas globais, e que recusam perder as suas raízes identitárias e sentimento de pertença ao lugar e suas lógicas locais.

Mas ao longo da costa portuguesa, a Arte Xávega ainda é praticada em diversas praias numa lógica de exploração e atividade económica propriamente dita, de sustento (principal, mas sobretudo complementar). São estas duas lógicas, de exploração e de revitalização cultural, que se reproduzem em ritmos diversos entre imensos matizes que configuram na sua prática ao longo da costa portuguesa e que colocam a prática da Arte Xávega perante uma encruzilhada que a levará à sua manutenção ou à sua extinção. Seja como for, a sua existência nunca mais será a mesma que a memória destes pescadores evoca.

Também a abordagem da sustentabilidade das pescas e do planeta vai veiculando uma mensagem mais integrada e holística no sentido de permitir a conciliação entre os diferentes interesses de forma a proteger os recursos e manter as comunidades (Heinrichsen (1994), McGoodwin, (2001), Walter *et al.* (2017)).

Todavia, o quadro político e legislativo em que a Arte Xávega se encontra é ainda insuficiente para garantir a sua manutenção e, em particular, a sua continuidade.

No caso de Sesimbra, esta realidade é agravada pelas restrições impostas pelo Parque Marinho que, se por um lado permite que a Arte Xávega opere de forma restrita enquanto atividade cultural, por outro impede o seu desenvolvimento e continuidade pela forma como restringe a transmissão das licenças. Das duas Artes Xávegas que operavam, de facto, em Sesimbra (Vila) no início deste trabalho resta apenas uma (2017-2018).

O que pode parecer uma inconsistência entre o registo oficial e a prática, não o é de facto, porque tratando-se de pescadores reformados, não entram nos registos, com exceção do mestre do Barco, uma vez que a companhia é da sua responsabilidade. Acontece igualmente o barco não ser registado em determinado ano e retomar a sua atividade no ano seguinte. A complexidade e especificidade destes registos faz com que as estatísticas, não correspondam as observações no terreno.

As características sociográficas dos pescadores de ambas as comunidades não diferem grandemente, exceto na questão do pescador-agricultor que apenas se encontra no Meco. De resto, a faixa etária é sensivelmente a mesma, estendendo-se dos 65 aos 90 anos, ocupando todavia a grande maioria dos pescadores a faixa dos 70-80 anos. O nível de escolaridade também é idêntico, possuindo maioritariamente a 4ª classe, embora encontremos pescadores que aprenderam a ler através dos programas de alfabetização implementados, sobretudo no início dos anos 80 do século passado.

Em termos socioeconómicos, maioritariamente possuem casa própria e nem sempre exerceram a profissão de pescador de forma contínua. Outros, além da Arte Xávega dedicaram-se a outras artes de pesca ou até mesmo outros ofícios. A condição de reformados voltou a juntá-los em torno desta Arte de onde retiram alguns proventos com os quais complementam a reforma. A Arte Xávega assume assim, uma dupla função na vida destes pescadores: além de complemento de reforma ela é também um espaço de convívio onde praticam um envelhecimento ativo.

A identificação que encontram nos locais e na prática da Arte Xávega transporta-os, muitas vezes, para a sua infância, onde apesar da vida dura e difícil, relembram com carinho e saudade as suas raízes, os que já partiram e os laços afetivos que ainda os prendem a antigos camaradas, mas sobretudo à Arte Xávega, em torno da qual cresceram e, para a qual voltam naquela que é a última etapa das suas vidas. Este sentimento de pertença fá-los temer pelo futuro da Arte Xávega. Apesar de conscientemente não se sentirem marginalizados, consideram que não têm condições para trabalhar e sabem que as leis existentes estão feitas para “acabar com isto” (Pescador nº 7, 2017).

Dar a conhecer não apenas a sua arte, mas fazer ouvir a sua voz, é um propósito deste trabalho, designadamente em relação a três aspetos principais que caracterizam

Sesimbra: a riqueza biológica do “mar oceano”; a crescente antropização do litoral e a consequente pressão sobre os recursos.

Despojados dos lugares que consideram seus, são agora afastados para novos lugares que lhes restringem a atividade e lhe tolhem os movimentos, obrigando-os a reinventar formas de sobrevivência num mar atropelado por uma gestão pouco eficaz e com demasiados utilizadores.

Do estudo efetuado e da metodologia utilizada ressaltam desta realidade três aspetos cujo efeito na Arte Xávega tem sido devastador: A visão economicista da pesca e do próprio litoral; o desconhecimento da realidade sociocultural destas pequenas comunidades e a lacuna de uma visão integrada dos poderes públicos e dos saberes locais.

A Arte Xávega mantém-se assim numa espécie de liminaridade onde “não é”, mas também “não deixa de ser”; ou seja “não é” porque o envelhecimento das suas companhas já não lhe confere a pujança de outrora nem a sua escassa rentabilidade lhe permite integrar os circuitos comerciais; e “não deixa de ser” porque ao existir deverá cumprir as metas dos volumes de capturas para continuar a obter as licenças para poder operar. Esta exclusão incluída faz com que a Arte Xávega seja “um dano colateral” nas políticas de gestão das pescas e do mar.

Conclusões

Neste trabalho propusemo-nos aprofundar a Arte Xávega praticada no Concelho de Sesimbra, através do questionamento de alguns dos seus aspetos mais intrigantes, designadamente ao nível dos recursos (como é que os sujeitos compreendem, explicam e lidam com os recursos e que importância têm esses recursos nas suas vidas?), ao nível dos próprios sujeitos (Quem são estes pescadores, cuja Arte é vítima de posições antagónicas que a consideram necessária, mas cuja importância e manutenção depende da sua produtividade?) e do futuro da Arte Xávega (Estará a Arte Xávega condenada a existir a prazo, ou seja, enquanto perdurar a resistência e a vida dos que nela refletem a sua identidade cultural, os seus saberes, a sua interação com o mar e os seus modos de vida? Qual o futuro para uma Arte assente em lógicas que não se adequam às exigências do capitalismo e da modernização?)

Ao longo dos tempos a Arte Xávega sofreu um conjunto significativo de transformações. Embora alguns autores afirmem tratar-se de uma Arte de recurso, nem sempre assim terá sido, em virtude de ter assumido maior ou menor importância de acordo com o contexto cultural vivido¹⁰⁰.

Tal como todas as Artes de pesca o percurso traçado pela Arte Xávega estrutura-se em torno de um tempo e de um espaço onde os instrumentos e os artefactos culturais medeiam a atividade humana, ditando o seu desenvolvimento ou retração em função da conjuntura.

As suas raízes, os seus saberes e vivências estão imbricados na personalidade daqueles que replicam os gestos de gerações passadas. A incerteza do futuro fá-los temer os

¹⁰⁰ Até ao final do século XVIII a Arte Xávega chegou a ter um papel relevante quer em número de barcos quer em número de companhias. O mar, ainda pouco explorado permitia a utilização dos diferentes pesqueiros e a circulação dos cardumes, o que fazia com que a sua rentabilidade fosse assegurada através de um mercado próspero: a lota de Sesimbra (mercado interno) e o fornecimento, essencialmente por mar, de peixe à Cidade de Lisboa, que não sendo exclusivamente efetuado pela Arte Xávega permitia àquela Arte usufruir um papel relevante em todo este circuito económico, porquanto era igualmente a fornecedora do isco, essencial para a pesca das outras artes.

Com os efeitos da Revolução Industrial, Sesimbra perdeu grande parte da importância e mercado que detinha em virtude da fragilidade e das características artesanais da sua frota, o que além de a ter secundado em termos competitivos, teve efeitos perversos na importância da Arte Xávega, que também ela se viu preterida por embarcações maiores e mais potentes.

novos tempos que se avizinham e é com tristeza que encaram a quebra do laço de gerações, porque não têm a quem deixar a Arte.

A Arte Xávega é uma atividade que há muito perdeu o seu esplendor.

Utilizada ao longo dos tempos pela simplicidade da sua operação foi preterida pelo progresso, onde barcos maiores, mais potentes e velozes passaram a liderar as capturas; É atualmente utilizada como uma arte de recurso por pescadores reformados e como espaço de convivialidade entre si. A principal razão pela qual ainda se mantém assenta no forte vínculo familiar que a alimenta e a faz resistir aos constrangimentos que enfrenta a cada dia.

O espírito comunitário e de entre ajuda que regula as relações entre os seus membros, assim como a sua estruturação, constitui um exemplo de cooperação que poderá ser replicado em outras pequenas comunidades. Além disso, o próprio modelo de organização social em torno da Arte Xávega poderá futuramente permitir desenvolver um estudo aprofundado dos processos sociais veiculados pela noção de comunidade e suas interdependências.

A antropização do litoral e a pluralidade de atividades e de utilizadores do mar, outrora um recurso quase deserto, expulsou-os de um lugar que consideravam seu empurrando-os para uma nova realidade na qual dificilmente se revêm.

O impulso à economia marítima veio agudizar a situação, tornando a disputa pela utilização do mar cada vez mais feroz. A fragilidade competitiva e material da Arte Xávega, enquanto atividade piscatória, vai obrigando estas comunidades a procurarem novas formas de sobrevivência, longe dos planos e dos discursos políticos, onde na realidade nunca foram prioridade.

Os novos tempos trazem consigo a incerteza do futuro e a sobrevivência desta Arte ancestral que se arrisca a desaparecer conjuntamente com as suas companhas. Num mundo onde tudo é líquido e descartável, o desaparecimento da Arte Xávega representa apenas “um dano colateral” na política das pescas e do mar. Quando muito o seu futuro tomará novas formas que a farão figurar num museu ou em qualquer representação folclórica de animação. Nesta perspetiva de continuidade de uma Arte Xávega que se renova e reinventa, este trabalho abre campo a outra novas investigações que poderiam passar pelo estudo dos públicos da prática da Arte Xávega e da sua performatização local.

Pelo apego que sentimos à Arte Xávega resta-nos perguntar de que nos serve conquistar os mares e oceanos se, a cada passo, perdemos saberes e vivências irrepetíveis das nossas raízes culturais?

Ainda haverá tempo de inverter o curso e reprogramar uma política de gestão das pescas e do mar que tenha em conta uma visão holística que equilibre no mesmo prato da balança os aspetos socioculturais e económicos, no sentido de preservar a vida destas comunidades?

Bibliografia

akra Barbarion Sesimbra, cultura e património 1 (2015). Ed. Câmara Municipal de Sesimbra. ISSN2183-5756

akra Barbarion Sesimbra, cultura e património 2 (2017). Ed. Câmara Municipal de Sesimbra. ISSN2183-5756

Alvar, M. (2013). História Lingüística de Jábega. Madrid: Ed. Instituto de Investigaciones Filológicas Universidad Complutense. DOI <http://dx.doi.org/10.19130/iifl.adel.13.0.1975.326>

Antunes, M. (2007). Caracterização da pesca com arte de xávega na Zona costeira adjacente ao estuário do tejo. Tese de mestrado. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1191/1/17351_Caracterizacao_da_pesca_com_a_rte_de_xavega_Mariana_Antunes.pdf

Bardin, L. (2008). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Barros, H. G. (1949). História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV, p.89, 2ª Ed., Tomo VI, Lisboa, Livraria Sá da Costa. Arquivo Municipal de Sesimbra - B.H.9

Barros, M. F. de & Santarém, S. (Visconde de). (1828). Memórias para a história e Theoria das Cortes Geraes: que em Portugal se celebrarão pelos tres estados do Reino. Impressão Régia. Recuperado de <https://books.google.pt/books?id=ChFAAAAAAYAAJ&hl=pt-PT&pg=PP2#v=onepage&q&f=false>

Bauman, Zygmunt (2001). Modernidade Líquida. 12ª ed. Editor Jorge Zahar. ISBN: 9788571105986

Braga, H.O., Pardal, M. A., Cruz, R. C, M., Alvarenga, T. C. & Azeiteiro. (2018). Fishers' knowledge in Southeast Brazil: The case study of the Brazilian sardine. Ocean & Coastal Management. Vol. 165. pp. 141-153. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2018.08.021>

Brandão, Raul. (s/d). Edição nº 140769|4684. edição exclusiva para os supermercados Continente e Modelo. Publicações Europa América. Mem Marins. Portugal

Cabral, H.N., Duque, J., Costa, M.J.. (2000). Importance of the coastal zone adjacent to the Tagus estuary as a nursery area for fish. Thalassas 16, pp. 27–32.

Cabral, H., Duque, J., Costa, M.J.. (2003). Discards of the beach seine fishery in the central coast of Portugal. Elsevier. Fisheries Research. doi:10.1016/S0165-7836(03)00004-3. Recuperado de: <https://core.ac.uk/download/pdf/34725253.pdf>

Cardoso, J. L. (2012) - O povoado calcolítico fortificado do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados dos trabalhos realizados entre 2004 e 2008. Palmela Arqueológica no Contexto da Região Interestuarina Sado-Tejo. Município de Palmela.

Cardoso, J. L. (2013) O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra).

Cardoso, J. L. (2013) O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). Estudos Arqueológicos de Oeiras. Volume 20, p. 641-730. Impressão. Pentaedro, Lda. ISSN: 0872-6086. Câmara Municipal de Oeiras.

Cardoso, J. L. & Coelho, M. D. (2012) - The Marine Malacological Remains from the Chalcolithic Fortified Settlement at Outeiro Redondo (Sesimbra): Collection Strategies Used by a Sedentary Community From the 3rd Millennium BC on the Portuguese Coast. Universidad de Salamanca. Zephyrus, LXX, 85-111. ISSN: 0514-7336. Recuperado de <https://www.researchgate.net/publication/289834267>

Cardoso, J. L. & Martins, F. (2016/2017) O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra): Resultados das campanhas de escavação de 2013 e 2014. Estudos Arqueológicos de Oeiras. 23, pp. 233-392. ISSN:0872-6086. Recuperado de <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/6740>

Carmo, H. & Ferreira, M. M. (1998). Metodologia da Investigação – Guia para Auto-aprendizagem. Edição Universidade Aberta. Lisboa. Portugal. ISBN: 972-674-231-5

Chorão, M. J. M. B. (2001). Forais de Sesimbra: memórias de um Concelho. pp.30;13, Ed. Câmara Municipal de Sesimbra.

Clay, P. M. & McGoodwin, J. R. (1995) Utilizing Social Sciences in Fisheries Management. Aquatic Living Resources. 8 (3): 203-207 DOI 10.1051/alr:1995019. Recuperado de: https://www.researchgate.net/publication/238392683_Utilizing_social_sciences_in_fisheries_management

Corbain, A. (1990). “Le Territoire du Vide – L’Occident et le désir du Rivage”. Editions Flammarion.Paris.

Cordeiro, A. (1992). Espadartes de Sesimbra. 2ª ed. Camara Municipal de Sesimbra.

“Confessiones/Confissões, Livros VII, X e XI – Santo Agostinho.” Lusosofia: Press. Universidade da Beira Interior. Covilhã. 2008. [PDF on line] consultável em http://www.lusosofia.net/textos/agostinho_de_hipona_confessiones_livros_vii_x_xi.pdf Texto publicado na Lusosofia.net e extraído da Obra Santo Agostinho, Confissões, IN-CM, Lisboa 2001

Coutinho, C. P. (2015). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática. Editora Almedina. 2ª Edição. Coimbra. Portugal. ISBN 978-972-40-5137-6

Cruz, M. A., (2009). “Pesca e Pescadores em Sesimbra – Contributo para a Narrativa do Concelho”. Ed. Câmara Municipal de Sesimbra, p.17. ISBN 978-972-9150-89-0

Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2011). The SAGE Handbook of Qualitative Research. Editors Denzin, N.K & Lincoln Y. S. 4th edition. USA. ISBN-13:978-1412974172 ISBN-10:1412974178

DGRM – Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e de Serviços Marítimos (Bue DGRM balcão único eletrónico) - Legislação Aplicável. [Consultado em 01.11.2017], acessível em https://www.dgrm.mm.gov.pt/xportal/xmain?xpid=dgrm&actualmenu=2426630&select-edmenu=2426672&xpgid=genericPageV2&conteudoDetalhe_v2=2428022

Dias, A. J. (2011). “O meio século que mudou o mundo”. Fortaleza. CE. Brasil.

Domingues, A. (2010). As Artes de Pesca em Sesimbra. Musa-museus, arqueologia & outros patrimónios, Vol. 3. pp.234-235.

Eco, U. (2014). Como se faz Uma Tese em Ciências Humanas. Editorial Presença. 18ª edição. Barcarena. Portugal. Depósito Legal nº 305 957/10

FAO. (2017). The future of food and agriculture – Trends and challenges. Rome.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. (2017). The State of Food Security and Nutrition in the World 2017. Building resilience for peace and food security. Rome, FAO.

FCMS|D|01|Lv.01, Nº 188, Séc: XVC! XVI (Livro do Tombo da Vila de Cezimbra) [Fl.117v].

Ferreira, L. F. P. (2015) – Que Futuro nestas ruas cheias de memórias? A Identidade histórica do espaço urbano no crescimento europeu 2020. O caso de estudo da Vila de Sesimbra, tese elaborada para a obtenção do grau de Doutor em História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Recuperado de <http://hdl.handle.net/10451/23659>

Ferreira, O. V. (1968). “Algumas notas acerca da pesca na antiguidade”. “O Arqueólogo Português”, 3ª série, Vol. II, pp.113-133.Lisboa

Flick, U. (2005). Métodos Qualitativos na Investigação Científica. Edição Monitor. Reimpressão janeiro 2013. Lisboa. Portugal. ISBN: 972-9413-67-3

Franca & Costa (1979). The beach “Seine” in Costa da Caparica and Fonte da Telha (Portuguese central west coast). Boletim do Instituto Nacional Investigação e Pescas, Lisboa (1). Maio, 1979, pp.37-69.

Franco, C. (2012). Parque Marinho da Arrábida. National Geographic Portugal. Recuperado de <https://nationalgeographic.sapo.pt/natureza/grandes-reportagens/1701-parque-marinho-da-arrabida>.

Freitas & Seixas (s/d). “A pesca artesanal frente às instituições sociais modernas e os desafios do desenvolvimento territorial”. Recuperado de:

https://www.researchgate.net/publication/267829874_A_PESCA_ARTESANAL_FREQUENTE_AS_INSTITUICOES_SOCIAIS_MODERNAS_E_OS_DESAFIOS_DO_DESENVOLVIMENTO_TERRITORIAL

Georgiadis, M., Papatheodorou, G., Tzanatos, E., Geraga, M., Ramfos, A., Koutsikopoulos, C., & Ferentinos, G. (2009). Coralligene formations in the eastern Mediterranean Sea: Morphology, distribution, mapping and relation to fisheries in the southern Aegean Sea (Greece) based on high-resolution acoustics. *Journal of experimental marine biology and ecology*, 368(1), 44-58. DOI: 10.1016/j.jembe.2008.10.001

Gerhardt, T. E. & Silveira, D. T. (2009). Métodos de Pesquisa. Edição Universidade Aberta do Brasil. UAB/UFRGS.EAD Série Educação à Distância. Editoração Eletrônica Luciane Delani.
ISBN:978-85-386-0071-8 Recuperado de <https://www.passeidireto.com/arquivo/27983487/metodos-de-pesquisa>

Grawitz, M. (1975). Métodos y técnicas de las ciencias sociales: Tomo II. Barcelona: Editorial Hispano Europea.

Giddens, A. (2000). O Mundo na Era da Globalização. 1ªed. Editorial Presença. Lisboa.
Halbwachs, M. (1990) “A memória Coletiva”. Biblioteca Vértice. São Paulo Brasil. ISBN-85 -7115-038-9

Hinrichsen, D. (1998). “Coastal water of the world: Trends, threats and strategies” (Forward by Stephen Olsen). Island Press. Washington D.C. ISBN 1-55963-383-2

Hinrichsen D. (1994). Coasts under pressure. *People Planet*. 1994;3(1):6-9. PMID: 12287493

Hinrichsen, D. (1996). Coasts in Crisis. *Issues in Science and Technology*, 12(4), 39-47. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/43311572>

ICNF, I. P. (2016). Avaliação do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida |Lote 2. Apresentação do trabalho desenvolvido ao Conselho Estratégico. Trabalho nº 2015|003; p.40, Quadro 17 – Identificação de itens problemáticos no regulamento do POPNA no Parque Marinho. Recuperado de <http://bit.ly/2E7vDDK>

INE, I.P. (2013). Censos 2011 - Censos 2011 - Preparação, Metodologia e Conceitos- Editor Fonte online
Instituto Nacional de Estatística, I.P., Ed. 2013. Lisboa, Portugal. [PDF – on line – consultado em 07-12-2016]; [acessível em http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&menuBOUI=13707294&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=160661815&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1

INE - Sistema de Meta informação [consultado em 2015, 2016, e 2017. última vez 01.11.2017], acessível em <http://smi.ine.pt/>

Ketele, J. M. & Roegiers, X. (1999). Metodologia da Recolha de Dados. Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos. Editorial Instituto Piaget. ISBN: 972-771-074-3

Jornal Público (online)- “Portugal entrega novo mapa na ONU para ter mais plataforma continental (Teresa Firmino, 15 de agosto de 2017, 7:15) [consultado em 16.08.2017], recuperado de <https://www.publico.pt/2017/08/15/ciencia/noticia/novo-mapa-reclama-mais-area-na-onu-sobre-os-fundos-marinhos-1782352>

Lewin, C. & Somekh, B. (Coord.). (2011). “Teoria e métodos de pesquisa social.” Ed. Vozes. Edição brasileira digital. (2015). Cap. 14. ISBN 9788533265638-4

Link, H.F. (1801). “Travels in Portugal, and through France and Spain with a dissertation of the literature of Portugal and the Spanish and Portuguese Languages. Ed. T. N. Longman and O. Rees, Paternost Row. London. [google books]

Madureira, N. L. (coord.) & Amorim, I. (org.). (2001). História do Trabalho e das Ocupações. As Pescas (Vol. II). Celta Editora. Oeiras. ISBN 972-774-127-4

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2003). Fundamentos de Metodologia Científica. Editora Atlas, S.A. 5ª edição. São Paulo Brasil. ISBN 85-224-3397-6 Recuperado de https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india

Marques, A.R. (2007) ed. Câmara Municipal de Sesimbra. I.S.B.N 972-9150-36-2

Marques, M.J. (2011). Arte Xávega em Portugal. Uma arte secular em decadência Organização, caracterização e declínio. Tese de mestrado em Arqueologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Recuperado de: https://www.academia.edu/2041059/Arte_x%C3%A1vega

Martins, L. (Org.), Carvalho, G., Souto, H., Victor, I., Freitas, J. G., Aldeia, J.A, Vasconcelos, L.,...Martins, S. (2013). Mares de Sesimbra. História, Memória e Gestão de uma Frente Marítima. P.195. Ancora Editora. Lisboa ISBN 980 972 780 401 6

McGoodwin, J. (2001). Understanding The Cultures of Fishing Communities: A Key to fisheries management and food security. FAO Fisheries Technical paper 401. p.287. Rome. ISSN:0429 9345. ISBN: 92-5-104606-9. Recuperado de https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=Understanding+the+cultures+of+fishin+g+communities.+A+key+to+fisheries+management+and+food+security&author=McGoodwin%2C+J.R.&publication_year=2001

Miles, M. B., & Huberman, A. M. (1994). Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook. Thousand Oaks, CA: Sage Publications. Recuperado de [https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=U4IU_wJ5QEC&oi=fnd&pg=PR12&dq=Miles,+M.+B.,+%26+Huberman,+A.+M.+\(1994\).+Qualitative+Data+Analysis:+An+Expanded+Sourcebook.+Thousand+Oaks,+CA:+Sage+Publications.+&ots=kEWz6GMSXV&sig=r3cAXtA8UCf_hBczYb_7l0xnIoI&redir_esc=y#v=onepage&q=Miles%2C%20M.%20B.%2C%20%26%20Huberman%2C%20A.](https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=U4IU_wJ5QEC&oi=fnd&pg=PR12&dq=Miles,+M.+B.,+%26+Huberman,+A.+M.+(1994).+Qualitative+Data+Analysis:+An+Expanded+Sourcebook.+Thousand+Oaks,+CA:+Sage+Publications.+&ots=kEWz6GMSXV&sig=r3cAXtA8UCf_hBczYb_7l0xnIoI&redir_esc=y#v=onepage&q=Miles%2C%20M.%20B.%2C%20%26%20Huberman%2C%20A.)

[%20M.%20\(1994\).%20Qualitative%20Data%20Analysis%3A%20An%20Expanded%20Sourcebook.%20Thousand%20Oaks%2C%20CA%3A%20Sage%20Publications.&f=alse](#)

Monteiro, R. (2001). Alguns Mareantes Desconhecidos da Terra de Sesimbra e Outros Textos. Câmara Municipal de Sesimbra.

Müller, V. A. P. V. (2014). Eventos externos e saberes plurais [Em linha] : perceções e racionalidades sobre as alterações climáticas, entre pescadores da pesca artesanal local e costeira de Peniche. [Lisboa]: [s.n.], p.150.

NASA Earth Observatory image by Robert Simmon, Using Suomi NPP VIIRS data provided courtesy of Chris Elvidge (NOAA National Geophysical Data Center). Suomi NPP is the result of a partnership between NASA, NOAA, and the Department of Defense. Caption by Mike Carlowicz.
<https://earthobservatory.nasa.gov/NaturaHazards/view.php?id=79765>

Olival, F. (2017). “A Ordem de Santiago e a comenda de Sesimbra no longo século XVI”. akra Barbarion – Sesimbra, cultura e património. 2. Ed. pp.61-73 Câmara Municipal de Sesimbra.

Oliveira, J.A.C.F. (2017). “A Comunidade Piscatória de Sesimbra em Tempos Medievais”. akra Barbarion – Sesimbra, cultura e património. 2. Ed. Câmara Municipal de Sesimbra, p.15-39.

Pais, J.M. (2008). “Sociologia da vida quotidiana”. Ed. 10-2008. Imprensa de Ciências Sociais. ISBN 9789726710929

Peralta, E. (2008), A memória do Mar. Património, Tradição e (Re)imaginação identitária na contemporaneidade. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

Pereira, P. (2014). “Conjunto de Cetárias no Centro Histórico de Sesimbra”. Musa - museus, arqueologia & outros patrimónios. Volume 4. FIDS & MAEDS. Autarquias do Distrito de Setúbal. ISSN 1645-0553

Pereira, O. N. A., Dias, J. A. & Bastos, M.R. (2015). Considerações sobre a Arte Xávega em Portugal: sua Introdução, Desenvolvimento e Teorias Inerentes. In S.D. Pereira, M. A. C. Rodrigues, S. Bergamaschi & J.G. Freitas (Eds.) O Homem e as Zonas Costeiras. Tomo IV da Rede BrasPor (pp. 119-139). Rio de Janeiro. ISBN 978-85-88769-98-4

Pitorra, P. (Coord.). Rapaz, A.C., Marques, A. R. & Monteiro, R. (2001). O que veio à Rede...Vocabulário, alcunhas e topónimos de Sesimbra. Ed. Câmara Municipal de Sesimbra. p. 84. ISBN 972-9150-36-2

Quivy, R.. & Campenhoudt, L.V. (2013). Manual de Investigação em Ciências Sociais. Trajetos. Edição Gradiva. 6ª edição. Lisboa. Portugal. ISBN: 978-972-662-275-8

Ramos, M. J. (2009). Memórias dos Pescadores de Sesimbra – Santiago de Sesimbra no Início dos Anos Oitenta do Séc. XX. ed Sociedade de Geografia de Lisboa. ISBN 978-989-96308-0-2

Rebordão, F.R. (2000). Classificação de métodos e artes de pesca. Publicação avulsa do IPIMAR, nº 4, pp.35 e 36. Instituto de Investigação das Pescas e do Mar. ISSN0872-914X

Reguart, António Sañez. (1791). Dicionário de los Artes de la Pesca Nacional. Tomo Primero. Madrid. (MDCCLXXXI). En la ImprenLa de la viuda de Don Joaquin Ibarra com superior permiso

Roegiers, X. & De Ketele, J.M. (2003). Metodologia da Recolha de Dados - Fundamentos dos Métodos de Observações, de Questionários, de Entrevistas e de Estudo de Documentos. 3ª edição. Editor: Instituto Piaget.

Serrão, E. da C., Serrão, V. (1997). Sesimbra Monumental e Artística, 2ª ed., Câmara Municipal de Sesimbra (pág. 60)

Schmidt, M.L.S. & Mahfoud, M. (1993). “Halbwachs: collective memory and experience”. Psicologia USP. Versão online. ISSN 1678-5177. Psicol. USP v.4 n.1-2. São Paulo

Somekh, B. & Lewin, C., (Coord.). (2017). “Teoria e métodos de pesquisa social.” Ed. Vozes. Edição brasileira digital. ISBN 978- 85-326-5638-4 (edição brasileira digital – E-book Google Play)

Sousa, M. J.& Baptista, C. S. (2011). Como Fazer Investigação, Dissertações; Teses e Relatórios. Segundo Bolonha. Edição Pactor. 5ª edição. Lisboa. Portugal. ISBN: 978-989-693-001-1

Souto, H. (2007). Comunidades de pesca artesanal na costa portuguesa na última década do século XX. Ed. Academia de Marinha. Lisboa. ISBN 978-972-781-098-7

Suoni NPP is the result of a partnership between NASA, NOAA, and the Department of Defense. Caption by Mike Carlowicz.
<https://earthobservatory.nasa.gov/NaturaHazards/view.php?id=79765>

U.E (2016) Compreender as políticas da União Europeia: Assuntos Marítimos e Pescas. Luxemburgo. Doi: 10.2775/41763 Recuperado de https://europa.eu/european-union/topics/maritime-affairs-fisheries_pt

Walter, L. F., Azeiteiro, U., Alves, F., Pace, P., Mifsud, M. Brandli, ... Disterheft, A. (2017): Reinvigorating the sustainable development research agenda: the role of the sustainable development goals (SDG), InternationalJournal of Sustainable Development & World Ecology, DOI: 10.1080/13504509.2017.1342103 recuperado de https://www.researchgate.net/publication/317988219_Reinvigorating_the_sustainable_development_research_agenda_the_role_of_the_sustainable_development_goals_SDG

Viterbo, J. S. R. de, O.F.M. 1744-1822, Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram: obra indispensável

para entender sem erro os documentos mais raros e preciosos que entre nós se conservam. 2ª ed. Revista.1V. Lisboa. Cota: l-14591-v_2 – exemplar digitalizado.

Yin, Robert K. (2003). *The Case Study – Research Design and Methods*. Sage Publications. 3rd Edition. Volume 5. London. England. Recuperado ☺ de https://books.google.pt/books?id=BWea_9ZGQMwC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Zamith, J. M. A. (2011). *Política marítima europeia: uma política à medida de Portugal?* (Master's thesis).

HINRICHSEN, D. (1996). *Coasts in Crisis. Issues in Science and Technology*, 12(4), 39-47. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/43311572>

Legislação consultada:

Decreto de 14 de maio de 1903

Portaria 9/73, de 6 de janeiro

Decreto Regulamentar 43/87, de 17 de julho

Portaria 488/96, de 13 de setembro

Decreto Regulamentar nº 7/2000 de 30 de maio

Portaria nº1102-F/2000 de 22 de novembro

Decreto-Lei nº 280/2001 de 23 de outubro

Despacho nº 18520/2002

Decreto-Lei nº 44/2002 de 2 de março

Despacho nº 14694/ (2ª série), de 29 de julho de 2003

Portaria nº 244/2005 de 8 de março

Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2005, de 23 de agosto

Decreto-Lei nº 206/2005 de 28 de novembro

Decreto-Lei nº 226/2007 de 31 de maio

Despacho nº 16945, de 23 de julho de 2009

Portaria nº 4/2013 de 7 de janeiro

Portaria nº 104/2015 de 9 de abril

Portaria nº 172/2017 de 25 de maio

Lista de Figuras, Gráficos e Quadros

Designação	Página
Figura 1. Mapa de Portugal com a localização de Sesimbra e Mapa do Concelho de Sesimbra	15
Figura 2. Caracterização das Comunidades da Arte Xávega do Concelho de Sesimbra	20
Figura 3. Esquema de Observação da Prática da Arte Xávega	25
Figura: 1.1 Night lights – Flat Map	37
Figura: 1.2 Arte Xávega	41
Figura: 2.1 Pescador cosendo as redes – Arte Xávega – Praia do moinho de Baixo – Aldeia do Meco	65
Figura: 2.2 Barco da Arte Xávega - Sesimbra	72
Figura: 2.3 Barco da Arte Xávega do Meco	73
Figura: 3.1 Repartição do Quinhão na Praia do Moinho de Baixo – Aldeia do Meco	94
Quadro: 1. Estrutura do Guião das Entrevistas aos Pescadores da Arte Xávega	28
Quadro: 2. Quadro Ilustrativo das Entrevistas Realizadas	32
Quadro: 2.1 Produto Global da Pesca das Xávegas Grandes e Pequenas (1940)	66
Quadro: 2.2 Produto da Arte Xávega de Sesimbra (€)	66
Quadro: 2.3 Número de Inscritos Marítimos por Embarcação da Xávega	67
Tabela: 1 Comunidade da Arte Xávega de Sesimbra Vila (2015-2017)	79

